

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS-DCH-III  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO MULTIDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO, CULTURA E TERRITÓRIOS  
SEMIÁRIDOS-PPGESA**

**ROSA SANTOS MENDES DA SILVA**

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DA FORMAÇÃO DOCENTE: CURSO NORMAL RURAL  
DO COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA PETROLINA (1929-1989)**

**JUAZEIRO- BA  
2020**



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS-DCH-III  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO MULTIDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO, CULTURA E TERRITÓRIOS  
SEMIÁRIDOS-PPGESA**

**ROSA SANTOS MENDES DA SILVA**

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DA FORMAÇÃO DOCENTE: CURSO NORMAL RURAL  
DO COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA PETROLINA(1929-1989)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), do Departamento de Ciências Humanas – Campus III, para obtenção do título de Mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos.

Linha de Pesquisa: Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Edmerson dos Santos Reis

**JUAZEIRO- BA  
2020**

S581h Silva, Rosa Santos Mendes,

História e memória da formação docente: curso normal rural do Colégio  
Nossa Senhora Auxiliadora (1929-1989) / Rosa Santos Mendes Silva.  
Juazeiro-Ba, 2020.  
105 fls.: il.

Orientador: Prof. Dr. Edmerson dos Santos Reis.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade do Estado da Bahia.  
Departamento de Ciências Humanas – DCH III. Programa de Pós-Graduação  
Educação, Cultura e Territórios Semiáridos - PPGESA, Campus III. 2020.

1. Curso normal rural. 2. Formação docente. 3. Educação confessional.
4. Cultura escola. I. Reis, Edmerson dos Santos. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 371.12

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS-DCH-III  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO MULTIDISCIPLINAR EM  
EDUCAÇÃO, CULTURA E TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS**

ROSA SANTOS MENDES DA SILVA

**HISTÓRIA E MEMÓRIA DA DOCENTE: CURSO NORMAL RURAL DO COLÉGIO  
NOSSA SENHORA AUXILIADORA FORMAÇÃO PETROLINA (1929-1989)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA, ofertado pelo Departamento de Ciências Humanas – Campus III, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, para obtenção do título de Mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos.

Linha de pesquisa: Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.º Dr.º Edmerson dos Santos Reis  
Orientador/ UNEB

---

Prof.º Dr.º Josenilton Nunes Vieira  
Membro Interno/ UNEB

---

Prof.º Dr.º Jardel Costa Pereira  
Membro externo Externo/ UEMG

Dedico este trabalho a todos os meus familiares que muito em mim guardam a esperança, a minha mãe Cosma Silva dos Santos e a meu pai Gercino Mendes da Silva e, particularmente, a meu companheiro Gilvan Nunes de Oliveira. As ex-normalistas que passaram pela Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora Petrolina, que caminharam rumo a profissão docente e a instituição que muito nos revelou nos ajudando na compreensão do curso.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me conduziu durante todo o percurso percorrido, pois sem a minha fé não teria alcançado tamanha vitória. A minha mãe, Cosma Silva dos Santos, que mais do que me proporcionou uma boa infância e vida acadêmica, formou os fundamentos do meu caráter e me apontou uma vida eterna.

Ao meu esposo, Gilvan Nunes, amigo e companheiro de todas as horas difíceis, que estava sempre comigo me apoiando na missão dos meus estudos.

À Jessica Santos, minha irmãzinha, que mesmo distante, é aquela em quem enxergo o amor e o companheirismo. Pessoa com quem divido as dificuldades familiares, sacrifício ilimitado em todos os sentidos, orações, palavras, abraços e aconchego.

Aos amigos, pelo amor e preocupação demonstrados através de ligações, orações, pela força, em especial, Rozângela do Nascimento, David, Paulo Paz, e Ádma Rocha, amigos com quem dividi alegrias e ansiedades. Obrigada, vocês que aliviaram minhas horas difíceis, alimentando-me de certezas, forças e alegria.

Ao programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos- PPGESA, pela contribuição para a minha formação pessoal e aos professores pelos ensinamentos, que estão sendo fundamentais para a minha formação acadêmica.

À Irmã Júlia diretora do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, Irmã Rita, Conceição e Ana Lucia pela sensibilidade, parceria e delicadeza por acreditar na relevância do trabalho de pesquisa para a instituição.

Ao professor Jardel Costa Pereira, com quem sempre dividi minhas angústias desde quando estava me preparando para entrar no mestrado e o mesmo sempre falava “Avante, Rosa”. Obrigada, pelas belas palavras e sabedoria, pois tenho muito orgulho e admiração pelo profissional que é.

Ao meu professor e orientador deste trabalho, Edmerson dos Santos Reis. Agradeço-lhe por ter aceitado ser meu orientador já no segundo semestre do mestrado e pela paciência comigo. Quero expressar o meu reconhecimento e admiração pela sua competência profissional e minha gratidão pela sua amizade, por ser um profissional extremamente qualificado.

Gratidão.

Eu fico  
Com a pureza  
Da resposta das crianças  
É a vida, é bonita  
E é bonita...  
Viver!  
E não ter a vergonha  
De ser feliz  
Cantar e cantar e cantar  
A beleza de ser  
Um eterno aprendiz...

Música: O que, é o que é?  
Composição: Gonzaguinha

## RESUMO

Nesta dissertação, apresento o viés da formação docente, tendo como base de estudo o Curso Normal Rural do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, sendo a primeira instituição a oferecer o primeiro curso de formação de professoras na região de Petrolina-PE. Essa instituição se enquadra dentro de uma perspectiva de ensino confessional mantida pela congregação das filhas de Maria Auxiliadora, constituída nos conceitos cristãos e fundada na primeira metade do século XX. A pesquisa que originou este trabalho buscou responder à seguinte questão: Qual a contribuição do Curso Normal de Formação Rural do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora para o processo de formação das docentes que atuavam nas escolas rurais do município de Petrolina? Nessa direção, para melhor compreensão dessa questão de pesquisa, foi definido como objetivo geral, em compreender o processo histórico da formação docente a partir da contribuição do Curso Normal Rural do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora para a atuação das professoras na educação rural. Para isso, recorreremos aos seguintes objetivos específicos: destacar o processo histórico da política de formação docente para a organização das escolas normais no Brasil; analisar a relação entre o currículo do curso e as especificidades do mundo rural presentes nas disciplinas ofertadas; averiguar como acontecia o processo formativo das normalistas a partir do currículo prescrito na escola normal; investigar as práticas pedagógicas e os métodos ministrados pelas irmãs salesianas no Curso Normal Rural; revelar, a partir do olhar das normalistas, as contribuições do curso para o desenvolvimento da cidade de Petrolina e região. Trata-se de uma pesquisa de análise histórico-documental e de campo mediante entrevista semiestruturada realizada com as ex-normalistas do estabelecimento de ensino, tendo como recorte temporal as décadas de 1929 a 1989, ocasião a abranger desde a gênese das atividades do curso normal rural até o ano em que o curso foi suspenso e inaugura-se o ginásio de esporte. Foi possível apreender que no estado de Pernambuco a primeira “Escola Normal Rural” foi a do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora no ano de 1936 e depois outras escolas foram surgindo em outras localidades, apesar dessa instituição ter sido fundada pela Diocese de Petrolina, a partir das influências do bispo Dom Malan, no contexto em que Petrolina se encontrava com poucas escolas houve o apoio político, tendo em vista que ambos buscaram meios de superar a deficiência do setor educacional e todo esse trabalho se sobressaiu nas relações políticas e religiosas. A fundamentação teórica da pesquisa ancorou nos estudos de autores do campo da história da educação e da educação como: Vincentine e Lugli (2009), Catani (1989), Nóvoa (1991), Chicolte (1991) e Reis (2011), entre outros, que apresentam relevância de conceitos conectada com saberes na compreensão nos processos de ensino aprendizagem e da formação docente. Assim, comprova-se que a educação proferida pelo Curso Normal Rural esteve associada às idéias de cristianização da Igreja Católica, além de atender aos anseios da sociedade da época, dentre esses: os ensinamentos postos pela instituição visando à formação moral, profissional e cultural e, ainda, formar moças educadas para atuar como professoras primárias, o que teria influenciando no processo de desenvolvimento histórico regional da educação de ensino para a cidade de Petrolina - PE e região.

**Palavras-chave:** Curso Normal Rural. Formação Docente. Educação Confessional. Cultura Escolar.

## ABSTRACT

In this dissertation, I present the bias of teacher education, based on the Normal Rural Course of Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, being the first institution to offer the first teacher training course in the region of Petrolina-PE. This institution fits within a perspective of confessional teaching maintained by the congregation of the daughters of Mary Help of Christians, constituted by Christian concepts and founded in the first half of the 20th century. The research that originated this work sought to answer the following question: What is the contribution of the Normal Course of Rural Training of Colégio Nossa Senhora Auxiliadora to the process of training teachers who would work in rural schools in the city of Petrolina? In this direction, for a better understanding of this research question, it was defined as a general objective, to understand the historical process of teacher education based on the contribution of the Normal Rural Course of Colégio Nossa Senhora Auxiliadora to the performance of teachers in rural education. For this, we resort to the following specific objectives: to highlight the historical process of teacher education policy for the organization of normal schools in Brazil; analyze the relationship between the course curriculum and the specificities of the rural world present in the disciplines offered; find out how the normalists' training process happened from the curriculum prescribed in the normal school; to investigate the pedagogical practices and methods taught by the Salesian sisters in the Normal Rural Course; reveal, from the perspective of the normalists, the contributions of the course to the development of the city of Petrolina and region. This is a research of historical-documental and field analysis through a semi-structured interview carried out with the ex-normalists of the educational establishment, having as time frame the decades from 1929 to 1989, an occasion to cover since the genesis of the activities of the normal course rural until the year the course was suspended and the sports gym opened. It was possible to apprehend that in the state of Pernambuco the first "Escola Normal Rural" was the one of Colégio Nossa Senhora Auxiliadora in 1936 and then other schools started to appear in other locations, although this institution was founded by the Diocese of Petrolina, from the Influences of Bishop Dom Malan, in the context in which Petrolina was found with few schools, there was political support, since both sought ways to overcome the deficiency of the educational sector and all this work stood out in political and religious relations. The theoretical foundation of the research anchored in the studies of authors in the field of the history of education and education such as: Vincentine and Lugli (2009), Catani (1989), Nóvoa (1991), Chicolte (1991) and Reis (2011), among others, which present relevance of concepts connected with knowledge in understanding the processes of teaching, learning and teacher training. Thus, it is proved that the education given by the Normal Rural Course was associated with the Christianization ideas of the Catholic Church, in addition to meeting the desires of the society of the time, among them: the teachings put forward by the institution aiming at moral, professional and cultural formation and, also, to train young women educated to act as primary teachers, which would have influenced the process of regional historical development of teaching education for the city of Petrolina - PE and region.

**Key words:** Normal Rural Course. Teacher training. Confessional Education. School culture

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1-</b> Localização do Município de Petrolina .....	44
<b>FIGURA 2-</b> Figura do casarão na década de 1920 .....	59
<b>FIGURA 3-</b> Reportagem O Pharol , sobre o “Resultado das provas Parciais do mês de Julho de 1935” da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora .....	63
<b>FIGURA 4-</b> Reportagem O Pharol, sobre a divulgação das matrículas da Escola.....	67
<b>FIGURA 5-</b> Instalação da Sala de Aula.....	69
<b>FIGURA 6-</b> Alunas na aula prática da Disciplina de Agricultura.....	78
<b>FIGURA 7-</b> Histórico Escolar do Curso Normal Regional .....	83
<b>FIGURA 8-</b> Diploma de Professora Primária Cremilda Menezes de Sá.....	86
<b>FIGURA 9-</b> Auditório de Estudos das Alunas Internas.....	90

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Levantamento de Pesquisas.....	17
<b>Quadro 2</b> – Repartições Administrativas de Petrolina e Juazeiro (1970) .....	48
<b>Quadro 3</b> – Escolas Normais Rurais de Pernambuco na Década de 1930 .....	61
<b>Quadro 4</b> – Curso Normal Rural 1929 a 1938 .....	72
<b>Quadro 5</b> – Curso Normal Regional 1939 a 1952.....	73
<b>Quadro 6</b> – Comparativo das Disciplinas do Curso Normal Rural e Regional do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora entre 1929 a 1955 .....	76

## SUMÁRIO

<b>1-INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2- PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA .....</b>	<b>22</b>
2.1- PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA E LÓCUS .....	22
2.2- COLETA DE DADOS .....	24
2.2.2-Acervo do Curso Normal Rural do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.....	27
2.3- ANÁLISES DOS DADOS.....	29
<b>3- PRIMEIROS APONTAMENTOS DA FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE NO BRASIL .....</b>	<b>31</b>
3.1-REFLEXÕES ACERCA DA ESCOLA NORMAL NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS.....	31
<b>4- PARTICULARIDADES DA EDUCAÇÃO EM PETROLINA E A CHEGADA DO COLEGIO NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA EM PETROLINA .....</b>	<b>43</b>
4.1- PETROLINA: TRAÇOS DO CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO.....	43
4.2- ENSINO CONFSSIONAL: UM MODELO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	51
4.3- A CONGREGAÇÃO SALESIANA .....	54
4.4- INSTALAÇÃO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA .....	57
<b>5- CURSO NORMAL RURAL: A FORMAÇÃO DAS EX-ALUNAS NORMALISTAS.....</b>	<b>68</b>
5.1- CURSO NORMAL: INFRAESTRUTURA E FUNCIONAMENTO .....	68
5.2- O CURRÍCULO OFERTADO PELO CURSO NORMAL.....	74
5.3- AS JOVENS NORMALISTAS E O PERCURSO PELO CURSO NORMAL.....	80
<b>5.3.3- Cremilda Menezes de Sá.....</b>	<b>82</b>
<b>5.3.4- Gildete Duarte Mattos .....</b>	<b>88</b>
5.4- UMA POSSÍVEL RELAÇÃO ENTRE A ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM PETROLINA.....	91
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>95</b>

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>98</b>
<b>APENDICE A - Roteiro de entrevista.....</b>	<b>104</b>
<b>ANEXO A - Relação de documentos consultados no arquivo do acervo do colégio nossa senhora auxiliadora.....</b>	<b>105</b>

## 1- INTRODUÇÃO

Durante a graduação no curso de Licenciatura em Pedagogia, eu tive a oportunidade de participar como membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em História da Educação no Sertão do São Francisco (GEPHESF), e do Núcleo de Extensão e Pesquisa em História da Educação, Literatura e Linguística (NEPHEL), na Universidade de Pernambuco (UPE), Campus Petrolina. Nesse período, realizei um estudo sobre a formação docente intitulado “A trajetória Histórica da primeira professora do Município de Dormentes 1929-1960”, o qual me proporcionou ampliar os conhecimentos, tarefa bastante instigadora já que, ainda, há pouca pesquisa no campo da história da educação no que se refere à realidade estudada.

Assim, a presente pesquisa tem como tema a formação docente, tema esse que está inerente na região de Petrolina pelo fato de que, em 1929, foi fundado o primeiro Curso Normal Rural, voltado para a formação de professoras primárias, funcionando no período de 1929-1989, curso esse oferecido em regimes de internato e externato pelo Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

Uma escola confessional, católica e privada, situada na cidade de Petrolina- PE, o que representa de acordo com Lugli. (2002, p. 8):

[...] um passo importante no processo de profissionalização, uma vez que não mais se aceitavam pessoas sem os conhecimentos específicos para atuar no ensino, embora isso ainda tenha permanecido nas décadas posteriores, porém, em número menor.

Como mestrande e pesquisadora, o interesse em estudar a “História e Memória da Formação Docente: O Curso Normal Rural do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Petrolina”, surgiu a partir das experiências vividas no grupo de estudo e Pesquisa GEPHESF, e pelo fato da referida instituição ter ofertado o primeiro curso de formação de professores na região, possuindo, pois, um rico acervo a ser pesquisado.

Assim, para melhor alcançar o entendimento do Curso Normal Rural do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, a pesquisa se fez a partir da investigação de documentos da instituição e entrevistas semiestruturadas com ex-alunas normalistas, levantando subsídios importantes para compreender a criação da instituição, bem como os elementos arquitetônicos dos prédios por onde funcionou o curso. Nesse caso, para entender como se dava a formação das normalistas a partir do currículo desta escola, na medida em que ela surgiu com um diferencial por ser uma escola normal rural, fez-se necessário investigar se, de fato, foram efetivadas as propostas e se estavam de acordo com as leis estaduais e federais relativas à

formação de professores rurais. Portanto, intentamos fazer uma discussão entre a educação e sociedade, atrelada às discussões políticas, sociais e culturais.

Para Costa (2013, p. 16): “a cultura escolar ganha espaço no campo de estudo da história da educação, principalmente no que concerne à história local, às narrativas, categorias que não tinham foco anteriormente e não eram tidas como relevantes no meio acadêmico”.

O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, foi uma escola idealizada e fundada pelo primeiro Bispo de Petrolina, Dom Antônio Malan, em 1926, organizada pela diocese da cidade e mantida pelas mensalidades e contribuições diversas que chegavam ao colégio. Diante do contexto histórico social da instituição, acontecia a Segunda Guerra Mundial, Ramos (2016) afirma que:

No ano de 1946, o mundo ainda sofria com o término da Segunda Guerra Mundial. A Região São Franciscana também foi impactada com os resquícios deste cruel período, todos reforçando consolos, carinho, espiritualidade, recorrendo a Deus. As irmãs salesianas, com suas presenças na região já há vinte anos, trazidas por Dom Malan, estão felizes, porque mais jovens de Juazeiro ao seu rebanho, com estudo, com religiosidade, descobrindo também vocações, preparando mulheres para um futuro promissor de serem professoras. (RAMOS, 2016, p. 13).

Segundo Carva (2015, p. 11), “[...] formar professoras com base nos preceitos católicos e na pedagogia salesiana era a grande preocupação das Escolas Normais que via a formação de suas alunas como ação educativa e religiosa na sociedade”.

Assim, a autora Carva, ainda, destaca que as congregações católicas ofereciam uma formação que era fortemente marcada pela religiosidade no espaço escolar, o que reafirmava a tradição de caracterizar a docência como um trabalho missionário e sacerdotal.

A criação de colégios femininos contribuiu para a entrada da mulher no mercado de trabalho, por meio de uma profissão legitimada perante a sociedade. Santos (2006, p. 91) lembra: “[...] que esse nível de ensino era considerado a meta mais alta dos estudos a que uma jovem poderia almejar. As escolas normais se revelaram como uma das poucas oportunidades que as mulheres tinham de ultrapassar o ensino primário”.

A pesquisa, aqui apresentada, visa contribuir com a História da Educação não somente local, mas estadual e nacional, buscando desenvolver estudos e pesquisas por meio de fontes de documentos e dados relevantes para uma possível compreensão da formação e profissionalização docente, pois há muitas lacunas a serem preenchidas quando o assunto trata principalmente da história das Escolas Normais.

Nessa direção, as disciplinas cursadas como aluna especial no Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA), proporcionaram-me

conhecimentos sobre a história da educação a partir das discussões através das disciplinas: Formas de Escolarização e Sistema de Ensino, História das Disciplinas Escolares, Currículo e Avaliação em Educação em Territórios Semiáridos, como aluna ouvinte, ou seja, conhecimentos esses que foram essenciais para o aprofundamento da pesquisa que tem como objeto de estudo o Curso Normal Rural Nossa Senhora Auxiliadora, com ênfase no aspecto da formação docente.

O estudo se justifica também pela possibilidade de se conhecer o passado e estabelecer relações com o presente, a partir das memórias de professores e professoras. Como lembra Le Goff (1994, p. 477 *apud* Rocha 2014, p. 6) “[...] é da análise e interpretação dos registros, da memória, que se reconstitui a história, que, por sua vez, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”.

Nesse caso, é importante conhecer a história do seu lugar, os personagens de grande representação política, social e cultural, e de todas as pessoas ligadas à educação petrolinense na época, além de abrir margem a reflexões a respeito das reais condições da educação.

Com a implantação dos dois primeiros colégios particulares em Petrolina, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora e o Colégio Dom Bosco, os estudantes de Juazeiro- BA, devido às deficiências do sistema de educação naquela cidade, vinham estudar em Petrolina. Para Brito (1995, p. 269): “[...] embora fosse um pequeno número de alunos que completava os cursos primários e secundários relativos oriundos de outras cidades do Nordeste, especialmente, as do interior, Petrolina apresentava grande número de diplomados”.

Com o intuito de aprofundar a temática da pesquisa e acompanhar as últimas produções acadêmicas dos pesquisadores no campo da História da Educação, optou-se por buscar teses e dissertações no banco de dados- Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento e Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para a realização desta pesquisa, não selecionamos os trabalhos de acordo com a temática a ser estudada, escolhemos duas palavras-chave para iniciar as buscas: Curso Normal Rural e escolas normais rurais. Assim, a seleção dos trabalhos se deu a partir da leitura do título conforme apresenta o quadro abaixo.

**Quadro 1** – Levantamento de pesquisas.

<b>Repositório</b>	<b>Título</b>	<b>Autores</b>	<b>Ano</b>
<b>CAPES</b>	A Escola Normal de moças das elites: um estudo das práticas escolares, culturais e sociais do colégio nossa senhora auxiliadora (1946 – 1961)	Fernanda Rosa Ortiz	2014
<b>CAPES</b>	Voices e Saudades: as narrativas das ex-alunas sobre a escola normal regional nossa senhora da assunção – Guimarães- MA (1957-1961)	Alda Margarete Silva Farias Santiago	2015
<b>CAPES</b>	A Escola Normal de Natal (Rio Grande do Norte, 1908-1971)	Francinaide de Lima Silva	2013
<b>CAPES</b>	Colégio Imaculada Conceição: A história do curso normal (Tupaciguara- MG, 1961-1977)	Izabel Rozetti	2010
<b>CAPES</b>	Entre o oratório e a profissão: formação de professoras na Escola Normal Rural Nossa Senhora Auxiliadora em Porto Velho/RO (1930-1946)	Fernanda Batista do Prado.	2017
<b>CAPES</b>	O projeto educativo das Salesianas na Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, Campos/RJ e a tessitura da identidade da professora católica: 1937-1961'	Ivone Goulart Lopes.	2013
<b>CAPES</b>	A Escola Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Campo Grande, Sul do estado do estado de Mato Grosso (1930-1950)	Vera Lucia Gonçalves de Oliveira	2010
<b>CAPES</b>	A Escola Normal da Bahia: saberes veiculados na formação das mulheres para o magistério (1890 - 1914)	Débora Magali Miranda Vieira	2013
<b>CAPES</b>	A Educação Rural no Brasil e no Paraná nos anos 50 e a materialização no curso normal regional de Guarapuava	Isabel Castilho Palhano	2014
<b>CAPES</b>	Do Curso Normal Rural ao Magistério: o curso normal estadual em Paranaíba- MT (1967-1975)	Noely Costa Dias Garcia	2015
<b>CAPES</b>	Mitos e ritos da escola normal rural de juazeiro do norte	Sarah Bezerra Luna Varela	2012

Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Verifica-se que, de acordo com o quadro, que há uma procura considerável pelos estudos das “escolas normais”, como podemos constatar: A Escola Normal de moças das elites: um estudo das práticas escolares, culturais e sociais do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1946-1961), Vozes e Saudades: as narrativas das ex-alunas sobre a Escola Normal Regional Nossa Senhora da Assunção – Guimarães- MA (1957-1961), A Escola Normal de Natal (Rio Grande do Norte, 1908-1971), Colégio Imaculada Conceição: A história do curso normal (Tupaciguara- MG, 1961-1977), O projeto educativo das Salesianas na Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, Campos/RJ e a tessitura da identidade da professora católica: 1937-

1961', A Escola Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora em Campo Grande, Sul do estado do estado de Mato Grosso (1930-1950) e A Escola Normal da Bahia: saberes veiculados na formação das mulheres para o magistério (1890 - 1914).

Ainda de acordo com essa análise, podemos apresentar os levantamentos dos trabalhos que se aproximam do objeto de estudo da pesquisa do Curso Normal Rural do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora Petrolina, destacando-se quatro trabalhos citados acima: Entre o oratório e a profissão: formação de professoras na Escola Normal Rural Nossa Senhora Auxiliadora em Porto Velho/RO (1930-1946; A Educação Rural no Brasil e no Paraná nos anos 50 e a materialização no curso normal regional de Guarapuava; Do Curso Normal Rural ao Magistério: o curso normal estadual em Paranaíba- MT (1967-1975) e Mitos e ritos da escola normal rural de Juazeiro do Norte- CE.

Esses trabalhos que apresentam discussões sobre o percurso histórico da instalação da escola normal rural, que, por algum tempo, mantiveram o curso normal rural em funcionamento; sobre a origem da congregação salesiana, ou seja, conceitos esses apresentados nas dissertações e teses que deram suporte para uma melhor compreensão da temática estudada. É importante enfatizar que a maioria dos trabalhos citados acima dedica a estudar sobre as escolas normais rurais em relação a outras regiões do país, uma vez que, foi encontrado apenas um trabalho do Nordeste sobre “Mitos e ritos da escola normal rural de Juazeiro do Norte” (Ceará).

Com relação aos trabalhos especificamente sobre o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (Petrolina), foi encontrado um trabalho científico na modalidade de TCC pela Universidade do Estado de Pernambuco, título “Entre Propostas e Programas: Análise da Implantação do Curso Normal Rural no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (Petrolina- PE, 1929-1949)” do autor Emerson Sávio Leal Bandeira, trabalho esse que analisa a implementação do curso normal rural do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, com ênfase nas adequações prescrita normativas no contexto das reformas educacionais no período de 1929 a 1949, ou seja, recorte temporal que compreende a inauguração da instituição após a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946, trabalho esse de grande relevância que contribuiu para o desenvolvimento dessa pesquisa que aborda a mesma instituição, mas ampliando o foco para a perspectiva da implementação e o funcionamento do curso rural normal (organização do currículo prescrito pelo curso, a prática pedagógica utilizada pelas irmãs salesianas e a interface do curso com o desenvolvimento da cidade de Petrolina).

Além desse trabalho sobre o Curso Normal Rural do Colégio Auxiliadora do autor Emerson Sávio Leal Bandeira, foram identificado apenas textos de viés narrativo e

cronológico, de autores memorialistas e historiadores locais, como os livros: “Petrolina: origem, fatos, uma vida, uma história: do desbravamento do município a 1992”, de Creuza Brito; “Um rio, uma cidade, uma escola”, de Elza Queiroz; “Dom Malan, Ícone de fé e trabalho”, de Carlos Cavalcante; e, “Petrolina, a terra dos impossíveis”, de Marta Luz.

Para o aprofundamento da pesquisa, foi necessário o uso de uma literatura especializada com autores da área que trazem a discussão da educação rural e da formação docente, que auxiliaram na compreensão desta instituição, sobretudo da instalação, bem como na análise do currículo e suas adequações, a saber: Vicentine e Lugli (2009), Catani (1989), Villela (2003), Paiva (1987), Reis (2005), Souza (2008), dentre outros.

Dentro dessa perspectiva, a proposta desta pesquisa acerca da Formação Docente: Curso Normal Rural do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora contempla os interesses do Programa Pós-Graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA), especificamente, da linha de pesquisa Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido (ECSAB), por investigar a história de uma instituição de formação de professores local de grande relevância, que traz no seu percurso histórico um marco importante do processo de desenvolvimento de Petrolina.

Posta essa justificativa, a pesquisa busca responder à seguinte questão de pesquisa: Qual a contribuição do Curso Normal de Formação Rural do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora para o processo de formação das docentes que atuam nas escolas rurais do município de Petrolina?

A partir da questão, apresentada anteriormente, resgata-se a importância que o colégio normal teve para a ampliação da formação docente em Petrolina, pois estudar o passado nos remete a compreender melhor o presente, possibilitando como algo legítimo e coerente entender os processos históricos vivenciados pela sociedade da época e suas implicações com os conhecimentos da atualidade.

Nessa direção, para melhor compreensão da questão de pesquisa, teve como objetivo geral, compreender a contribuição histórica do Curso Normal de Formação Rural do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora para o processo de formação das docentes que atuam nas escolas rurais do município de Petrolina.

Para isso, recorreremos ao desenvolvimento dos seguintes objetivos específicos:

- Destacar o processo histórico da política de educação de formação docente para a organização das escolas normais no Brasil;
- Analisar a relação entre o currículo do curso e as especificidades do mundo rural presentes nas disciplinas ofertadas;

- Averiguar como acontecia o processo formativo das normalistas a partir do currículo prescrito na escola normal do CNSA;
- Investigar as práticas pedagógicas e os métodos ministrados pelas irmãs salesianas no Curso Normal Rural;
- Revelar, a partir do olhar das normalistas, as contribuições do curso para o desenvolvimento da cidade de Petrolina e região.

A pesquisa se desenvolveu com o intuito de responder à questão norteadora proposta e, conseqüentemente, atingir os objetivos, a partir da investigação que se deteve sobre os aspectos peculiares da instituição, que deram subsídios para a compreensão do Curso Normal Rural de formação de professores, baseada nos princípios, fundamentos e estratégias metodológicas da pesquisa histórica, que serão apresentados no capítulo metodológico.

A relevância social deste estudo para a história da educação partiu do princípio de mostrar para a comunidade escolar e científica local a importância que foram as escolas normais desde a sua institucionalização até o momento em que o ensino contribuiu para a formação dos professores.

O trabalho está organizado em cinco capítulos, incluindo esta “Introdução”, na qual apresentamos o trabalho de forma geral; o Segundo Capítulo “Percurso Metodológico da Pesquisa”, no qual discorremos sobre percursos metodológicos da pesquisa, coleta de dados e análise dos dados e também destacando a relevância do acervo e a importância dos sujeitos pesquisados para a compreensão do objeto de estudo em questão.

No Terceiro Capítulo “Primeiros Apontamentos da Formação e Profissionalização Docente no Brasil”, coloca-se em relevo um breve estudo sobre a formação e profissionalização docente no Brasil, destacando as formas de ingresso no magistério na transição dos séculos XIX para o XX e também os aspectos básicos das escolas normais.

O Quarto Capítulo “Particularidades da Educação em Petrolina e a chegada do Colégio Normal Nossa Senhora Auxiliadora em Petrolina”, apresenta os resultados parciais da pesquisa, trazendo abordagens dos aspectos da criação do município de Petrolina e o contexto histórico da educação, para, em seguida, discorrer sobre a criação da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, enfatizando a chegada das primeiras irmãs salesianas na cidade e os desafios enfrentados na consolidação do trabalho desenvolvido na educação. Ademais, apontamos sobre as instituições de ensino confessional e a congregação salesiana.

O Quinto Capítulo “Curso Normal Rural: A Formação das Ex-Alunas Normalistas” apresenta os seguintes tópicos: Curso normal: infraestrutura e funcionamento; Currículo ofertado pelo curso normal; As Jovens Normalistas e o Percurso pelo Curso Normal Rural e

Uma possível relação entre a Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora e o desenvolvimento Regional de em Petrolina. Portanto, esse capítulo é alvo de um olhar direcionado ao currículo e às práticas de formação utilizadas pelas irmãs salesianas no Curso Normal Rural e o olhar das normalistas sobre o curso e as contribuições do mesmo para a cidade de Petrolina e região.

Finalmente, nas “Considerações Finais”, retomo as questões propostas pela pesquisa, realizando a análise de todo o percurso alcançado, na tentativa de somar junto com outros estudos, a compreensão da formação docente no Município de Petrolina, esclarecendo o trabalho desenvolvido pelo Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

## 2- PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

*As fontes jorram para o olhar de quem as procura. Esse olhar  
que faz o relato que é a história.  
Michelle Perrot (2008)*

Este capítulo enfatiza os caminhos percorridos no desenvolvimento da pesquisa, tendo como foco o alcance dos resultados do objeto de estudo, a organização das etapas dos procedimentos metodológicos, tais como: percursos metodológicos, coleta de dados e análise dos dados.

### 2.1- PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA E LÓCUS

A pesquisa no campo da História da Educação nos permite voltar ao passado, aproximar-nos e, sobre ele, realizar descobertas, reflexões e aprendizados. Na verdade, essa viagem sobre o presente estudo “História e Memória da Formação Docente Curso Normal Rural do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Petrolina (1929-1989)”, iniciou seus primeiros passos de descobertas durante a minha formação para Pedagoga.

Seguindo essa proposta, durante a seleção do Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA), lancei-me o desafio de construir o projeto de pesquisa sobre a temática com o intuito de compreender o processo de formação docente a partir do Curso Normal Rural do Colégio Auxiliadora para o desenvolvimento da região de Petrolina. No decorrer desse caminhar, por acreditar no objeto de estudo, a proposta do projeto de pesquisa foi construída e apresentada à instituição, da qual recebemos o aceite, o que foi um ponto positivo pelo fato de a diretora ter liberado o acesso para o desenvolvimento da pesquisa. Portanto, foi um desafio resgatar a história de uma instituição de ensino de Petrolina e região, dentro de uma proposta que retrata suas práticas, os sujeitos que contribuíram para a implantação do colégio, e ao mesmo tempo, a fundação do Curso Normal Rural, os valores e crenças.

Nesse viés, a pesquisa se centraliza na formação docente, tendo foco de estudo a história do Curso Normal Rural do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, uma instituição confessional, de estatuto privado, que deu subsídios para compreender o mecanismo histórico

da formação docente; como também o processo formativo das normalistas a partir do currículo, das ações pedagógicas, que foram ministradas pelas irmãs salesianas, a organização e o funcionamento do curso, as normas vigentes da instituição e a educação que foi direcionada pela congregação salesiana na cidade de Petrolina no século XIX. Por ser uma pesquisa histórica, de informações coletadas no acervo da instituição, os dados foram analisados, estudados e interpretados.

Investigar uma instituição formadora de professoras reveste-se em aprofundar numa análise histórica, já que a missão do curso na época era de preparar as jovens para exercer a profissão e atuar na área urbana e rural, tendo a missão de alfabetizar.

Entender a história da formação docente nas suas diferenças e semelhanças pressupõe a análise dos métodos e processos inerentes a essa formação. De acordo com as experiências de Saviani (2008):

A formação de professores em suas relações com o movimento histórico, como um processo em que a questão pedagógica está articulada com as transformações que se processam na sociedade, assinalou que o modelo de preparo dos mestres primários compõe-se de ações fundamentadas no meio histórico-cultural. O processo de criação de Escolas Normais, instituições encarregadas de preparar professores, assinala a necessidade de reflexão acerca de questões pedagógicas no processo formativo (SAVIANI, 2008, p. 15).

Desse modo, é importante destacar que realizar uma pesquisa remete ao pesquisador uma compreensão de investigar os movimentos ocorridos no campo da história e da história da educação e, ao mesmo tempo, requer uma relação de aproximação com o objeto de estudo, adquirindo o máximo de domínio de conhecimento e estabelecendo a necessidade de respeitar os limites e as oportunidades que forem surgindo no decorrer do desenvolvimento da pesquisa.

Os procedimentos metodológicos para a proposta desta pesquisa basearam-se na abordagem de caráter quantitativo, dados coletados a partir do “Livro de Registro das Concluintes (formandas) 1931 a 1967”, ou seja, documento este encontrado no acervo da instituição, que conduziu a investigação a partir do estudo histórico.

## 2.2- COLETA DE DADOS

Neste trabalho de pesquisa, para que ocorressem os resultados previstos, uma das fases mais importantes foi a coleta de dados e o trabalho do pesquisador foi realizado com muita cautela, com rigor científico e, até mesmo, cuidado com os sujeitos da pesquisa que fizeram parte nesse processo.

No tocante à pesquisa, destaca-se a atenção na parte da coleta de dados, pois, primeiro, o pesquisador tem que identificar as "variações" da "variável referente os grupos" e segundo, os instrumentos para a coleta:

No primeiro momento, quando o pesquisador procura localizar os grupos adequados, procede a um trabalho de levantamento de dados dos sujeitos. Pode valer-se da observação, de questionários, de entrevistas semiestruturadas e mesmo de registros documentais, quando estes são disponíveis. Seja, ainda, o exemplo da pesquisa sobre os efeitos do ruído sobre a audição. Para "constituir" os grupos, o pesquisador necessitará, primeiramente, identificar pessoas que se submeteram a níveis diversos de ruído ao longo da vida (GIL, 2002, p. 104).

O valor de uma pesquisa exige que o pesquisador desenvolva estratégias para que o alcance da coleta de dados seja executado de forma coerente, respeitando os sujeitos, os registros documentais e o espaço a ser trabalhado.

Para o alcance dos dados desta pesquisa, foi utilizada a entrevista semiestruturada como técnica de coleta de dados, com o intuito de adquirir informações do passado e análise documental de fonte histórica. Esses instrumentos foram relevantes para o alcance dos resultados. Mediante entrevista semiestruturada e análise documental, foi possível buscar informações necessárias para o aprofundamento do objeto de estudo

Somando-se a esse entendimento, em relação à proposta da pesquisa, optou-se pelo método da história oral, estudo esse que permite a aproximação dos sujeitos, conhecimentos, processos e intuições passadas, procurando identificar e explicar as origens contemporâneas.

Cientificamente, o bom uso do instrumento da entrevista semiestruturada para a coleta de dados propiciou um maior aprofundamento, ou seja, superando bons resultados sobre o objeto de estudo. Segundo Lozano (2004, p. 10): "a história oral é vista como um método particular, mas não exclusivamente, pois é considerada um meio de estabelecer relações de maior qualidade e profundidade com as pessoas entrevistadas".

Percebe-se logo a importância da história oral, que busca registrar e, portanto, perpetuar impressões, vivências, lembranças daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e, dessa forma, permitir um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não conheceríamos. No trecho da obra de Albert, a história oral pode ser entendida como:

Um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (ALBERTI, 1989, p. 52).

Portanto, a história oral, conforme a citação define que a escrita e as narrativas orais não são fontes excludentes entre si, mas complementam-se mutuamente. As fontes orais não são meros sustentáculos das formas escritas tradicionais, pois são diferentes em História, sua constituição interna e utilidade inerente.

Vale ressaltar que, de certa forma, filtramos nossas lembranças, ativando aquilo que queremos que, para nós, é significativo. Afirma Lozano (1996, p.96) “Memória e imaginação têm a mesma origem: lembrar e inventar guarda certa ligação”.

Para o autor, talvez não possamos impedir que certas lembranças afluam, mas podemos controlar a forma como essas lembranças sairão da esfera do íntimo, do privado, e ganharão vida própria no público

Para chegar à proposta desta pesquisa, recorreremos à importância dos sujeitos que foram pesquisados para o alcance dos resultados dos objetivos e a proposta da questão de pesquisa.

O universo dos sujeitos históricos foi constituído pelas ex-normalistas que foram alunas do Curso Normal Rural, uma vez que, a maioria se matriculou no curso normal de três anos, que era chamado pedagógico, e apenas uma das que foram entrevistadas frequentou o curso rural normal de cinco anos. Essas normalistas, que atuaram na cidade de Petrolina e Juazeiro, eram filhas de ambulantes e comerciantes. Destaca-se que, na cidade de Petrolina, no âmbito Regional, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora por ter sido a primeira escola de formação de professoras, estudavam na instituição estudantes de Juazeiro e outras regiões, tais como: Salvador, Recife, Piauí entre outras.

Portanto, para ter acesso às informações necessárias no desenvolvimento da investigação, a seleção e o contato com as ex-normalistas contou com o apoio da

coordenadora da instituição que passou o contato de todas as ex-alunas para a realização do aprofundamento da pesquisa. .

Nessa direção, a entrevista semiestruturada, escolhida como uma das técnicas de levantamento das informações teve como intuito completar algumas informações que foram de grande relevância para o aprofundamento da pesquisa. Para apoiar a entrevista, foi elaborado um roteiro de entrevistas com ex-alunas do curso normal com perguntas (Apêndice A, p. 104).

No contexto ainda na compreensão da história oral, conforme analisa Minayo (2005, p. 92): “[...] a técnica de história de vida visa a conhecer as experiências e as definições vividas por uma pessoa, um grupo, uma organização, na forma como esses sujeitos interpretam sua experiência”.

Com base nos estudos da autora, enfatiza-se que nas singularidades de histórias biográficas, de experiências, de organizações, os instrumentos mais usados são a história oral e a análise documental, havendo, quase sempre, a combinação de ambos.

Desse modo, as perguntas que foram apresentadas para as normalistas intentaram compreender em linhas gerais, de acordo com a questão de pesquisa e os objetivos, a contribuição do Curso Normal Rural para a formação pessoal e para o desenvolvimento de Petrolina e das regiões nas quais atuavam como professoras, ou seja, uma das questões que foram levantadas a partir do roteiro de entrevista.

É interessante salientar que a construção do roteiro de entrevista deve conter um conjunto de conceitos que constituem todas as faces do objeto de investigação e visa, na sua forma de elaboração, a operacionalizar a abordagem empírica do ponto de vista dos entrevistados. Os roteiros foram feitos para as entrevistas e para a observação de campo. Assim, esclarece Minayo (2005):

O roteiro de entrevista desempenha diversas funções. Ele faz a equipe se impregnar dos objetivos do estudo enquanto se trabalha coletivamente na formalização das questões concretas. Sua formalização também facilita a coleta de dados por colocar à disposição do pesquisador uma trama de questões prontamente utilizáveis. O trabalho de redação das questões facilita o trabalho do pesquisador, permitindo-lhe fixar sua atenção na escuta do que é dito (MINAYO, 2005, p. 135).

Dessa forma, a escolha pela entrevista semiestruturada possibilitou caminhar na direção da resposta da questão de pesquisa, buscando atingir os objetivos e, assim, contribuir para a discussão que se estabelece sobre o Curso Normal Rural como foco da pesquisa.

## 2.2.2- Acervo do Curso Normal Rural do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora

O acervo do Curso Normal do CNSA só foi fundado em 1938, quando foi inaugurada a sede própria da instituição pela diretora Ir. Bibiana Marcial. O espaço do acervo tinha como mérito conservar a memória da instituição, na qual, ainda hoje, encontram-se conservados todos os documentos da época, em perfeita organização e higienizados, disponibilizados na Biblioteca.

Cabe ressaltar que os “lugares de memória” no mundo material, não abrem mão do simbolismo, pois os lugares de memória nascem e vivem do sentido, não há memória espontânea. Na definição de Nora (1993):

É preciso criar arquivos, é preciso manter aniversários, organizar celebrações, registrar atas, porque essas operações não são naturais. [...]. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. (NORA, 1993, p. 06).

Nessa linha de pensamento, a autora, define que o sentimento de perda da memória vivida por todos os indivíduos leva-os à obsessão de criar, cada vez mais, lugares de memória que garantam a sua preservação.

O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora tem um acervo localizado na biblioteca da instituição, tendo em vista que, os documentos antigos estavam higienizados só faltando organizar o espaço e que, já está em andamento esse processo de organização; foi possível encontrar todos os documentos históricos ligados à trajetória do Curso Normal Rural. Os documentos que foram analisados estavam preservados e conservados no seu espaço, tais como: estatuto do curso, livros de registros, fichas individuais, fotografias e atas.

Foram analisados outros documentos externos à instituição, como o livro “A união das ex-alunas salesianas através do tempo: um percurso histórico” produzido por Lusinete Ramos, ex-aluna do curso; os arquivos dos jornais *O Pharol* e *O Sertão*, além de outros periódicos, visto que buscamos perceber que as fontes de informação abordaram respostas para a questão de pesquisa e, ao mesmo tempo, contribuirão para a História da Educação, assumindo o papel de uma fonte riquíssima de informações para a compreensão educacional da cidade de Petrolina.

Na definição dos documentos, o trabalho buscou analisar cada informação detalhada do que cada documento revelou. Ou seja, abaixo, são apresentados os documentos consultados no acervo do CNSA e a indicação do que foi levantado em cada um desses, durante o processo de levantamento dos dados:

- Livros de registros: buscou-se analisar informações, das formaturas das alunas normalistas, as disciplinas com as respectivas notas, idade, naturalidade e o nome dos familiares, tornando-se um resumo de todas as fichas individuais.
- Fotografia: Levantamento de fotografias referente à formatura das alunas normalistas, o espaço dos dormitórios do internato, sala de aula e aula de catequese, oratório de 1949.
- Atas: A descrição das atas sobre o Curso Normal Rural encontra-se no livro “A união das ex-alunas salesianas através do tempo: um percurso histórico” produzido por Lusinete Ramos, ex-aluna do curso normal rural. Afirma Ramos (2014, p. 24), “[...] que algumas atas não foram encontradas, suponho que houve anos sem funcionar; as atas que foram encontradas foi a partir de 1946 até 1981”. A partir da leitura desse livro, foi investigado todo o percurso histórico de registro, reuniões e organização do curso.
- Regimento e Regulamento da Escola Normal: Buscou-se compreender de que forma foi estruturado e organizado e a estrutura física do estabelecimento da instituição.
- Relatório de Atividades da Diretoria 1970 a 1972: Analisou-se informações referente a parte interna administrativa da instituição.
- O Jornal *O Pharol*: Foi selecionado um total de 76 matérias que tratavam sobre a referida escola, sendo escolhida em meio à análise dentro do referido período em discussão, tendo em vista que já foram utilizadas as primeiras matérias do jornal para apresentação dos resultados parciais.

Nesse sentido, “Os arquivos têm um papel fundamental na construção da memória escolar e da identidade histórica de uma escola, possibilitando conhecer aspectos da vida cotidiana e dos “fazer ordinários” da escola” (MOGARRO, 2005, p. 20).

Verifica se que, em se tratando do trabalho com os arquivos escolares, é importante destacar que o pesquisador da educação não deve se limitar mais às tradicionais fontes legais e estatísticas educacionais. O investigador tem que se dedicar ao movimento de ampliação documental para melhor fazer a pesquisa:

O trabalho com os arquivos escolares torna-se da maior relevância para o campo de pesquisa, é importante para conhecermos o percurso da instituição e os discursos gerados por ela, como registros documentais que carregam os indícios das práticas escolares, constituindo uma cultura própria da escola. (FURTADO, 2011, p. 14).

De acordo com o autor, é importante observar as maneiras como os sujeitos envolvidos com a escola elaboram suas práticas cotidianas e as diferenciadas formas de sua apropriação dentro dessa instituição.

Contudo, vale ressaltar a importância do acervo documental escolar, uma vez que, esses documentos, permeados pelas peculiaridades da escola, podem conter muitas informações sobre sua trajetória do Curso Normal Rural, a construção da sua cultura e memória, possibilitando uma maior compreensão da relação mais ampla do curso e da própria instituição com o processo histórico entre o local e o global.

### 2.3- ANÁLISES DOS DADOS

No processo de análise, após coletadas todas as informações necessárias, a partir da realização das entrevistas e da pesquisa documental, trabalhamos o cruzamento dessas informações para chegar aos resultados previstos.

A análise dos dados foi dividida em etapas. A primeira etapa começou pela transcrição das entrevistas semiestruturadas, logo após, foi realizada a leitura compreensiva do material das entrevistas, analisando as informações referentes ao Curso Normal Rural. Na segunda etapa, foram analisados os documentos do acervo da instituição, seguindo o critério de assunto de cada documento, uma vez que a organização de análise partiu do planejamento da ordem por assunto, na qual começamos a análise por meio da leitura cuidadosa de cada documento para não perder nenhum detalhe e, depois, recorrer aos escritos bibliográficos. Por fim, foi realizado o cruzamento das informações dos documentos com as entrevistas semiestruturadas, que juntos ou a partir do outro, pôde revelar a sua verdadeira intencionalidade e função.

O processo de análise dos dados requer o cuidado com os procedimentos, seja na transcrição das informações na codificação das respostas, na leitura dos documentos, na interpretação e na tabulação dos dados. Gil (2002) afirma que:

Após, ou juntamente com a análise, pode ocorrer também a interpretação dos dados, que consiste, fundamentalmente, em estabelecer a ligação entre os resultados obtidos com outros já conhecidos, quer sejam derivados de teorias, quer sejam de estudos realizados anteriormente (GIL, 2002, p. 126).

Dessa forma, o autor, estabelece que o pesquisador deva ser cuidadoso na interpretação e análise dos dados e que essa parte requer um tempo precioso no desenvolvimento da pesquisa.

Sendo assim, essas escolhas metodológicas possibilitaram caminhar na direção do desenvolvimento da pesquisa, alcançando a questão de pesquisa e os objetivos do projeto, construindo um arcabouço de conhecimentos necessários ao aprofundamento da discussão coerente sobre o Curso Normal Rural ofertado pelo Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, durante o período pesquisado.

### **3- PRIMEIROS APONTAMENTOS DA FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE NO BRASIL**

O objetivo deste capítulo é apresentar uma retomada histórica sobre a formação e profissionalização docente no Brasil, destacando as dificuldades e os desafios da profissão frente à educação. É neste contexto que abordaremos a gênese das Escolas Normais (séculos XIX e XX), especialmente, as mudanças que ocorreram na legislação referente a essa modalidade de ensino e seus impactos para a preparação dos professores para atuar no ensino.

#### **3.1- REFLEXÕES ACERCA DA ESCOLA NORMAL NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS**

Desde os tempos coloniais até meados do Período Imperial, para a formação de docentes da educação não havia uma política de investimentos e de diretrizes sistemáticas.

Na definição de Villela (2003):

O concurso de nomeação para as aulas régias exigia apenas a apresentação de provas de moralidade fornecidas pelo padre da paróquia e pelo juiz de paz da localidade de origem do candidato à licença docente. Exigia-se, também, que o futuro professor conhecesse aquilo que deveria ensinar, para tanto, ele era avaliado (a) por uma dissertação apresentada à banca de seleção pelo Diretor Geral dos Estados, prova de leitura e escrita e prova de conhecimentos gerais. (VILLELA, 2003, p. 29).

A autora aponta que o concurso também exigia que os professores tivessem a missão de conhecer aquilo que deveriam ensinar, de modo que o processo de avaliação se definia por métodos, pois o (a) candidato (a) era avaliado (a) por uma dissertação apresentada à banca de seleção pelo Diretor Geral dos Estados, prova de leitura e escrita e prova de conhecimentos gerais.

Vale ressaltar, como vinha sendo tratada a questão da educação ao longo dos anos. Conforme afirma Galego (2008):

[...] em meados do século XIX, a preocupação com as questões da educação ressurgiu na cena pública brasileira, e as críticas ao modo como se vinha organizando o ensino ganhou corpo, uma vez que a prometida eficiência do

método Lancaster<sup>1</sup> se concretizou de forma positiva por um determinado tempo no sistema de educação, pois depois esse método dificultou pela falta generalizada do aparelhamento pedagógico que esse método demandava. (GALEGO, 2008, p. 31).

Pelo que defende o autor, percebe-se que, no que diz respeito ao processo de como era organizado o ensino, o projeto de formação docente ganhou impulso centrado nas escolas normais, essas sim encarregadas de garantir a perfeita aplicação do método de ensino e o suficiente preparo dos professores para o exercício das suas tarefas.

Como observam Vicentini e Lugli (2009, p. 120), “[...] a história dos professores compreende a organização de um campo específico de atuação. Esse espaço de trabalho foi se tornando cada vez mais complexo”.

Durante o processo histórico de consolidação da Escola Normal<sup>2</sup>, diversos fatores sociais, econômicos e culturais colaboraram para formatar e destinar a esse ramo de ensino a tarefa de formar professores para o magistério primário. Nessa análise, afirma Ortiz (2014, p. 11): “[...] buscamos os princípios e propostas legais que fizeram emergir e nortearam a configuração da Escola Normal no Brasil, desde o século XIX até a segunda metade do século XX, quando ocorre sua decadência enquanto escola profissional”.

No pensamento expresso por Schaffrath (2008, p. 17), “[...] ao longo da história da educação, a questão da formação de professores obteve maior ou menor relevância no cenário social em que pesem outros fatores”.

Esse fato tornou-se necessário para formar professores para difundir padrões culturais e morais que favorecessem a construção dos estados nacionais, objetivo proposto por diversas nações.

É possível afirmar que, no século XIX, teve início o fortalecimento da dimensão institucional das discussões sobre o ensino e o crescimento das instituições na área:

---

<sup>1</sup> O método Lancaster, também conhecido como ensino mútuo, foi criado em 1801 na Inglaterra, durante a Revolução Industrial. Os alunos, que podiam chegar a 500 numa classe, eram organizados em grupos menores, que deveriam ser instruídos por um monitor. O professor ficava num estrado alto, do qual podia ter uma visão completa da atividade dos diversos grupos de alunos, aos quais não se dirigia diretamente a comunicação com a classe era feita por meio de sinais. Os únicos que podiam falar com o professor, para receber as lições de leitura, escrita, cálculo e catecismo eram os monitores, que depois deveriam repetir os ensinamentos a seus respectivos grupos (BASTOS, 2005 p.32).

<sup>2</sup> A denominação Escola Normal foi utilizada pela primeira vez pelo abade La Salle, na França, no ano de 1685. Naquele momento, significava ensino coletivo, dado a grupo de crianças, na forma aproximada de uma conversa. No início do século XIX, essa mesma expressão passou a significar “escola modelo”. Na concepção francesa, a Escola Normal seria aquela na qual os futuros professores aprendiam o modo correto de ensinar a norma, por meio de salas de aula modelo, nas quais os observariam docentes ensinarem crianças de acordo com as formas exemplares, onde os futuros professores podiam se aproximar das práticas de ensino desenvolvidas com alunos reais (VICENTINI; LUIGLI, 2009 p. 33).

Fazendo com que o campo educacional brasileiro fosse, gradativamente, tornando-se autônomo. A organização de sistemas escolares estaduais e a delimitação do espaço profissional dos professores constituíram marcos no processo de estruturação do campo que envolveu, também, a criação de instituições para a formação docente, a produção e a circulação de conhecimentos específicos para a área. (CATANI, 1989, p. 16).

Com base na análise da autora, é importante considerar que foi no âmbito das entidades do magistério que emergiu o processo de disputa em torno das políticas educacionais, com o objetivo de viabilizar e conquistar melhores condições de trabalho e de salários, visando ao exercício da profissão docente de forma mais qualificada.

A formação e a profissionalização docente passaram por um lento processo no Brasil, apresentando diferenças regionais em termos de salário, como afirma Vicentini e Luigli(2009, p. 90):

“[...] a história da remuneração dos professores é tarefa que apresenta algumas dificuldades. Logo, devido às variações históricas da moeda, não é possível saber se os docentes ganhavam muito ou pouco pelo seu trabalho de modo objetivo e confiável”.

Nesse contexto, para compreendermos as relações estabelecidas entre a sociedade, o Estado e os professores ao longo de sua história, temos a noção de ‘sociedade’, tal como a define o sociólogo francês Bourdieu (1989):

Corresponde a um espaço estruturado em função de objetos de disputa próprios, no qual se constituem regras de funcionamento e interesses específicos que são definidos e redefinidos, continuamente, nas lutas travadas por maior legitimidade em seu interior. Com base nessas lutas, são estabelecidas as posições dos agentes e das instituições que compõem o campo e a correlação de forças antagônicas e complementares que nele atuam tanto para manter os seus padrões de hierarquização quanto para transformá-los. [...]. (BOURDIEU, 1989 *apud* VICENTINI; LUGLI, 2009, p. 35).

Observa-se que o debate sobre o espaço profissional dos professores no processo de estruturação do campo se fundamentou em vários conflitos e disputa com base em definir ou redefinir o papel dos professores no país e conquistar melhores condições para exercer a profissionalização de forma mais qualificada.

Estudos empreendidos por Moreira em 1955 demonstram que a média do salário das professoras municipais (na sua maioria, leigas) correspondia ao salário mínimo vigente no estado. Assim:

Os professores estaduais recebiam quase quatro vezes mais que isso. No Estado de Pernambuco, por exemplo, foi elaborado o Plano Trienal de Educação, na gestão do governo de João Goulart (1963 a 1965), presidente do Brasil, que previa, ao lado de medidas de caráter financeiro e de assistência técnica aos estados e municípios, a criação de Centros de Treinamento do Magistério que deveriam oferecer cursos de aperfeiçoamento aos professores da rede pública de ensino primário. “Através destes Centros de Treinamento, o governo federal estimulava a formação de professores supervisores, profissionais que seriam responsáveis pelo acompanhamento de até dez professores leigos em seus locais de trabalho” (BRASIL, 1963, p. 14).

Além desse fator, é preciso considerar que as formas de remuneração expressavam historicamente os diferentes valores relativos dos professores dentro da categoria profissional. (VICENTINI; LUGLI 2009, p.93).

Como assinalam as autoras, ainda hoje, há acentuadas diferenças salariais entre os professores municipais e estaduais para o mesmo nível de ensino. A profissionalização docente só foi possível quando houve a regularização dos pagamentos, passando a constituir um trabalho de tempo integral e dedicação exclusiva.

Segundo Nóvoa (1991):

A profissionalização não é um processo que se produz de modo endógeno. Assim, a história da profissão docente é indissociável do lugar que seus membros ocupam nas relações de produção e do papel que eles jogam na manutenção da ordem social. Os docentes não vão somente responder a uma necessidade social de educação, mas também vai criá-la. A grande operação histórica da escolarização jamais teria sido possível sem a conjugação de diversos fatores de ordem econômica e social; mas é preciso não esquecer que os agentes deste empreendimento foram os docentes [...] (NÓVOA, 1991, p. 123).

Para Vicentini e Lugli (2009, p. 112): “[...] esse processo da profissionalização é entendido, portanto, como uma tarefa coletiva nas quais diversos agentes se engajam motivados por visões contrastantes acerca da docência”.

Ou seja, é compreendido a fim de interferir nas tentativas de delimitar o espaço de atuação dos professores e de estabelecer, assim, as práticas e os valores que deveriam caracterizar a sua atuação.

As visões críticas, nesse enfoque, têm intenções de discutir o papel histórico da profissionalização do professor, contemplando a ressignificação dessa profissão, superando os vínculos com interesses lucrativos:

Para isso, o movimento para reivindicar a profissionalização do professor não significa atender aos ditames do mercado. O movimento da reivindicação pretende resgatar novas possibilidades na profissionalização que pode trazer a qualidade do conhecimento. Considera importante esse contexto de aumento da produção intelectual sobre a escola e sobre o professor, no qual “(...) a bandeira da profissionalização volta a ser desfraldada. No meio acadêmico, principalmente a defesa da profissionalização em geral vem acompanhada do alerta em relação a possíveis engodos incrustados nesse pleito”. (GUIMARÃES, 2004 APUD FERREIRA, 2011, p. 15).

Nessa direção, como aponta o autor, a discussão sobre a profissão docente não se resolve apenas como a definição do código de ontológico. Chama atenção para o fato de afirmar a docência como profissão que implica dar algum destaque, ou seja, deve ser objetivo principal da profissionalização do professor a importância de tornar o trabalho do professor mais digno, mais respeitado à altura da importância do seu papel, passando por processos cognitivos significativos e tornando-se melhores cidadãos.

Os relatos acerca da história dos professores no Brasil, embora muito fragmentados e construídos a partir de indícios, permitem compreender a complexidade e heterogeneidade das condições do trabalho docente no decorrer do século XIX.

Havia a distinção geral entre os professores de “cadeira” públicos e particulares, no entanto, ambos passavam pelo concurso de licenciamento. Estes se diferenciavam quanto às condições de trabalho, dos docentes que não tinham fiscalização ou relação com o Estado para exercerem seu ofício: os padres ou preceptores leigos para o ensino nas residências familiares. (VICENTINE; LUGLI, 2009, p. 210).

De acordo com as autoras, os professores públicos e os particulares obtinham uma cadeira, tendo em vista que o direito oficial de lecionar em escolas era por meio de concursos nos quais esses eram julgados por pessoas eminentes. Na prova, eram avaliadas as qualidades morais, chamadas nos documentos da época de boa *morigeração*<sup>3</sup> que eram atestadas por meio de cartas de recomendação do padre da paróquia e também se o candidato dominava as matérias que iria ensinar.

Na transição do século XIX para o XX, alguns critérios foram articulados em função de uma melhor organização na estrutura da formação do professor:

Outro marco fundamental, nesse cenário foi à substituição do docente religioso pelo corpo docente laico sob o controle do Estado, e que vai demandar o aperfeiçoamento dos instrumentos e das técnicas pedagógicas,

---

<sup>3</sup>Significa boa educação e bons costumes.

bem como a elaboração de um corpo de saberes específicos. O ensino torna-se, assim, assunto de especialistas e a ética docente, no início ligado à vida religiosa, passa à prática de um ofício/profissão. (VASCONCELOS, 2004 *apud* NETO, 2015, p. 10).

Nessa direção, a escola normal passa a cumprir, dessa forma, um papel fundamental na constituição da profissão docente. A partir dela, configura-se o novo professor, deixando para trás o velho mestre-escola do ensino primário.

Fazer um curso normal não era, como hoje, permanecer durante um número definido de anos estudando um conjunto de disciplinas lecionadas por especialistas para obter um diploma. Segundo Vicentini e Lugli (2019, p.34): “Essas escolas foram, até meados do século XIX, estabelecimento a cargo de um único professor que lecionava a totalidade das matérias”.

É preciso considerar, nessa discussão, que tais matérias correspondiam aos conhecimentos do curso de primeiras letras, acrescidas do ensino do método Lancaster ou do método simultâneo<sup>4</sup>. Pois o modo de organização dessas escolas não era seriado, os alunos estudavam até que o professor os considerasse aptos para o exame, que então era realizado por uma comissão julgadora de notáveis locais, tal como no caso da Escola Normal de Niterói.

No Brasil, a formação de docentes para o ensino das primeiras letras em cursos específicos foi proposta no final do século XIX com a criação das escolas normais:

Logo após a promulgação da 1ª Lei da Instrução Pública, nº 38.398 em 15 de outubro de 1827<sup>5</sup> e do Ato adicional de 1834, foi criada a primeira escola normal em Niterói, na Província do Rio de Janeiro, pela Lei nº 10, de 1835. (VICENTINI E LUGLI, 2009, p. 60).

Nos anos que se seguiram à criação da primeira escola normal, conforme atestam os estudos de Leonor Tanuri, a experiência se repetiu em outras províncias, a saber:

[...] em Minas Gerais, em 1835 (instalada em 1840); na Bahia, em 1836 (instalada em 1841); em São Paulo, no Piauí, em 1864 (instalada em 1865); em Alagoas, em 1864 (instalada em 1869); em São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1869; no Pará, em 1870 (instalada em 1871); em Sergipe, em 1870 (instalada em 1871); no Amazonas, em 1872, no Rio Grande do Norte, em 1873 (instalada em 1874); no Maranhão, em 1874, com a criação de uma escola normal particular, subvencionada pelo governo; na Corte, em 1874,

<sup>4</sup> O método simultâneo surgiu no final do século XVII, criado por Jean Baptiste de La Salle, como alternativa ao modo individual de ensino, que correspondia à ação do professor sobre um aluno de cada vez. No método simultâneo, os alunos de uma escola eram divididos em grupos de mesmo nível de aprendizagem (classes), para as quais o professor ensinava a lição de uma só vez. (VICENTINI E LUGLI, 2009, p. 77).

<sup>5</sup> A lei assim determinava que “em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que fossem necessárias” (Art.1º). Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm). Acesso em: 13 maio 2016.

também com a criação de uma escola normal particular, subvencionada pelo governo, e em 1876 com a criação de uma escola normal pública (instalada apenas em 1880); no Paraná, em 1876; em Santa Catarina, em 1880; no Ceará, em 1880 (instalada em 1884) (Moacyr, 1939a, 1939b, 1940); no Mato Grosso, em 1874 (Siqueira, 1999, p. 210); em Goiás, em 1882, (instalada em 1884) (TANURI, 2000, p. 64).

A autora destaca que todas essas escolas eram de responsabilidade dos governos provinciais, significando que essas escolas foram abertas por opção dos dirigentes de cada Estado e estavam condicionadas à disponibilidade de verbas, sempre escassas, tendo em vista as dificuldades materiais que todas enfrentaram. A precariedade da estrutura fez com que esse tipo de ensino tivesse, durante muito tempo, uma existência incerta, atraindo alunos e não eram admitidas mulheres<sup>6</sup> em número insuficiente para manter-se em atividade.

Tanuri (2000, p. 19) aponta: “[...] que foram frequentes, até meados do século XIX, as notícias de fechamentos e reaberturas sucessivas dos poucos cursos existentes no país”.

Nesse sentido a autora, cita como exemplo o caso da Escola Normal de São Paulo que foi aberta em 1846, fecha em 1867, reabre em 1876 e fecha novamente em 1877, reabrindo ainda outra vez em 1880, ou seja, o que representou uma baixa procura pelos cursos de formação de professores e o desprestígio desse trabalho associado à baixa remuneração.

Em Pernambuco, somente em 1864, com a criação da primeira Escola Normal Oficial, na cidade de Recife, instalada em 1865, estabelece-se um marco na institucionalização da formação docente:

Para ingressar na escola o (a) candidato (a) deveria saber ler, escrever, contar, ter 18 anos de idade e bons costumes. Havia um pequeno número de habilitados pela Escola Normal e uma quantidade expressiva de provimento de professores por contrato, de professores interinos no interior que possuíam ou não algum tipo de habilitação profissional, como atestam as reclamações dos relatórios oficiais. (PERES, 2006, p.10).

Com base nesse entendimento, é importante refletir que a ampliação da formação docente no Sertão Pernambuco se exigia pouco, ou seja, apenas o conhecimento básico para o exercício docente no ensino em escolas primárias.

Do ponto de vista da Lei 1836 da Província de Pernambuco, estabeleceram-se critérios para a contratação de professores.

---

<sup>6</sup> A participação feminina no Ensino Normal foi aumentando progressivamente durante o século XIX. Inicialmente destinada aos homens, essa escola começa a receber um número elevado de mulheres já no início do período republicano, até tornar-se uma escola quase que exclusivamente feminina. No final do Império já havia a crescente presença de mulheres nas Escolas Normais. No Ceará em 1886 havia, entre 104 estudantes normalistas, 102 mulheres. Em 1877, no Rio Grande do Sul, havia 34 homens e 89 mulheres na Escola Normal. (TANURI, 1969, p. 46).

Conforme analisa Peres (2006):

Estes deveriam estar preparados na aplicação do método mútuo a ser devidamente examinados, sendo que em 1827 foi promulgada a primeira Lei Orgânica do ensino no Brasil, mas, em Pernambuco, essa lei foi instituída em 1837, com o principal objetivo na ampliação dos deveres e direitos aos professores. Mas foi somente a partir de 1855, que se configurou um maior volume de intervenções legais, estabelecendo um conjunto de normas e intenções, que se procurou uma organização de uma profissão responsável pela direção dos trabalhos de ensino. (PERES, 2006, p. 13).

Nesse sentido, foram estabelecidos para a profissão docente os primeiros critérios de acesso ao ensino público primário, critérios esses que, ainda, não tinham sido configurados na legislação.

Os modos de organizar e administrar o ensino permaneceram dessa forma durante boa parte do século XX. Lugli e Vicentini, (2009, p. 19) afirmam que: “[...] soma-se a isso o fato de que as escolas e os cargos de professores se constituíram em moeda de troca nos jogos políticos locais, o que dava impulso à defesa da autonomia federativa frente ao poder central”.

Isso implica, que muitas iniciativas do poder central não chegaram a ser efetivadas pelos sistemas de ensino locais e, em contrapartida, pode-se constatar a implementação de medidas educacionais duplicadas e paralelas, administrativas vinculadas ao estado, à União ou ao município. Um exemplo significativo, nesse sentido, foram as escolas rurais em Pernambuco na década de 1960, que conviviam, praticamente, lado a lado, escolas rurais mantidas pela União, nas quais as professoras eram mais bem remuneradas.

Vale ressaltar que, refletindo sobre as escolas normais; Vicentini e Lugli (2009) esclarecem:

Que as escolas normais foram sendo disseminadas lentamente, o que se explica pelo seu custo elevado, uma vez que demandavam professores especializados e edifícios próprios. Pode-se dizer que se tratava muito mais de instituições nas quais eram estabelecidos os padrões do conhecimento pedagógico adequado do que efetivamente de lugares de formação do quadro de professores primários da República. Esses cursos funcionavam em número insuficiente para formar todos os professores. (VICENTINI; LUIGLI 2009, p. 29).

De acordo com a compreensão posta pelas autoras, aponta-se que diante dessas limitações, houve a tentativa de garantir que todos os alunos tivessem ao menos professores minimamente preparados para lecionar, uma vez que resultou na transformação do Curso Primário Complementar em curso de formação de professores.

Sobre a formação dos professores, é possível destacar, segundo Tanuri (2000), que:

Na maior parte dos estados brasileiros instaurou-se um modelo dual para a formação de professores primários, que colocava as escolas normais num nível mais elevado, com mais anos de duração e um número maior de disciplinas no currículo. (TANURI, 2000, p. 40).

Assim, define ainda que, ao final da primeira república, a escola normal era um curso que tinha uma extensa parcela de formação geral e uma parcela menor de formação especificamente pedagógica.

No que se refere à Lei Orgânica do Ensino Normal<sup>7</sup> de 1946, procurou dar uma organização nacional à formação de professores, bem como regular a sua articulação com os demais tipos e níveis de ensino:

Tal como fora pela Constituição de 1937, na qual se estabelecera que a União devesse organizar o ensino em todos os níveis no país. A estrutura da formação dos professores com essa lei ficou dividida em dois ciclos: o primeiro seria de quatro anos, com o intuito de formar professores para atuar no ensino primário em instituições denominadas Escolas Normais Regionais e o segundo seria de três anos, destinado à formação do professor primário para as escolas normais e nos Institutos de Educação. (VICENTINI; LUGLI, 2009, p. 46).

Diante desse panorama, a lei preveniu mudanças à estrutura do ensino normal, ou seja, organizou suas relações com os demais níveis e ramos do ensino, uma vez que articulou o ensino primário com o primeiro ciclo do ensino. Isso significa que, para se inscrever-se no exame de admissão do curso, era preciso ter o diploma do ensino primário.

Não se pode negar, no entanto, o papel estruturante da Lei Orgânica para o Ensino Normal, uma vez que a maioria dos estados brasileiros pautou-se por esse modelo. Para Tanuri (2000, p. 18):

[...] em todo o Brasil, somente São Paulo, Sergipe, Alagoas, Amazonas e o Distrito Federal tinham o Curso Normal como único modo de formar professores primários, ou seja, eliminaram a estrutura para a formação dos agentes do ensino.

Quanto à década de 1950, houve uma expansão considerável do Ensino Normal, cujas matrículas cresceram 150% entre os anos de 1951 e 1960.

---

<sup>7</sup>BRASIL. Decreto-Lei n.º 8.530, de 2 de Janeiro de 1946. Institui a Lei Orgânica do Ensino Normal. Diário Oficial, Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 24 maio 2016.

Esse crescimento ocorreu predominantemente na rede de ensino particular, uma vez que mais de dois terços dos cursos normais secundários no Brasil nesse período eram particulares e concentravam-se nos estados de São Paulo e Minas Gerais. É importante observar que, embora o número de Escolas Normais oficiais fosse reduzido, tendo em vista as necessidades de professores formados, havia um número considerável de escolas normais de iniciativa particular, que não eram submetidas ao controle e à fiscalização do Estado. Isso significava também que seus diplomas não possuíam validade oficial. Para que os diplomas desses estabelecimentos particulares tivessem alguma validade para prestar concurso público, era preciso que estes se submetessem à inspeção oficial que, ao verificar a existência de condições próprias de funcionamento, atribuía a esses cursos a condição de equiparados aos cursos normais públicos e, num período posterior, autorizava o seu funcionamento. (TANURI, 2000, p. 46.).

Na opinião da autora, o crescimento acelerado do ensino normal no país gerou críticas com relação aos critérios com os quais se concediam equiparações para os cursos particulares e públicos de formação de professores, uma vez que esses pareciam caracterizar-se por baixa exigência com relação à qualidade do ensino, que, ao combinar-se com um controle ineficaz por parte do poder público, tinha efeitos perversos com relação ao preparo dos professores primários.

Durante a década de 1960, foram criados os cursos normais noturnos, que seguiam o mesmo currículo e estrutura dos cursos diurnos, mas produziam grandes perdas em termos do rendimento dos estudos realizados. Segundo Tanuri (2000, p. 46):

[...] os alunos vinham cansados para as aulas e, portanto, tinham menos condições de aprender, o que era ensinado e de realizar os estágios necessários para a formação prática, na qual as escolas regulares nas quais os estágios deveria se realizar funcionava apenas em período diurno.

Nesse viés, explica a autora que o currículo da escola normal passou a ser objeto de críticas, uma vez que a aproximação entre esse curso e o ginásio colegial, processada a partir da Lei Orgânica de 1946 e completada em 1971, descaracterizava as funções de preparo profissional dos normalistas. A preparação de professores passou de um curso em dois níveis destinado exclusivamente à formação profissional para um curso secundário de caráter geral com algumas disciplinas de formação específica.

Ainda na análise da autora, é importante frisar que, na década 1960, eram assinalados como problemas que contribuíram para a má qualidade dos cursos de formação docente, tais como: o despreparo dos estudantes que se destinavam ao ensino normal, a baixa exigência de muitas instituições com relação ao nível de conhecimentos necessários para a diplomação e a falta de articulação entre as diversas disciplinas que compunham o currículo.

Na década de 1960, as Escolas Normais começaram a ter sua qualidade de ensino questionada, tendo sido identificadas, muitas vezes, como cursos de formação geral para moças e futuras donas de casa, em vez de cursos de profissionalização docente. De acordo com Vicentini e Lugli (2009):

A esse desprestígio, aliaram-se as dificuldades salariais dos professores, acentuadas desde o governo de Juscelino Kubitschek, quando a inflação impôs a diminuição do poder aquisitivo da categoria. Essa foi uma situação paradoxal porque a tão almejada formação específica exigia por parte dos professores o investimento na compra de livros e na frequência em cursos de atualização. As associações e sindicatos docentes, em alguns estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul), passaram a organizar atos públicos com a participação de professores de deferentes segmentos primário e secundário da rede pública e particular e, em alguns casos, chegou-se a recorrer à greve, o que causou grande estranheza por se considerar uma atitude incompatível com a nobreza da sua missão. (VICENTINI; LUGLI, 2009, p. 222).

De acordo com as autoras, entretanto, ao reconhecer a importância da recompensa financeira da docência, esse tipo de movimentação acabou por reforçar a imagem do professor como um profissional, que precisava ser condignamente remunerado para exercer a sua função. Durante as décadas de 1960 e 1970, muitas professoras assumiram o papel de arrimos de família, seus salários deixaram de apenas complementar os vencimentos dos maridos. Todos esses aspectos impuseram mudanças na imagem profissional docente, no conhecimento especializado da categoria e nas condições de exercício do magistério.

Para compreender o surgimento dessas numerosas e variadas críticas ao Ensino Normal, tanto por parte de professores como da administração do ensino, é preciso considerar as transformações que a rede escolar sofria no período: grandes contingentes de crianças das camadas menos favorecidas foram incorporadas ao sistema de ensino, o que se combinou com uma aguda percepção da ineficiência das escolas para educar apropriadamente a população. (VILELLA, 2003, p.48).

De acordo com essa perspectiva, Saviani (2009) informa-nos que:

Com o golpe militar de 1964 exigiu adequações no campo educacional, efetivadas mediante mudanças na legislação do ensino. Em decorrência, a lei n. 5.692/71 (Brasil, 1971) modificou os ensinos primários e médios, alterando sua denominação respectivamente para primeiro grau e segundo grau. Nessa nova estrutura, desapareceram as Escolas Normais. Em seu lugar foi instituída a habilitação específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau (HEM). Pelo parecer n. 349/72 (Brasil-MEC-CFE, 1972), aprovado em 6 de abril de 1972. (SAVIANI, 2009, p. 147).

O autor define que, paralelamente, a habilitação específica do magistério foi organizada em duas modalidades básicas: uma com a duração de três anos, que habilitaria a lecionar até a 4ª série; e outra com a duração de quatro anos, habilitando ao magistério até a 6ª série do 1º grau. O currículo mínimo compreendia o núcleo comum, obrigatório em todo o território nacional para todo o ensino de 1º e 2º graus, destinado a garantir a formação geral.

Ao refletirmos sobre a profissão do professor no contexto da nossa sociedade:

Inúmeras representações e inquietações sobre o ser professor surgem de maneira significativa, ou seja, é possível identificar que a atividade docente passa por diversas transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e pedagógicas, e essas acabam afetando o exercício profissional. (SANTOS, 2012 *apud* NETO, 2016, p. 10).

Observa-se que tanto o aluno como o professor enfrentaram dificuldades e superação, visando à qualidade do ensino favorável para todos, desafios que foram enfrentados com bravura, por uma perspectiva de vida melhor. Assim, é preciso estudar os acontecimentos do passado para melhor compreender a educação, pois é nesse momento especial que surge a importância do caminhar histórico da “história do Curso Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora”, uma instituição que formava professoras para atuarem nas localidades que não possuíam ainda a presença da escola e que contribuiu com o ensino na cidade de Petrolina e região, objeto de estudo desta dissertação.

#### **4- PARTICULARIDADES DA EDUCAÇÃO E A CHEGADA DO COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA EM PETROLINA**

Este capítulo tem como objetivo enfatizar a história da criação do município de Petrolina e as primeiras iniciativas do contexto histórico da educação. Destaca a criação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora na modalidade de ensino confessional e a existência do “Curso Normal Rural”, primeiro curso de formação de professores na região. Para isso, discorreremos acerca das instituições de ensino confessional e a congregação salesiana.

##### **4.1- PETROLINA: TRAÇOS DO CONTEXTO HISTÓRICO DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO**

A origem da sede deste município<sup>8</sup> é desconhecida, rezando a tradição ter sido uma fazenda de criação de gados e, que servia de hospedagem aos negociantes de gado, que vinham de diversas cidades do Estado de Piauí para a cidade de Juazeiro, Bahia. Segundo Brito (1995, p. 14): “Por causa disto, lhe veio o nome de “Passagem de Juazeiro”, nome que conservou por muito tempo até que com a criação da Freguesia, deu-lhe a denominação de “Petrolina”.

Assim, de acordo do ponto de vista da autora, estabelece que Petrolina situa-se na parte Sudeste do Estado de Pernambuco e faz parte da microrregião homogênea do Sertão do São Francisco, cidade essa que possui uma localização privilegiada pelo fato de estar às margens esquerdas do rio São Francisco, que serve de divisa estadual entre Pernambuco e Bahia. Vale ressaltar que, entre Petrolina e Juazeiro, situa-se uma das poucas pontes ligando as duas margens do rio São Francisco.

---

<sup>8</sup>O nome Petrolina teria sido derivado de “Pedra Grande”, expressão dada a uma pedra existente ao lado da Igreja Matriz e que foi utilizada nas obras da construção da Igreja Catedral. Outra explicação sobre a escolha do nome teria sido dada em homenagem ao Imperador D. Pedro II, quando de suas andanças pelo Rio São Francisco. (BRITO, 1995, p.13).

**FIGURA 1** - Localização do Município de Petrolina



Fonte: <http://www.viagemdeferias.com/mapa/pernambuco/>

Em fins da segunda metade do século XIX, a cidade de Petrolina era conhecida como uma pequena cidade do interior de Pernambuco:

Não é à toa que ficou conhecida como “passagem de juazeiro”, referia-se aos dois pontos de embarque e desembarque, situado um de cada lado do rio, quase defronte um do outro. Os dois pontos não estavam propriamente separados, mas o rio era como se fosse o cordão umbilical de gêmeos univitelinos, quanto mais os separava, tanto mais os unia. (BRITO, 1995, p. 15).

Conforme o entendimento acima, atualmente, não é possível falar de Petrolina sem Juazeiro e vice-versa. Conforme acontece entre irmãos, as duas comunidades constroem suas respectivas identidades.

Nesse sentido, de acordo com Chilcote (1991), em fins do século dezenove até a Primeira Guerra Mundial, Petrolina esteve geograficamente isolada da capital do estado, sem meios de comunicação, e sofria com a seca incessante. As autoridades estaduais e federais pouca atenção davam aos três mil e quinhentos habitantes que viviam sobre o domínio patriarcal. Petrolina dependente de Juazeiro, que sempre tratou a cidade como simples tributária. Assim:

Em seus primeiros anos de município, Petrolina tinha fama de “atrasada”, “resistente ao progresso e carente de iniciativa, para promover uma mudança social e material que desse origem a um núcleo humano relativamente civilizado”; esse atraso era visto como resultado de “nossa burguesia” e sua limitada atividade empreendedora, sua pecuária primitiva e sua incapacidade

de instalar uma só indústria que fosse: não existia nada que se assemelhasse à idéia de trabalho. (CHILCOTE, 1991, p. 80- 81).

Dessa forma, conforme esclarece o autor, com a instalação de uma indústria de borracha na região trouxe alguma mudança para o desenvolvimento da cidade de Petrolina, tais como: o volume do comércio duplicou, passou-se a produzir algodão e a pecuária se desenvolveu.

Para Aquino (2013, p. 2): “[...] quanto à disparidade entre a cidade de Petrolina e a cidade de Juazeiro, é facilmente observada que, no ano de 1924, data da chegada do primeiro bispo de Petrolina, Juazeiro era conhecida como “futura capital do São Francisco”, sendo muito bem estruturada”.

Na sua análise, Cavalcante (1999) afirma que:

Juazeiro possuía uma bela Igreja [...] possuía também hospital de caridade, viação do São Francisco (transporte fluvial). Matadouro público, Câmara Municipal, telégrafo, Mercado Público, Correio, Banco do Brasil, sede de capitania dos portos, Prédio escolar, Club comercial (instituição beneficente), estação de trem, tipografia e jornal “o Echo”. (CAVALCANTE, 1999, p. 13).

Essa afirmativa explica o fato de que, ao contrário de Juazeiro, Petrolina apresentava uma população seis vezes menor de que Juazeiro. Nessa temporada, a cidade simplesmente retratava um trecho caminho, que era percorrido pelos comerciantes que traziam mercadoria de outras regiões, como o Piauí, visando a chegar a Juazeiro e de lá alcançar Salvador e o resto do país.

Na análise de Sampaio (2014, p. 60), ele aponta: “[...] com o passar do tempo, a cidade de Petrolina foi gradativamente modificando suas feições e ganhando novos contornos. Ruas, praças e avenidas foram sendo desenhadas em seu mapa”.

Após a chegada do bispo Dom Malan, o então recém-empossado Bispo empreendeu uma série de reformas na cidade, seguindo os preceitos da romanização<sup>9</sup>:

Com a elevação da paróquia de Petrolina à de Diocese até a chegada do novo bispo, a cidade possuía a Igreja Matriz, na época chamada de cátedra episcopal, que já precisava de reformas. A partir da chegada de Antônio Maria Malan, essa reforma foi questionada pelo Bispo e pelos membros da

---

<sup>9</sup>Foram os historiadores ligados ao CEHILA que difundiram a utilização do termo romanização como sinônimo do projeto ultramontan o de restauração católica para o Brasil dos séculos XIX e XX. O conceito de romanização já aparece formulado no tomo da obra História da Igreja no Brasil, publicado em 1980, que se tornou um clássico para qualquer estudo de história das religiões no Brasil. (RIBEIRO, 2003, p. 34).

Diocese. Apesar de considerada uma Igreja de portes suficiente para uma cidade com as características de Petrolina. Dom Malan ambicionou maiores projeções para a Diocese Logo, um mês depois de sua posse, criou uma comissão para construir uma igreja catedral. (AQUINO, 2013, p. 4).

Desse modo, de acordo com o entendimento do autor, observa que o Bispo tinha o objetivo de que a Construção da Catedral<sup>10</sup> representasse um marco para o desenvolvimento da cidade.

Quanto ao dia 15 de agosto de 1929, o padre Francisco José Cavalcante, na sua obra “Catedral e as casas de Petrolina: profecia e evocação” descreve com detalhes esse momento:

O largo espaço, entre a Catedral e as casas da cidade, estava tomando de pessoas que se movimentavam em meio à decoração simples à base de bandeirolas coloridas. Mais ou menos em frente à nova Catedral e onde é hoje a Praça Dom Malan, erguia-se um correto, construído imitando as linhas arquitetônicas da Catedral. A força do sol, aliada ao costume da época, obrigava os homens, vestidos de terno e gravata, a usarem chapéus. As mulheres portavam sombrinhas ou guarda-chuvas. O fervilhar humano levantava poeira quente, justificando os lenços abaixo da face. (SAMPAIO, 2014, p. 10).

Dessa forma, o desenvolvimento de Petrolina foi influenciado pela construção da igreja, que, após a construção da catedral, aumentou a melhoria da cidade do povo petrolinense, ou seja, tal iniciativa gerou uma mobilização política que fez outras áreas da cidade a serem desenvolvidas.

Sendo assim, o crescimento da economia na década de 1920 foi acompanhado de novos desenvolvimentos no setor cultural na cidade de Petrolina. De acordo com o estudo de Chilcote (1991):

Em 1920 havia oito escolas primárias (três particulares, duas estaduais e três municipais), e uma de nível secundário, o Colégio Frei Caneca. No prazo de seis anos a diocese local (com o seu primeiro bispo, Dom Antônio Maria Malan) instalou diversas novas escolas religiosas, entre as quais a Nossa Senhora Auxiliadora e o Seminário Diocesano, em 1927, foi fundado o colégio D. Bosco. Essa base educacional fortaleceu-se nos anos seguintes, e Petrolina passou a ser considerada a “capital intelectual do São Francisco. Ainda que artigos publicados na década de 1920 afirmassem que Petrolina dependia economicamente de Juazeiro, não há dúvida de que, nos anos trinta, Petrolina dominava no campo educacional. Que Petrolina se orgulhava de seu sistema educacional, como um meio de contrabalançar a

---

<sup>10</sup> Inaugurada a Catedral de Petrolina no dia 15 agosto de 1929 construída pela empresa Odebrecht, em estilo neo-gótico, concretização de arrojado sonho de Dom Malan, cinco anos após sua chegada a esta diocese. (LUZ, 1995).

dependência em relação a Juazeiro, refletia-se às vezes na importância de que se atribuía como centro de vida intelectual. (CHICOLTE, 1991, p. 84).

Ambas as comunidades, Petrolina e Juazeiro, dependiam do apoio estadual para a execução dos programas educacionais, e Petrolina, particularmente, conseguiu atrair recursos para sustentar um dos melhores sistemas escolares do sertão do Nordeste brasileiro.

Petrolina sempre foi conhecida por suas boas escolas, e o contraste com as escolas de Juazeiro era espantoso:

A maioria das crianças, mesmo as das famílias pobres, frequentava a escola primária em Petrolina e muitas delas continuavam a estudar em uma das cinco escolas secundárias, duas das quais eram públicas e as outras sugeridas particularmente, com a assistência do estado (duas pela igreja católica e a outra pela igreja batista). A faculdade de formação de professores oferecia um curso de três anos de educação. Em 1970, Juazeiro possuía uma escola de agronomia e uma escola de filosofia, quase em extinção, tinha apenas duas escolas secundárias, ambas superlotadas, e muitas escolas primárias de classe única, espalhadas pela cidade. (CHILCOTE, 1991, p. 132).

Dessa forma, percebe-se que havia uma diferença considerável nas verbas destinadas para a educação, uma vez que eram mais amplos os serviços oferecidos por Petrolina nessa área.

**Quadro 2-** Repartições Administrativas de Petrolina e Juazeiro (1970)

Educação e Cultura	
Juazeiro	Petrolina
++ Núcleo (primário) (E)	++ Núcleo (primário) (E)
++ Colégios secundário (E)	++ Colégios (secundários) (E)
Dep. De Educação e Cultura (M)	Biblioteca Municipal (M)
+ Escola de Agronomia (F)	Fundação Educacional (E, M, P)
MOBRAL (alfabetização) (F)	CEMIC (juventude) (F)
	Escola Normal (E)
	MOBRAL (alfabetização) (F)
Nota: P= privada, M = municipal, E = estadual, F = federal	
+ Departamento da comunidade moderadamente significativa ++ Dependência de comunidade muito significativa	

Fonte: Livro *Transição Capitalista e a Classe Dominante no Nordeste*, autor Ronald H. Chilcote

Observa-se que, conforme analisa o autor, o quadro apresenta a importância de algumas repartições estaduais e federais para as duas comunidades. Juazeiro dependia de muitas das atividades educativas e culturais acima mencionadas, já Petrolina um pouco menos.

Dessa forma, a história do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora está intimamente ligada à educação de ensino particular e à chegada de Dom Antônio Maria Malan<sup>11</sup> à cidade de Petrolina em 1923. Para Brito (1995, p. 20) descreve: “[...] os colégios Nossa Senhora Auxiliadora e Dom Bosco, são instituições de ensino confessionais mantidas pela congregação salesiana, ambas fundadas em 1926, para atender às demandas educacionais dos filhos da elite local da época”.

Em uma reportagem “Pelo Progresso de Petrolina Mais um Grande Melhoramento na Cidade”, o jornal *O Pharol* afirma que:

Innegavelmente Petrolina avança no caminho do progresso. Depois da fundação da Diocese e posse do nosso grandioso Bispo o Exmo Sr. Dom Antonio Malan, muitos melhoramentos foram introduzidos na cidade. Temos hoje dois importantes estabelecimentos de ensino o Collegio N.S

<sup>11</sup>Dom Antonio Maria Malan, nasceu em Cuneo, Itália, a 16 de Dezembro de 1862. Ingressou na sociedade salesiana em 1882 e foi ordenado sacerdote a 28 de outubro de 1889. Em 1924 foi removido para a cidade de Petrolina, no Estado de Pernambuco, da qual foi o primeiro bispo da região e fundador do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora para meninas. (BRANDÃO, 2012, p. 30).

Auxiliadora, dirigido por freiras Salesianas e o Collegio D. Bosco, dirigido pelo Revm. Pe. Ezequiel Fraga [...]. (PHAROL, 1925, n. 10).

Com relação ao ensino particular na cidade de Petrolina, de acordo com Brito (1995):

Com a implantação dos dois primeiros colégios particulares em Petrolina de ensino confessional. O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora e o Dom Bosco, os estudantes de Juazeiro, devido às deficiências do sistema de educação naquela cidade, vinham estudar em Petrolina. Embora fosse um pequeno número de alunos que completava o curso primário e secundário relativos a outras cidades do Nordeste, especialmente, as do interior, Petrolina apresentava grande número de diplomados. (BRITO, 1995, p. 269).

Então, logo existiam colégios na cidade à época da construção dos dois colégios religiosos; entretanto, Dom Malan acreditava ser fundamental para o povo e para o desenvolvimento da cidade, uma escola que tivesse orientação católica:

Essa situação justifica a sua preocupação com a construção desses colégios. Para tanto, Dom Malan contou mais uma vez com a participação do prefeito Pacífico da Luz. Antes mesmo da inauguração do colégio feminino, a futura diretora da instituição, Modesta Martinelli, faleceu, o que gerou o desejo das outras irmãs de voltar para Itália, seu país de origem. Foi à intervenção de Pacífico que as fez permanecer e abrir o colégio. (AQUINO, 2013, p. 06).

Assim, com ajuda do prefeito e o trabalho coletivo do bispo e das irmãs salesianas, o colégio foi aberto, o que representou um avanço para a cidade.

Outro aspecto importante da educação em Petrolina, “[...] é que era realizada principalmente em casas particulares, o ensino primário público ou privado era ministrado por meio de preceptores”. (BRITO 1995, p. 257).

Do ponto de vista de Brito, receber instrução antigamente em Petrolina era privilégio dos ricos. O professor, o pedagogo, e até mesmo o leigo iam ministrar aulas para as crianças nas residências das mesmas.

Pereira (2002, p.10) define que: “[...] essa forma de escolarização era utilizada em várias localidades brasileiras, pelos fazendeiros que traziam preceptores da cidade para morarem em suas residências e dar instrução aos seus filhos (as)”.

Verifica-se que, do ponto de vista do autor, isso mostra como foram construídas as bases da educação brasileira. Essa prática, de certa forma, eximia o poder público de investir em escolas públicas, permitindo a existência de um dualismo educacional com escolas privadas para as ricas e pouquíssimas ou nenhuma escola gratuita para os pobres, tirando dos filhos das famílias pobres o direito de aprender, que, sem perspectivas, acabavam trabalhando

nas lavouras ou no comércio, por não terem condições de custear seus estudos nas instituições particulares na maioria confessionais. Essa realidade perdurou por muitos séculos em diversas regiões brasileiras.

Cabe salientar que, na década de 20 do século passado é criado o “Grêmio Escolar Frei Caneca”, pelo professor Antônio Rodrigues de Macedo:

Eram turmas de meninos e meninas, porém ensinos distintos e separados, o prof. Antônio Rodrigues dirigia a parte do ensino masculino e Dona Cizinha Santana dirigia o ensino feminino. (BRITO 1995, p. 258).

No tocante ao objetivo do grêmio escolar Frei Caneca, a autora esclarece que completar o ensino elementar era o máximo que se podia obter naquela época, o aluno ler corretamente, ter boa caligrafia, saber de cor a tabuada para fazer bem as quatro operações. Após esse estudo, o aluno passaria a ter noções de gramática, história, geografia e conhecimentos gerais. Nessa década, Petrolina já possuía oito escolas primárias; três particulares, duas Estaduais e três municipais, algumas dessas escolas funcionavam na própria residência do professor. Vale frisar que quanto mais velho professor era, mais crédito aceitação e respeito tinham pelos pais e alunos.

No final da década de 1930, o Estado nomeia professoras para as escolas públicas, conforme afirma Brito (1995):

Izabel Souza (Professora Belinha), Juracy Ferreira Nunes e Arani Coelho, ex-alunas do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, as professoras Adelina Almeida e Maria Augusta já tinham voltado para a sua terra em Natal, ficando a professora Juracy Nunes à frente das Escolas Reunidas Dom Malan (antigo prédio escolar) que já tinham em seu quadro quatro professoras, de acordo com a lei estadual vigente toda professora concursada teria que passar dois anos no interior para só depois lecionar na cidade de origem, fato que não aconteceu com as referidas professoras que teriam sido colocadas por pistolão, porém como cita a autora: “a política sempre tem seus reveses” e as professoras Juracy e Arani transferidas para o interior, essas professoras eram perseguidas por serem, uma filha do Sr. João Barracão (Juraci) e a outra (Arani) eleitora e amiga íntima da família do político. (BRITO, 1995, p. 260).

Na visão da autora, foram muitas as professoras<sup>12</sup> que se dedicaram ao ensino primário em Petrolina e todas mereciam ser lembradas, professoras nomeadas pelo Estado, que

---

<sup>12</sup>Ivone Santana, Eva Mota, Aidil Fernandes, Nair Amorim, Luiza Cabral, Lila Maniçoba, Maria de Lourdes Régis, as irmãs Edeltrudes e Ednéa Rodrigues Araújo, as irmãs Maria Wilza e Mary Belgium, as irmãs Laurita e Laura Léda, Lenita Coelho, as irmãs Hildete e Divina Santana, Mitonha, Rosália Lima, Orcina Coimbra, Maria da Paz do Nascimento, Osa Santana, Maria das Dores Modesto, Cremilda Sá Ledo, Nelinha Belo, Luzinete Pombo, Raimunda Soares e muitas outras. (BRITO, 1995, p.260).

passaram meses sem receber parcos vencimentos e, nem por isso, fugiam às suas responsabilidades como educadoras.

Nesse sentido, “(...) a educação em Petrolina no seu princípio sempre ficou a cargo da diocese, a prefeitura com seus investimentos e “recursos” limitados, buscava alfabetizar as crianças durante o dia e os adultos durante a noite, professores muitos deles leigos”. (BRITO, 1995, p. 262).

Dessa maneira, outro ponto abordado pela autora, retrata que, entre os anos de 1930 a 1961, na cidade, as escolas eram escassas tanto estaduais como municipais, e avançar, de alguma forma, nos estudos era privilégio de poucos, dos filhos dos mais abastados pela caridade de algum coronel ou pelas bolsas de estudos, que eram somente destinadas ao curso ginasial. Distribuídas por meio de apadrinhamento de algum coronel, que, por muitas vezes, eram trocadas pelos conhecidos votos de cabrestos das famílias pobres que almejavam um futuro melhor para seus filhos.

Percebe-se que os trabalhos desenvolvidos pelo bispo, foram exemplos de melhorias proporcionadas para a sociedade, pois, para que as obras fossem construídas, foi necessária a mobilização da população e dos políticos locais.

#### 4.2- ENSINO CONFSSIONAL: UM MODELO NA EDUCAÇÃO

O estudo da instrução confessional, já avançada nos processos de institucionalização das sociedades como um todo:

Também representa a tentativa de inquirir as circunstâncias em que tal fenômeno, sob a batuta dos mais variados representantes do cristianismo, sejam atores docentes ou atrelados às ordens eclesiásticas que vêm, há séculos, legitimando culturalmente seus respectivos repertórios educacionais. (BERGER; LUKMANN, 1999 *apud* SILVA; SANTOS, 2003, p. 77).

Sendo assim, suas ações são justificadas em prol da construção e manutenção de espaços de instrução declaradamente cristãos, ou normatizações oficiais de como deveria ser educado.

Conforme observa Kulesza (2010, p. 15): “[...] a igreja católica e seus respectivos líderes, enquanto corpo institucional, bem como seus intelectuais, a perceber a potencialidade da instrução como ponta de lança na afirmação de seus ensinamentos”.

A escola confessional Católica nasce com a pretensão de ser parte da missão da Igreja, como meio privilegiado para a formação integral do ser humano. Portanto, é parte integrante da missão da Igreja e lugar de evangelização, de autêntico apostolado e de ação pastoral.

Assim:

[...] A presença da Igreja no setor escolar manifesta-se com especial evidência através da escola católica. Não menos que as demais escolas, visa os fins culturais e a formação humana dos jovens. É, porém, característica sua criar uma atmosfera de comunidade escolar animada pelo espírito evangélico da liberdade e da caridade, auxiliar os adolescentes a que no desdobramento da personalidade também cresçam segundo a nova criatura que se tornaram pelo batismo [...]. (JUNQUEIRA, 2017, p. 5).

Dessa maneira, os autores analisam que, antes do Concílio Vaticano II<sup>13</sup>, a escola serviria à sociedade perfeita, inscreviam-se os que seriam salvos. Após o Concílio, a escola católica se sobressaiu e adquiriu um novo estatuto. Deixou de ser restrita e assumiu de fato uma perspectiva católica aberta a todos que escolham e acentuem o caráter específico de seu projeto educativo.

Considerando o Concílio Vaticano II- 1960, ponderava-se a importância da escola, enumerando algumas de suas funções:

Entre todos os instrumentos da educação, possui a escola importância peculiar. É por força de sua missão que ela aperfeiçoa, com desvelo ininterrupto, as faculdades intelectuais, desenvolve a capacidade de julgar com retidão, faz participar no patrimônio da cultura adquirido por gerações passadas, promove o sentido dos valores, prepara a vida profissional, faz nascer relações de amizade entre os alunos de índole e condições diversas e, assim, favorece a disposição mútua de se compreenderem. (JUNQUEIRA, 2017, p. 15).

Na compreensão dos autores, é preciso considerar o desafio pelo qual se sente a escola católica neste contexto pluralista a não se reduzir a ensinar a liberdade, tarefa essencial em sua missão educativa, mas inclui uma coerência de vida a partir de todo projeto educativo, de ajudar os estudantes a edificar sua própria identidade. Simultaneamente, tem a tarefa de educar para o respeito e para a cooperação, pois ninguém é conhecedor de toda verdade.

---

<sup>13</sup>Em 1995, o Papa João Paulo II classificou o Concílio Vaticano II como “um momento de reflexão global da Igreja sobre si mesma e sobre as suas relações com o mundo”. Ele acrescentou também que esta “reflexão global” impelia a Igreja “a uma fidelidade cada vez maior ao seu Senhor. Mas o impulso vinha também das grandes mudanças do mundo contemporâneo, que, como “sinais dos tempos”, exigiam ser decifradas à luz da Palavra de Deus (JUNQUEIRA; LEAL, 2017, p.5).

Conforme analisa Junqueira (2017, p. 5): “[...] no modelo de ensino confessional, deve permear toda a estrutura administrativa e projeto acadêmico da instituição: em seu estatuto, em sua ética, na presença e atuação da pastoral”.

Nesse contexto, do ponto de vista do autor, ser confessional não pressupõe fazer proselitismo ou forçar as convicções religiosas da escola em alunos, professores e funcionários.

No estado de Pernambuco, inclusive fazendo jus à demanda das elites por instituições educacionais para meninas, a primeira escola da Sagrada Família<sup>14</sup> de instrução confessional de regime internato e externato que foi fundada em Recife com a ajuda de representantes das elites burguesas de Pernambuco:

O senhor Carlos de Meneses, um dos fundadores da Companhia Industrial de Pernambuco, proprietário em Camaragibe de uma fábrica de tecidos e em Goiana de uma usina, tinha uma grande desejo de colocar em prática as diretrizes do Papa Leão XIII sobre a doutrina Social da Igreja, em relação à classe operária. Ele foi à França procurar uma Congregação Religiosa Educadora que aceitasse ensinar aos filhos dos operários de sua fábrica em Camaragibe. Os Irmãos Maristas [...] indicam as irmãs da Sagrada Família de Villefranche de Rouergue no Sul da França. Elas [...] desembarcaram em Recife no dia 29 de maio de 1992. (SILVA; SANTOS, 2003, p. 83).

Nesse viés, esclarece os autores, que arregimentadas por Dom Adauto de Miranda Henrique, na configuração da institucionalização da congregação na Parahyba do Norte firmes a partir da convicção doutrinária daquele líder, percebeu que a instrução feminina não seria cabível ser administrado por homens. Dom Adauto faz perceber a proposta católica da educação feminina frente à modernidade e laicização sob os cuidados da igreja católica e ministrada pelas irmãs da sagrada família.

A maioria dessas instituições foi trazida pelas congregações, as ditas missões religiosas começam a ser estaladas em várias partes do território brasileiro:

Com o intuito de atender as classes mais abastadas da sociedade, ofertando instrução de forma distinta, para moças e rapazes dentro dos preceitos cristãos, tendo como premissa os conceitos de Pio XI, no qual os sexos são diferentes, assim a educação deve ser diferente. (CURY, 1988 *apud* PEREIRA, 2018, p. 24).

---

<sup>14</sup> Na Europa, e especificamente na França, as leis de laicização se constituíram num verdadeiro obstáculo ao desenvolvimento das práticas instrucionais católicas. Foram inúmeras as ordens a se deslocarem em missão para a América do Sul entre o final do século XIX e o XX, incluindo a Sagrada Família. (SILVA; SANTOS, 2003, p. 83).

Em se tratando dos preceitos cristãos, existia uma norma estabelecida, ou seja, a educação das meninas ficava a cargo das congregações femininas (freiras) e dos meninos das ordens masculinas (padres). Era assim que tinha que ser para que ocorresse a formação cidadã com cautela.

É importante enfatizar que em 1906, as religiosas da Sagrada família também instituíram a escola São Vicente de Paula<sup>15</sup>, tendo 50 alunas matriculadas:

Destacam-se as dinâmicas assistencialistas, corroborando determinadas condições quanto à relação entre Estado e uma instituição confessional. Outro assim, embora confessional, e apesar de a escola ter sido uma instituição particular, recebeu auxílio do Estado para passar a contribuir com o ensino gratuito para as crianças pobres. (SANTOS, 2009, p. 85).

Ainda nessa direção, Bittar (2010, p. 40) define que: “[...] as escolas confessionais se propagaram pelo Brasil de forma significativa no final do séc. XIX e início do século XX eram principalmente para as classes mais ricas”. Norberto Dallabrida (2004, p. 16) analisa que: “[...] no escopo desse projeto, estavam todas as congregações religiosas de origem estrangeira que trabalharam em estreita sintonia com os bispos, atuando em diversificados campos pastorais”.

De acordo com essa percepção, define uma instituição confessional aquela que segue uma determinada ordem religiosa ou congregação, podendo ser uma católica, evangélica, presbiteriana. Por ser confessional, esse tipo de escola professa, por via de regra, uma doutrina ou um princípio filosófico a ser seguido e que se dissemina em suas práticas cotidianas perante a sociedade.

#### 4.3- A CONGREGAÇÃO SALESIANA

A Congregação Salesiana, criada em 1859 por Dom Bosco<sup>16</sup> em um contexto europeu de crescente secularização, escolheu uma forma de piedade laica e especializou-se em educar jovens operários de origem rural e dar assistência aos enfermos:

---

<sup>15</sup> O Colégio São Vicente de Paula localizado à esquerda da escola sagrada família, quase aos fundos, foi uma alternativa encontrada pelas religiosas para contribuir com educação de meninas que não podiam pagar o Colégio Nossa Senhora das Neves (SANTOS, 2009, p. 84)

<sup>16</sup> Dom Bosco nasceu no Piemonte, ao norte da Itália, em 1815, no período pós-napoleônico, chamado de Restauração. Pertencia a uma família de camponeses, sendo o caçula de três irmãos. Órfão de pai, ele precisou trabalhar logo cedo para poder sustentar os seus estudos. Sua mãe, Margarida Occhiena, mulher simples e de grande virtude, educou-o na religião e no trabalho. Aos nove anos, teve um sonho que ficou marcado em sua memória. Nele anteviu sua futura missão de educador da juventude. Informações Biográficas de Dom Bosco retiradas do site: <<http://www.missaosalesiana.org.br/dom-bosco-historia-e-carisma/>>

Nesse período, a industriosa cidade de Turim sofria a pressão social da população pobre de imigrantes rurais recentes, atraídos pelo seu dinamismo industrial. Essas massas de desempregado soberanas que viviam em condições violentas eram percebidas como uma ameaça à ordem social. (MONTEIRO, 2006, p. 50).

Com base nessa definição, a autora enfatiza que a Congregação Salesiana voltou seus esforços para o cuidado dos jovens, sobretudo os mais pobres, o objetivo maior era o de integrá-los às novas formas de civilidade urbana. Trabalhando o método oratoriano para meninos de todas as idades, os padres procuravam progressivamente retirá-los das ruas orientando seus relacionamentos sociais a partir de um estilo pedagógico voltado para o cotidiano mediante atividades continuadas, recreio, música, ginástica e teatro.

Seguindo essa proposta, de acordo com o ponto de vista de (MONTEIRO, 2006, p. 50): “[...] foi, portanto, com esse modelo de civilidade urbana moderna e de formação integral da juventude que a congregação chegou ao Brasil”.

Uma classe burguesa liberal em fase de afirmação, para a qual os liceus pareciam um homem/natureza que, por meio do valor atribuído à técnica e ao trabalho humano, estendeu o plano da história (isto é, as relações propriamente humanas) para o mundo natural.

Dom Bosco criou posteriormente as escolas noturnas, buscando a promoção dos jovens da época:

Em 1850, fundou uma “Sociedade de Mútuo Auxílio” que lutava contra o espírito individualista de seu tempo, sendo desta forma favorável aos movimentos associacionistas. Adquiriu, então, a Casa Pinardi para acolher jovens trabalhadores que, posteriormente, foi acrescida de jovens estudantes que com o tempo passaram a descobrir vocações, embrião da congregação salesiana. (BARBOSA, 2018, p. 4).

Na compreensão da autora Barbosa, Dom Bosco não foi o precursor da profissionalização dos jovens, mas a sua contribuição se deu na adaptação de velhas escolas profissionais, por meio de seu método educativo como resposta à questão operária.

A Congregação Salesiana chegou ao Brasil, precisamente no estado de Pernambuco em 1882. Segundo Lira (2014, p. 26): “[...] os padres Salesianos vieram ao Brasil, atendendo à solicitação dos bispos brasileiros e, nesse mesmo ano, iniciaram trabalhos em prol de colégios e escolas profissionais”.

Nesse viés, o autor ainda aponta que, após comprarem o célebre palácio do Mondego, na Rua Visconde de Goiana, antiga residência do Capitão General Luiz do Rêgo Barreto, último governador português de Pernambuco (1817-1821), onde também havia funcionado como sede do Colégio dos Maias e de um educandário feminino, Santa Genoveva, o primeiro

Colégio Salesiano de Artes e Ofícios do Sagrado Coração foi inaugurado em fevereiro de 1895.

Conforme analisa Francisco (2010, p. 10),

“[...] a Congregação Salesiana, originária do norte da Itália, tal como seu idealizador, São João Bosco, é fundada em 1859 educação para meninos e o Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora em 1872 juntamente com irmã, Maria Mazzarello, educação para meninas”.

O autor Francisco define que o surgimento dessa congregação vem como uma resposta da Igreja Católica às mudanças sociopolíticas-econômicas e culturais que afetavam a sociedade ocidental ao longo do século XIX, uma vez que, a região de *Piemont*, na Itália, foi profundamente marcada pelo processo de industrialização, pelo crescente êxodo rural, pelo aumento das populações urbanas, a exploração nas fábricas. As crianças e jovens da capital e região piemontesa sofreram muito de perto os efeitos da industrialização, em sua maioria migrante, trabalhadores de vários tipos, abandonados e, em muitos casos, provenientes de prisões, sendo eles os destinatários da ação educativa e pastoral de Dom Bosco e dos (as) salesianos (as).

É a partir de um sonho, que Dom Bosco organiza um sistema próprio de educação:

No qual estavam imbuídos espiritualidade e educação que deveria ser vividos e ensinados por todos os salesianos e salesianas, na premissa de Dom Bosco a educação não ganharia o coração dos jovens com pancadas, mas com mansidão, nesse sistema educativo a base da dimensão religiosa é a entrega de si para o outro, se fazer presente para o próximo. (LOPES, 2013, p. 17).

Para Barbosa (2018, p. 5): “[...] as finalidades educativas que os salesianos seguem e propõem não são o resultado de uma orgânica teoria geral da educação. Todavia, definem-se no bojo de uma experiência, que não é só pragmática”.

Seguindo a definição acima, as finalidades educativas confluem evidentes elementos culturais: a fé vivida desde a infância na prática da oração, na catequese, na participação nos ritos da igreja, a formação humanista juvenil, os estudos filosóficos e teológicos, a formação moral e pastoral, as leituras históricas, apologéticas e espirituais. Como lhe ensinava a vida e o “pai nosso”, o pão cotidiano pedido era, ao mesmo tempo, fé, graça, Cristo, eucaristia, meio de subsistência, trabalho para ganhá-lo

De acordo com Braido (2008),

O trabalho educativo podia exigir uma preliminar purificação da mente e do coração, uma obscurecida pela ignorância e pelos preconceitos, o outro corrompido pelos vícios e pelos maus hábitos. “Iluminar a mente para tornar bom o coração” foi para Dom Bosco, desde os inícios a finalidade específica de seus livros, como ela mesma declarava- já foi visto- no prefácio à História Sagrada e História eclesiástica. (BRAIDO, 2008, p. 12).

Nessa linha de pensamento, o autor destaca que o clero brasileiro era marcado pelas tinturas do ultramontanismo, pois se pôs ao lado do Estado e da oligarquia no intuito de estender seu projeto de romanização. Ou seja, as ações dos clérigos ultra montanos na educação foram impulsionadas pela ausência do Estado no ensino público brasileiro e pelas benesses de uma oligarquia que, paradoxalmente, investia nas escolas católicas os lucros obtidos num modelo econômico modernista com o fito de aniquilar incômodos postulados dessa mesma modernidade.

Nesse sentido, o setor das escolas apresenta normalmente duas grandes dimensões a serem sempre abordadas em cada época, devido às variações constantes nesses campos:

A animação pedagógica e a atividade pastoral nas escolas. Além desses dois grandes campos de atuação dos salesianos e da vida nas escolas, existiu nesse tempo a qualificação determinante nas escolas: escolas particulares, normais e as escolas conveniadas ou estaduais, ou mesmo municipais. Essas instituições, através de convênios, passaram a figurar nas atividades da Inspeção 7, inicialmente, com grande facilidade. Porém, com o correr do tempo, as exigências, ou do estado, ou das prefeituras, iniciaram a dificultar a presença da atividade tipicamente salesiana nessas escolas. (BARBOSA, 2018, p. 6).

Assim, a autora aborda que a atividade pastoral nas escolas, quer particulares, quer normais conveniadas, sempre foi marcante e essencial para se construir uma identidade de escola salesiana, que evangeliza e promove a participação na vida da igreja.

#### 4.4- INSTALAÇÃO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA

A história do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora remete ao início do desenvolvimento da educação na cidade de Petrolina. Situada na Praça Maria Auxiliadora, centro, foi fundada em abril de 1926, por Dom Antônio Maria Malan o primeiro bispo de Petrolina, sendo entregue sua direção às freiras salesianas da congregação das filhas de Maria Auxiliadora. É uma instituição, que já nasce com o compromisso de atender ao público

feminino da região, com regime internato e externato, sob uma orientação católica que, na visão de Dom Malan, era essencial para a formação cidadã.

Destaca-se a importância dos esforços do trabalho das seis Freiras da Ordem Salesiana trazidas por Dom Malan, ao chegar a Petrolina, com a missão da instalação do colégio e também para a implantação do primeiro curso de formação de professores da região “Curso Normal Rural”, com a finalidade de formar professoras para atuar tanto na área urbana quanto na zona rural.

As primeiras missionárias traziam na bagagem uma imagem de Nossa Sr<sup>a</sup> Auxiliadora com a determinação de difundir no sertão pernambucano, a pedagogia do São João Bosco e <sup>17</sup>Madre Mazzarello, conforme escrito no livro 80 anos do Colégio Auxiliadora:

Cheias de esperanças, aqui chegaram: Irmã Modesta Martinelli diretora, Irmã Elizabeth, Irmã Irene Oria, Irmã Salomé Ferreira, Irmã Feliciano Bongianini, Irmã Leontine Ichverza. No início, enfrentaram muitas dificuldades: a cidade atrasada, casa que pertencia ao Cel. José Rabelo Padilha era desprovida de móveis, faziam refeição na casa de D. Daria Padilha de Souza, vizinha do Colégio e recebeu mobílias emprestadas do Sr. Alcides Padilha, prefeito da cidade. (AUXILIADORA<sup>18</sup>, 2006, p. 5).

Em reportagem do jornal *O Pharol* em 21 de abril de 1926, intitulado “A instalação, nessa cidade, de um estabelecimento modelar. O que é o Colégio N.S Auxiliadora Dirigido Pelas Primeiras Salesianas”. Em 05 de abril de 1926, iniciaram-se oficialmente as aulas do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. *O Pharol* diz:

O “Collegio N. S. Auxiliadora”, que adopta os methodos modelares de ensino, dispõe de preceptoras, cuja competencia profissional não teme realização, quer sob o ponto de vista da instrução scientifica e religiosa, quer sob o de línguas, e, para prova desta assertiva. Installado no melhor prédioda cidade e obedecendo a todos os requisitos de hygiene, o Collegio está apto para receber alunas internas, semi-internas e externas, constituindo, - dest’

---

<sup>17</sup>Foi em Mornese, situado no norte da Itália, na região de Monferrato, que no dia 9 de maio de 1837 nasceu Maria Domingas Mazzarello. Camponesa, de excelente formação cristã, vê o rumo de sua vida mudar quando é vitimada pelo tifo não podendo mais trabalhar no campo, decide aprender a costurar para fazer o bem às jovens da sua pequena cidade. Com suas amigas, monta uma sala de costura e começa a ensinar às meninas o ofício. Quando Dom Bosco passa por Mornese, se empolga com o trabalho de Maria Mazzarello e propõe a ela a fundação de um instituto feminino com o mesmo objetivo dos salesianos. Mazzarello antevê a concretização de um sonho: fazer pelas meninas o que João Bosco vinha fazendo pelos meninos. Em 5 de agosto de 1872, em Mornese, 15 jovens, entre elas Maria Mazzarello, consagram-se a Deus para serem, com Maria, auxiliadoras entre as jovens, sobretudo, as mais necessitadas. Informações Biográficas de Madre Mazzarello retiradas do site: <<http://www.paroquiasantateresinha.com.br/a-paroquia/nossos-santos/madre-mazzarello/>>

<sup>18</sup> Neste livro “80 anos do Auxiliadora” queremos deixar gravada a lembrança de tantas pessoas que fizeram e que fazem parte da família salesiana. Da Madre Geral do Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora, Diretoras, ex-alunas normalistas até os mais jovens 5ª série que participaram do Concurso Literário “Auxiliadora em prosa e verso”. (AUXILIADORA, 2006, p. 3)

arte, um empreendimento de que nos devemos honrar. Marca na historia, não de Petrolina, não de Pernambuco, e sim do Brasil [...] De parabéns, pois, está nossa querida Petrolina! E não só Petrolina. Todas as localidades, visinhas ou remotas, devem de se ufanar-se, porque a instrução se dizima. (O PHAROL, 1926, n. 29)

Conforme registrado na reportagem, *O Pharol* apresenta elementos referentes à grandiosidade do ensino da instituição, que superaria as expectativas do povo petrolinense. O jornal informa que, em relação às professoras preceptoras, essa docência era exercida pelas freiras, não se aceitando outras pessoas para atuarem na escola neste período.

A primeira sede do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora funcionou inicialmente em um Casarão adquirido pela diocese, localizado na rua do Cel. José Rabelo Padilha, que ficava ao lado da Igreja Matriz, hoje rua Dr. Pacifico da Luz. Na visão de Bandeira (2018):

O prédio além de ser suntuoso externamente, contava com uma estrutura imponente no seu interior, ma este não foi construído para atender uma instituição escolar, as religiosas tiveram que adaptá-lo para receber as alunas internas, semi-internas e externas. (BANDEIRA, 2018, p. 8).

É importante esclarecer que esse prédio não foi o prédio oficial do colégio, sendo usado só nos primeiros anos de funcionamento.

**Figura 2-** Casarão na Década de 1920.



Fonte: Arquivo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (2018)

O colégio iniciou suas atividades ofertando apenas o curso primário, começando a desenvolver atividades iniciais, tais como: caráter artístico, cursos de bordado, flores, música entre outras. A primeira aluna do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, foi Gracilda Padilha da Luz. Conforme analisa livro 80 anos do Colégio Auxiliadora (2006):

No dia cinco de abril o curso primário iniciou com poucas alunas apenas cinco internas. O Dr. Pacífico da Luz<sup>19</sup>, homem de grande prestígio político e social e de profunda fé e devoção a Nossa Senhora, para dar exemplo à cidade, coloca interna sua filha mais velha, Gracilda Padilha da Luz, suas sobrinhas Maria de Lourdes Padilha de Souza e Maria de Lourdes Veloso e as filhas dos amigos Maria de Lourdes e Dália Figueiredo. (Auxiliadora, 2006, p.6).

Do ponto de vista da autora Luz, o início do colégio foi de grande sacrifício. As irmãs tornaram-se verdadeiras missionárias, divulgadoras da ciência e da fé numa cidade ainda tão desprovida de recursos neste sertão nordestino.

É importante mencionar que, no dia 24 de abril de 1926, com menos de um mês da inauguração da escola, a Irmã Modesta, que era a diretora, morreu vítima de febre amarela:

As outras cinco irmãs ficaram desamparadas, pois estavam em um lugar desconhecido, sem hospital e sem recursos, além de não ter a presença de Dom Malan, que tinha viajado. O resultado foi que essas ficaram tão mal que tiveram que fechar a escola e ir para um sítio, lá outra irmã também adoeceu. (HISTÓRICO,1998 APUD BANDEIRA, p. 25).

A inspetoria geral determinou o fechamento da casa e solicitou a volta das religiosas para a região Sul do país, porém o Dr. Pacifico Rodrigues da Luz, tinha ficado responsável pelas irmãs durante a viagem de Dom Malan, não deixou que elas fossem embora. Como era médico (um dos poucos existentes na cidade) foi responsável por tratar as duas irmãs com todos os cuidados possíveis da época.

Em relação às ações de Dom Malan referente à Escola Normal de Petrolina, na visão de Bandeira (2018):

O desejo de Dom Malan era transformar o Auxiliadora em uma Escola Normal, para formar professoras primárias, que atuariam na região. Era uma questão de tempo, como diria o jornal “Basta dizer que em breve, terá sua equiparação à Eschola Normal do Estado” (O Pharol, 1926, n.29. p.):Assim, no dia 02 de fevereiro de 1929, após três anos da criação do colégio, o Bispo Dom Malan anunciou a abertura oficial do Curso Normal Rural, com uma turma de apenas 9 (nove) alunas” (BANDEIRA, 2018, p. 28).

---

<sup>19</sup>Este foi prefeito eleito durante três vezes, de 1919 -1922, 1933-1934 e 1937-1945.

O curso funcionaria como um anexo à Escola Normal Oficial Pernambuco, localizada em Recife, para, posteriormente, ser equiparado à Escola Normal. No dia 23 de fevereiro de 1930, Dom Malan consegue do governo do Estado de Pernambuco, mediante decreto estadual, a equiparação da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora Petrolina.

Em se tratando das escolas normais rurais de Pernambuco, no quadro abaixo apresenta um quantitativo de 15 Escolas Normais Rurais no interior.

**Quadro 3** - Escolas Normais Rurais<sup>20</sup> de Pernambuco na década de 1930.

1	E.N.R. Nossa Senhora Auxiliadora – Petrolina	1936
2	E.N.R. Colégio da Sagrada Família – Goiana	1936
3	E.N.R. de Palmares – Palmares	1936
4	E.N.R. Colégio de Vila Bela - Vila Bela	1936
5	E.N.R. de Floresta – Floresta	1936
6	E.N.R. Salgueiro – Salgueiro	1936
7	E.N.R. Omília Câmara – Sanharó	1936
8	E.N.R. Nossa Senhora de Lourdes – Gravatá	1937
9	E.N.R. Garanhuns – Garanhuns	1937
10	E.N.R. Colégio Santa Christina – Nazaré	1937
11	E.N.R. Nossa Senhora Do Bom Conselho - Bom Conselho	1938
12	E.N.R. Colégio Regina Coeli – Limoeiro	1938
13	E.N.R. Colégio Dom Bosco - Lagoa de Baixo	1938
14	E.N.R. Imaculada Conceição – Sertânia	1938
15	E.N.R. Nossa Senhora da Graça – Vitória	1938

Fonte: (Silva2016, apud BANDEIRA, 2018, p. 40).

De acordo com a análise do quadro acima, fica estabelecido de acordo com Bandeira, que no estado de Pernambuco, de acordo com o ano de fundação, a primeira “Escola Normal Rural” de ensino confessional foi a do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora no ano de 1936 e a partir desse ano foram surgindo outras escolas normais privadas de ensino confessional em outras localidades conforme demonstra o quadro.

Assim, vale ressaltar a realidade da organização do Curso Normal Rural referente ao pagamento, conforme relata Bandeira (2006, p. 43): “[...] de caráter privado e confessional, o

<sup>20</sup>As datas das escolas normais rurais se referem ao ano em que essas foram equiparadas, passando a exercer a função de Escola Normal Rural, que ocorria após um ano de inspeção, conforme as normas impostas pela Diretoria Técnica de Educação (RELATÓRIOS da SECRETARIA de EDUCAÇÃO, 1930- 1940).

Curso Normal da instituição atendeu apenas a uma pequena parcela da população, pois cobrava uma mensalidade de valor muito alto, e principalmente se tratava do internato”.

Vale destacar que só a elite teria condições de custear essas despesas. Logo, o Colégio passou a atrair alunas de outras localidades do interior do Nordeste, entre os estados que mais se destacaram foram especialmente os do Piauí e da Bahia.

Na análise, do livro 80 anos do Colégio Auxiliadora (2006, p. 9): “[...] após a equiparação oficial do Colégio Normal Rural, nos anos seguintes, o Colégio Nossa Auxiliadora entrega à sociedade de Pernambuco, Bahia e Piauí, 14 professoras recém-formadas. Em 1939, o Estado da Bahia reconhece o diploma das professoras formadas pelo colégio”.

É importante destacar uma reportagem do *O Pharol* em 1935, que informa a “Formatura da Nova Turma de Professoras”. Em nota, o jornal diz:

No sábado 30 de Novembro, effectuo-se nesta cidade a solenidade da formatura das novas professoras que terminaram o seu curso na Escola Normal. [...] quando as professorandas acompanhadas dos seus membros deram entrada no recinto do Theatro 21 de Setembro, executou o Hymno Nacional, ouvindo-se calorosas palmas [...]. Foi oradora da turma alumna laureada, senhorita Olga Menezes, cujo discurso brilhante publicaremos na próxima edição. Depois da entrega de diplomas às professorandas senhoras Olga Menezes, Maria de Lourdes Pereira Sant Anna, Lucy Madeira, Margarida Souzae Filonila Aquino, usou da palavra o Exmo. Sr. D. Idilio Soares, saudando-as, em virtude do estado de saúde do Prof. João Leal não lhe permitir a solemnidade. [...] encerrou-se a cerimonia com uma belíssima scenaallegorica em que tornaram parte varias alumnas e ex- alumnas do estabelecimento. Dando parabéns à Escola Normal N.S Auxiliadora o Pharol rende homenagens à brilhante plêiade de neo-professoras e as suas exmas famílias. (O PHAROL, 1935, n.12 ).

De acordo com o jornal, as pessoas que compareceram na formatura participaram das alegrias das formandas ao receberem o diploma. Os pais de Maria de Lourdes Pereira Sant’Anna ofereceram uma animada festa na sua residência para familiares e amigos próximos da família, com espumantes e licores aos presentes.

**Figura 3-** Reportagem *O Pharol*<sup>21</sup>, sobre o “Resultado das provas Parciais do mês de Julho de 1935” da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora

O PHAROL								
Escola Normal N. S. Auxiliadora								
Resultado das provas parciais do mês de Julho de 1935								
1.º Ano Normal								
Alunas	Português	Agricultura	Indústria	Pedagogia	Anatomia	Psicologia	Música	Média
1 M.ª de Lourdes Duarte	99	99	99	80	60	93	100	88
2 M.ª de Lourdes Gomes	70	75	80	90	70	65	100	78
3 Feliza Aquino	35	90	99	95	70	35	100	76
4 Haidée Alencar	70	73	85	60	40	40	100	60
5 Miquilina Torres da Silva	55	75	70	90	50	80	100	74
6 Natércia Lustosa Roriz	80	65	85	99	73	50	100	77
7 M.ª Adelaide Carvalho	99	99	98	100	80	99	100	94
8 Julia Gonçalves	55	80	80	60	60	60	100	70
9 Helena Palmeira	65	85	90	90	80	55	98	80
10 Orsina Colmba	60	85	70	90	60	40	98	71
11 Diva Belo e Silva	40	50	65	90	40	35	100	60
2.º Ano Normal								
Alunas	Agricultura	Indústria	Pedagogia	Português	Higiene	Metodologia	Música	
1 Olga Menezes	90	95	98	98	100	65	91	
2 Filônia Aquino	80	88	90	85	95	90	88	
3 Araci Madeira	95	93	100	80	93	75	90	
4 M.ª de Lourdes Sant'Anna	88	95	100	95	100	70	91	
5 M.ª Margarida Souza	80	89	81	71	85	50	76	

Petrolina, 16 de Agosto de 1935  
A Directora—*I. Bibiana Marcial*

Fonte: arquivo Departamento de Comunicação- DCH III, UNEB

Com esta nota, o jornal informa as notas das provas parciais das alunas normalistas da terceira turma do ano de 1935, tendo como disciplinas referentes ao 1º e 2º ano normal: tais como Português, Agricultura, Indústria, Pedagogia, Anatomia, Psicologia, Música, Higiene, Metodologia e Zootecnia.

Educadoras vocacionadas criam, nos seus Colégios, um afetuoso e salutar clima de família. Afirma Queiroz (1983):

O sistema educacional dessa Congregação, nada mais nada menos senão, alicerçado nos fundamentos de um carisma, que se manifesta pela sólida formação do intelecto e do espírito. A semente aqui plantada não foi improfícua, germinou, cresceu se transformou numa árvore frondosa, brotou, produziu. As professoras primárias, de modo especial as pioneiras, receberam o fruto sazonado e foram a campo íngreme às localidades atrasadas e plantaram novas sementes. Entraram de mato adentro. Desbravaram as zonas rurais. Abriram as primeiras escolas. (QUEIROZ, 1983, p. 168).

Do ponto de vista da autora, foi o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora que teve o mérito de modelar essas heroínas anônimas, que se lançaram ao combate do analfabetismo, abrindo as primeiras escolas nas localidades atrasadas e enfrentando dificuldades da

<sup>21</sup> Por algum tempo o “PHAROL”, jornal local, publicava as notas das provas. Nos roteiros de três dias era observado silêncio rigoroso (AUXILIADORA, 2006, n. 20).

ignorância, na esperança de dar soluções para a demanda quase total do ensino, em épocas atrás.

É possível observar que a educação rural desde o final dos anos 10 do século XX começara a ocupar um lugar entre as preocupações dos interessados no problema educacional, e especialmente, dos defensores da ordem social. Afirma Paiva (1987):

As greves, iniciadas em 1917 e os distúrbios de rua contra a alta do custo de vida estavam a mostrar a existência da “questão social”, o crescimento das cidades e a incapacidade de absorção de toda a mão-de-obra disponível pelo mercado de trabalho urbano faziam com que o problema fosse vivido pelos grupos dominantes como uma permanente ameaça. Políticos e Educadores manifestavam-se no mesmo sentido: era preciso conter a migração e um dos instrumentos para fixar o homem ao campo era a educação. Não uma educação qualquer, mas uma educação não somente “religionalizada” de acordo com os preceitos da Escola Nova, assegurando sua eficiência, como uma educação especificamente voltada para o meio rural e seus valores. (PAIVA, 1987, p. 126).

Seguindo essa proposta, do ponto de vista da autora, inicia-se aí o “ruralismo pedagógico”, como tentativa de fazer o homem do campo compreender o “sentido rural da civilização brasileira” e de reforçar os seus valores a fim prendê-lo a terra, para tanto era preciso adaptar os programas e currículos ao meio físico e à “cultura rural”.

Nesse clima de “ruralismo” educacional, fundam-se associações destinadas a favorecer o desenvolvimento da educação rural:

Difundem-se as idéias do ruralismo pedagógico mexicano e a metodologia de suas missões rurais, organizam-se cursos de capacitação do magistério rural. Em Salvador, o 1º Congresso Nacional de Ensino Regional (1935), no qual, foi sugerida a fundação das escolas normais rurais. Esta idéia mais tarde adotada em quase todo o país era inspirada num projeto de Sudd Mennucci, em São Paulo, que não conseguiria ser colocado em prática e com base no qual Moreira de Souza fundara a primeira escola normal rural em Juazeiro no Ceará. A idéia foi imediatamente aceita pelos Estados da Bahia e de Pernambuco, sendo também introduzida uma cadeira de ensino rural na escola normal de Goiás. (PAIVA, 1987, p. 128).

É importante observar, de acordo com a autora, que a discussão do problema da educação rural tornou-se importante para os profissionais da educação, no sentido de debater acerca da maneira de difundir escolas fixas e estudar a rentabilidade das escolas ambulantes no meio rural, de como disseminar a escola rural dentro dos padrões de qualidade reivindicados pela escola renovada.

Nesses termos, no que diz respeito à construção própria do prédio da instituição, em um curto espaço de tempo, o colégio começa a crescer de forma acelerada, como o estabelecimento contava com o internato das alunas e as próprias irmãs moravam na escola, então se fazia necessária uma estrutura mais ampla de quartos, banheiros e refeitório.

Do ponto de vista de Ferreira e Bandeira (2018, p.29): “[...] em 1930, a partir de uma visita das superiores da congregação e da expansão do ensino primário em várias regiões do país, as irmãs tiveram a ideia de construir um novo prédio para a escola”.

Os autores definem que, segundo as irmãs salesianas o espaço escolar tinha se tornado insuficiente para atender às necessidades e demandas da instituição, pois já tinha sido ampliado, chegando a utilizar quatro casas vizinhas.

Então, as irmãs salesianas tiveram a iniciativa de apresentar um projeto para a construção de um novo prédio ao Bispo, que o aceitou logo quando viu, mas, com o falecimento desse em 1931, o projeto teve que ser parado, sendo retomado somente em 1936. Logo, foi construído de modo rápido, tanto pelo número de alunas que aumentou, como por ter se tornando alvo de muitas expectativas por parte das religiosas. Segundo o jornal “O Pharol”:

O desenvolvimento, sempre crescente do Collegio N. S. Auxiliadora, desta cidade, que conta actualmente 62 alumnas internas e 233 externas, de há muito vem reclamando a construção do novo edificio projectado, cuja muralha de 100 por 200 metros já se acha construída. Felizmente, essa grande lacuna muito breve será sanada, pois no domingo, realisa-se-à a solemne cerimonia da collocação da primeira pedra e benção dos alicerces do edificio. O Collegio occupará uma área de 2400 metros quadrados, terá dois andares e capacidade para 200 internas. (1936, nº. 27).

Esse terreno estava localizado nas proximidades da catedral diocesana, que ficava região central da cidade e foi doado pelo Prefeito Pacifico da Luz, que era muito próxima das ações da diocese desde a chegada de Dom Malan.

Nessa ênfase, é importante mencionar que, em 1936, sob a direção da irmã Bibi Ana Marçal, o CNSA já ministrava os seguintes cursos:

Primário, preliminar, fundamental e o curso normal rural, passando esse estabelecimento a se chamar-se Escola Normal e Ginásio Nossa Senhora Auxiliadora, contando com os seguintes professores: Dr. João Cardoso de Sá, João Rodrigues Leal, Dr. Epaminondas Albuquerque e José Rubens, além das irmãs salesianas: Irmã Carlota Possídio, Maria de Lourdes Velloso, Irmã Laura Possídio e as senhoritas Laura Nascimento Coelho e Rosalina Macedo (BRITO 1995, p. 258).

Uma vez que os cursos contavam com um público de 23 alunas externas e 40 internas. As internas eram geralmente das cidades ribeirinhas e de algumas do Piauí, de Pernambuco e da Bahia.

Assim, conforme esclarece Luz (1995, p.38), “em 1938, inaugurada a sede própria da Escola Normal e Ginásio Nossa Senhora Auxiliadora, cuja construção fora iniciada em fevereiro do ano anterior, realização da Diretora Ir. Bibiana Marcial”.

Na visão da autora, dez anos depois, em 1948, seriam feita a ampliação do “Colégio das Freiras”, com pavimentos superiores, auditório, capela e caixa da água tudo a cargo da Construtora Petrolina, de João Nascimento.

Em relação à mensalidade das alunas internas, semi-internas e externas, o *Pharol* dispõe uma coluna exclusiva sobre o assunto:

A mensalidade para as alunas internas é de 100\$000. Deve ser paga adiantadamente em duas prestações iguais, uma no acto da matrícula e a outra em princípios de Julho. Jóia annual de 50\$000, para a conservação do mobiliário. A lavagem de roupa no estabelecimento é de 12\$000 mensaes. As lições de piano, pintura, pyrogravura, flores, da ctylographia e línguas pagam-se à razão de 20\$000 mensaes. A mensalidade das semi-internas é de 50\$000 e a jóia annual de 10\$000. A mensalidade das externas é de 15\$000. Todas pagaram uma jóia de 10\$000. (O PHAROL, 1926, n°.25).

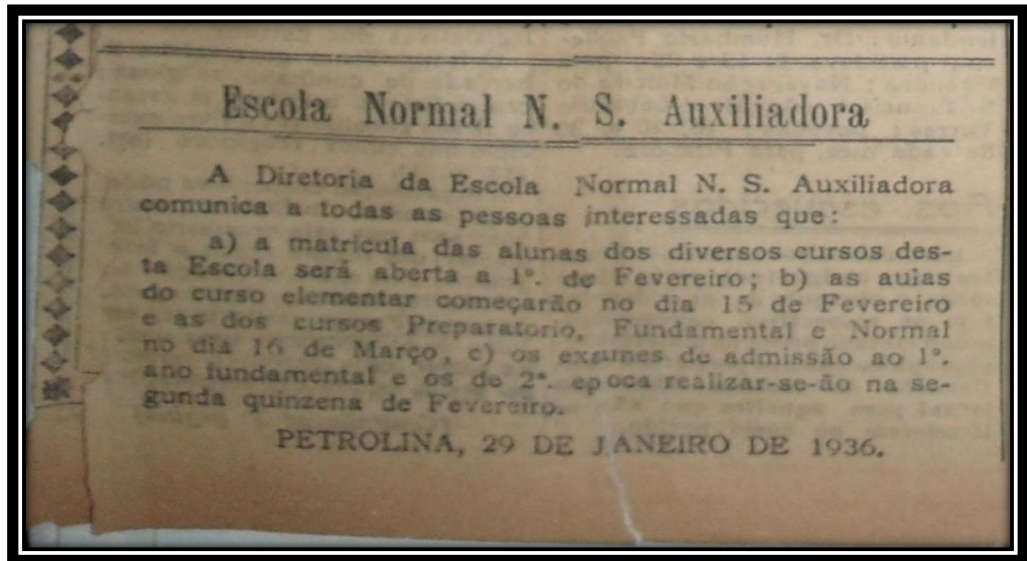
O anúncio do jornal apresenta a diferença de valores pagos pelas alunas que optaram por uma das três modalidades, na qual, exhibe as normas do estabelecimento para as alunas internas com o intuito de maior comodidade. Contudo, a partir da análise dos valores pagos pelos pais das normalistas do curso, fica claro a relação de poder de classe que existia na cidade, pelo fato de que a mensalidade das alunas internas era um valor alto e só era aluna interna quem tinha condição de pagar e quem não tinha essa condição fazia opção pelo externato.

Na foto abaixo se vê exemplo de reportagem “Escola Normal N.S Auxiliadora<sup>22</sup>”, numa reportagem publicada pelo jornal do *O Pharol* no dia 29 de Janeiro de 1936. Em nota do jornal, observa-se a divulgação da matrícula das alunas nos diversos cursos, tendo em vista que a escola, nesse ano, já avança no desenvolvimento dos cursos.

---

<sup>22</sup> O Jornal do *Pharol* reportava Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora, mas a nomenclatura do nome da instituição é Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

**Figura 4-** Reportagem “O Pharol”, sobre a divulgação das matriculas da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora



Fonte: arquivo Departamento de Comunicação – UNEB

Assim, Segundo Queiroz (1983, p. 13): “[...] não se pode negar que o Colégio N.S. Auxiliadora, alicerçado pelas benesses de um bonito e amplo prédio, de modernas e eficientes instalações, ainda é a grande agência de educação de Petrolina”.

No pensamento posto autora, define que a instituição está confirmada pelo bom desempenho e pela grandiosidade de uma ação educativa e cristã, que são as bases da vivência salesiana. A proposta do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, é levada com a educação salesiana que trabalhou preservando os valores morais, culturais e religiosos que sempre nortearam o ideal de formar jovens na esperança de um amanhã melhor.

## **5- CURSO NORMAL RURAL: A FORMAÇÃO DAS EX-ALUNAS NORMALISTAS**

Este capítulo tem como finalidade central contextualizar a trajetória do curso normal oferecido de 1929-1989 somente para as mulheres, tendo como base a organização física, administrativa e curricular, além de compreender o seu funcionamento a partir da ótica das normalistas. Para tanto, foram analisados livro de registro das normalistas (Concluintes) 1931 a 1967, regimento e regulamento da escola normal de 1933, relatório de atividade da diretoria de 1970 a 1976, Ata dos exames escritos e orais 1942 a 1946 da escola normal e fotos, bem como as entrevistas que foram concedidas pelas ex-normalistas que fizeram parte do processo do ensino normal.

### **5.1- Curso Normal: Infraestrutura e Funcionamento**

Reconhecer o espaço, como um lugar de relações sociais, é essencial para compreender o local onde a história humana se desenvolve e habita nesse ambiente; constituir-se, portanto, um dos principais mecanismos da dinâmica da história do funcionamento do Curso Normal Rural do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

O Regimento e regulamento de 1933 da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora revelou que a estrutura física era dotada de um estabelecimento que possuía uma entrada geral ampla para as alunas, que facilitava a rápida movimentação, além de outras destinadas a pessoas externas, empregados, transporte, o refeitório com mesas com (largura de 0,80) comportando 10 alunas cada uma e 2 lavatórios, 4 dormitórios com uma localização que permitia o fácil acesso para os banheiros com mobiliário de camas de madeiras envernizadas, tipo “patente” colchões individuais de palha e a roupa de cama era marcada com o número da aluna; enfermaria em sala apropriada com medicamentos e material necessário em caso de urgência, sala para as professoras e de administração, auditório, biblioteca, além de possuir um grande pátio interno para a realização das aulas de educação física, eventos festivos, oratório festivo e recreio.

Assim, de acordo com a análise do regimento e regulamento do colégio, foi possível analisar que as nove salas de aulas comportavam um quantitativo diferenciado de alunas pelo tamanho de cada sala de aula por área. Ou seja, salas com área de 31,64m<sup>2</sup>, 33,04m<sup>2</sup>e 38,08m<sup>2</sup>, que comportavam um quantitativo de 26 a 32 alunas; já nas salas com área de

42,00m<sup>2</sup>, 42,56m<sup>2</sup> e 48,72m<sup>2</sup> o número de alunas aumentava com um total de 36,37 e 43alunas por sala; por fim, as últimas salas apresentavam um tamanho maior de área 57,50m<sup>2</sup> e 92,00m<sup>2</sup> tinha um total de 50 alunas.

Nesse contexto, ainda é importante ressaltar que, no ano de 1933, a organização administrativa do colégio interna era constituída pela Diretoria Irmã Olga Salgado auxiliada por um conselho de três Irmãs e por mais de 20 irmãs auxiliares.

Otimizando as circunstâncias do espaço físico do colégio, é importante destacar na figura abaixo o modelo de uma das nove salas de aulas em que funcionava o curso normal e os demais cursos.

**Figura 5-** Instalação da sala de aula



Fonte: Acervo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora

Conforme informações constatadas nos arquivos da instituição, destacamos na foto acima condições internas de uma das salas de aula, onde professoras e alunas se reuniam cotidianamente para a realização dos trabalhos educativos. De acordo com a imagem, é possível observar o quadro negro embutido na parede, onde as informações eram escritas com giz. O espaço da sala composto por carteiras individuais, organizadas em filas de acordo com as diferentes idades das alunas normalistas, a mesa do professor em nível mais elevado e centralizada na frente, na parede do lado esquerdo desenhos e gravuras, sendo a turma em formato multissérie.

Nesse viés, conforme analisa Vieira (2001) sobre a estrutura e o funcionamento de uma escola:

[...] dizem respeito à organização do sistema escolar, estrutura se refere aos prédios, instalações físicas como biblioteca, sala de aula, laboratórios, quadra, banheiro e etc. Em relação ao funcionamento por sua vez, depende da sua estrutura, isto é, uma escola em funcionamento tem a presença de funcionários, professores, alunos, diretores, coordenadores, etc. (VIEIRA, 2001, p.2).

A referida autora esclarece que, para o bom funcionamento da escola, é preciso o compromisso de todos com a aprendizagem; do contrário, ela não se encontrará em um bom funcionamento, uma vez que é possível perceber que a estrutura escolar é determinante para um bom funcionamento de uma escola, pois sem uma boa estrutura, não se pode esperar um bom funcionamento, e mesmo que venha a se ter o bom funcionamento, a organização da estrutura escolar implicará a qualidade da educação.

Partimos da hipótese de que, em virtude do colégio ser católico, confessional e privado, o projeto educacional da referida instituição pautou-se por uma formação completa para todos os cursos inclusive o curso normal ministrando-lhes educação física, moral, intelectual, artística e religiosa, ou seja, era a principal missão educativa das Filhas de Maria Auxiliadora ou Salesianas de Dom Bôsko.

O trabalho das primeiras irmãs salesianas formadoras permitiu que chegasse à região do Vale do São Francisco na cidade de Petrolina, em 1929, o Curso Normal Rural. O Colégio foi equiparado ao Curso Normal Anexo da Escola Normal do Estado de Pernambuco, conforme discutido no capítulo anterior. Em 1933, com a equiparação às Escolas Normais Rurais do Estado, o diploma das normalistas passou a ser reconhecido pelos Estados de Pernambuco, Bahia e Piauí.

Para aprofundar essa reflexão, é importante destacar que o Decreto- Lei nº. 8.530, de 02 de Janeiro de 1946, determinou a uniformização e a melhoria dessa modalidade de ensino normal mediante o estabelecimento de diretrizes e normas de caráter nacional. Segundo Mendonça (2000, p. 53),

Os estados foram responsabilizados pela reorganização dos cursos formadores de professores primários, em atendimento à Lei Orgânica do Ensino Normal, mas deviam seguir os modelos ditados pelo poder central.

Conforme analisa o autor, após o estabelecimento da Lei Orgânica de 1946, que definia a organização do magistério como um ramo do ensino profissional com vista a habilitar professores para o trabalho com crianças de ensino primário, o curso normal passou a ser estruturado, considerando as características econômicas de acordo com o local onde estava inserido. Nas regiões desprovidas economicamente, os conteúdos trabalhados no curso de formação docente eram reduzidos; já nos grandes centros, o curso normal era mais aprofundado.

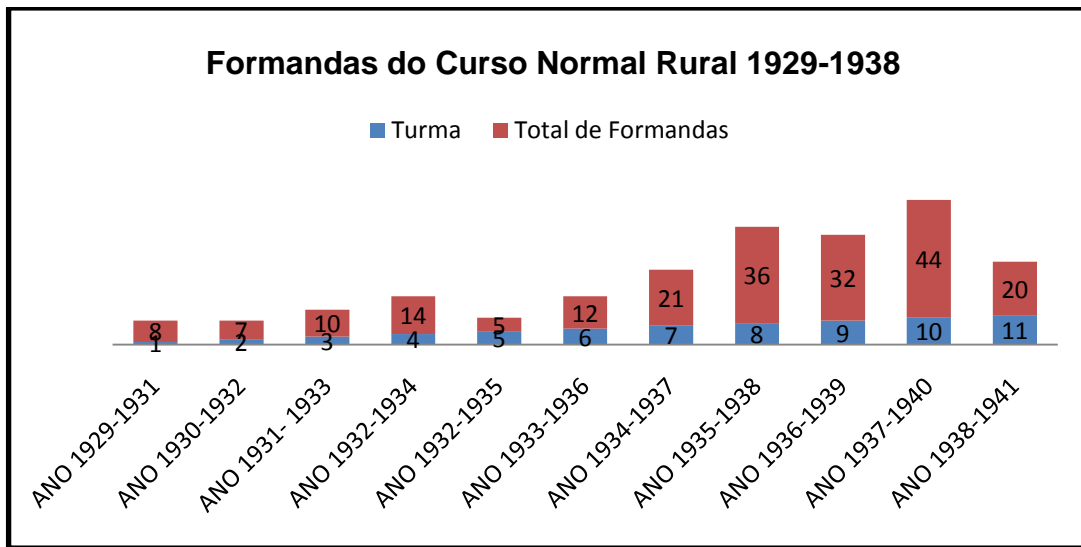
Fica estabelecido, no art. 3º da Lei Orgânica do Ensino Normal, que o curso normal foi dividido em três modalidades, a saber:

Curso normal regional, responsável pela formação de professores regentes para o ensino primário com duração de quatro anos, destinado a ministrar tão somente o primeiro ciclo de ensino normal, a escola normal responsável pela formação de professores primários com duração de três anos, destinado a dar o curso de segundo ciclo desse ensino, e ciclo ginásial do ensino secundário e os institutos de educação, encarregados da formação de professores primários com habilitação profissional para o magistério e a administração escolar. (BRASIL, 1946, p.3)

Em conformidade com a lei, o Curso Normal Rural do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora iniciou as atividades de preparação docente para o ensino primário naquele período histórico. A estrutura do curso se apresentava em duas modalidades como: iniciou com o curso normal rural de três anos e, no decorrer dos anos, passou a ser de quatro anos, depois o Curso Normal Regional de cinco anos que, com o passar dos anos, passou a ser somente Curso Normal de três anos.

Desse modo, no Quadro 4, abaixo, podemos mostrar que, de acordo com o Livro de Registro das Concluintes de 1931 a 1967, o Curso Normal Rural no período de 1929 até 1938, formava uma turma por ano, sendo que, em 1932, houve duas turmas uma de três anos e outra de quatro anos, ou seja, a partir desse ano o curso sofreu uma nova reformulação, aumentando, assim, a sua duração, passando a ocorrer de 4 (quatro) anos, ficando, assim distribuídos:

Quadro 4 – Curso Normal Rural 1929-1938



Fonte: Livro de Registro das Concluintes de 1931 até 1967- Acervo: Colégio Nossa Senhora Auxiliadora Petrolina

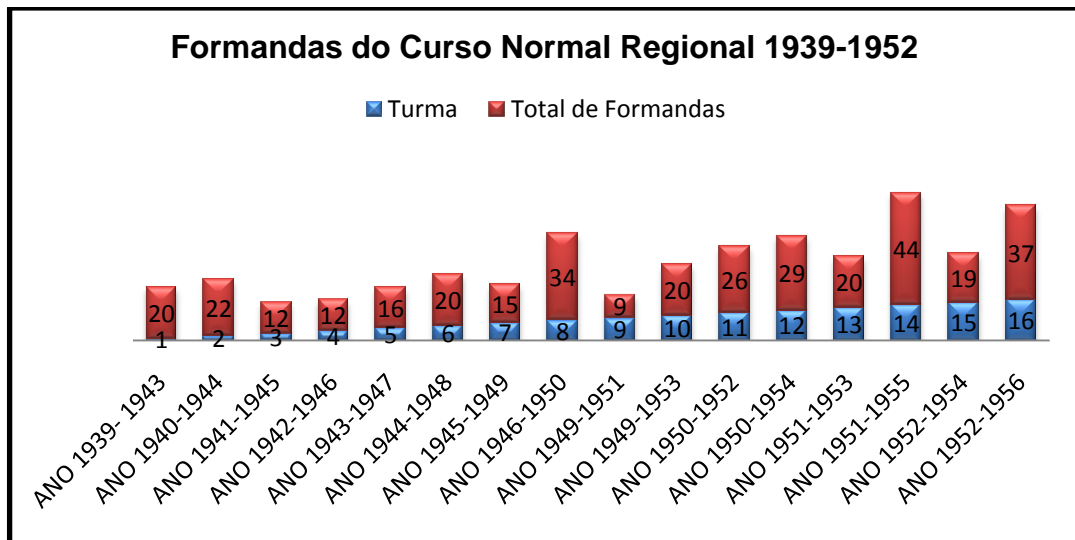
Mediante os dados apresentados no Quadro 4, partimos da hipótese de que, nas onze turmas do Curso Normal Rural, a primeira turma começou com uma queda baixa no número de ingressantes de normalistas e permaneceu no ano seguinte até que foi aumentando aos poucos no decorrer dos anos, ou seja, formando-se um quantitativo total de normalistas que se apresentava por turma e, somente nos anos de 1934 a 1937, houve um aumento significativo de formandas.

Vale ressaltar que, no dia 06 de dezembro de 1931, aconteceu a conclusão da primeira turma de professorandas da Escola Normal Rural, sendo então formadas:

Laura do Nascimento, Vande de Souza Paulo, Maria Carlota de Possídio Coelho, Laura de Possídio Coelho, Armênia Guerra Moreira, Odete Sampaio Gomes, Elita da Silveira Coelho, Eunice Lopes de Almeida e Maria de Lourdes Gravatá. E em 1934, colam grau à segunda turma no total de 14 neo-professoras. (LUZ, 1995, p. 128).

Em relação ao Curso Normal Regional, no Quadro 5 abaixo, pode-se observar como era organizado o curso no período de 1939 a 1952, uma vez que esses dados se constituem por meio dos índices apresentados no Livro de Registro das Concluintes.

Quadro 5 - Curso Normal Regional 1939-1952



Fonte: Livro de Registro das Concluintes de 1931 até 1967- Acervo: Colégio Nossa Senhora Auxiliadora Petrolina

Constatamos, a partir da análise do quadro, que a instituição passou a oferecer, a cada ano, o Curso Normal Regional com duração de cinco anos, no período de 1939 a 1946; depois, passou a ofertar duas turmas a cada ano, sendo uma turma do Curso Normal Regional e outra turma do Curso Normal Rural com duração de três anos no período de 1949 a 1956. Por fim, percebe-se a mudança dos cursos no decorrer dos anos, na qual, com o passar do tempo, houve um aumento significativo de normalistas, apontando para um quantitativo satisfatório para a primeira turma do Curso Normal Regional.

Nessas circunstâncias, outro aspecto observado no documento foi que, no período de 1955 a 1967, o Curso Normal voltou a ter as suas características iniciais, com duração de três anos, passando a ser chamado de Curso Normal Pedagógico.

Outra questão a se destacar é referente aos subsídios recebidos pelo colégio através da Prefeitura Municipal de Petrolina e de órgãos Estadual e Federal para atender a população da região que, tivessem interesses para estudar no colégio. Esse fato foi constatado no Relatório de Atividades da Diretoria, comprovando que as alunas recebiam bolsas de estudo no ano de 1970, nos receptivos cursos, sendo: Curso Normal, Ginásio, Primário e Infância. Assim, o Órgão Estadual ofertava 14 bolsas de estudo, Federal 32 bolsas e Municipal com um total de 2 bolsas que eram distribuídas para os cursos citados acima.

Desse modo, é importante enfatizar que, para o ingresso no Curso Normal, a instituição exigia uma prova de admissão, cujo resultado conferia aos pais ou responsáveis a realização da matrícula no estabelecimento de ensino.

Dentro dessa perspectiva, ao analisarmos o documento Manual de Orientação do Colégio encontrado no acervo da instituição, na qual, tratava de informações referente normas e regras do estabelecimento de ensino da instituição, pois ficou esclarecido que, na parte que aborda sobre “condições de aceitação,” foram estabelecidos três critérios para a realização da matrícula:

No ato da matrícula as alunas devem apresentar o registro civil, o atestado médico, e o de batismo e bem como de vacinação, o segundo define que as alunas vindas advindas de outros colégios, deverão apresentar o atestado de bom procedimento, esse fossem do ensino secundário tinham que apresentar a transferência, e todos os atestados que as habilitavam a cursar a série a que se destinava, e por fim o último critério que orientando que as alunas não poderiam renovar as matrículas, caso o pagamento estivesse atrasado, que não poderá as alunas renovar as matrículas aquelas que estivesse em atraso nos seus pagamentos. (DOCUMENTO MANUAL DO COLÉGIO,P.07. 1926).

Mediante essas informações citadas, percebemos, por meio desse documento o manual do colégio, que a instituição estabelecia critérios e normas para o andamento e organização do Curso Normal Rural e também para os demais cursos do colégio.

Em relação ao regime interno da instituição, iniciou logo quando o colégio foi fundado em 1926, com o Curso Primário e depois com o Curso Normal Rural e Ginásio, tendo em vista que só poderiam ficar internas as alunas que morassem em outra cidade, norma estabelecida pela instituição. Em 1965, fecha-se o internato e o colégio passa a funcionar somente com alunas externas.

## 5.2 - O Currículo Ofertado pelo Curso Normal

Tomando como base o currículo escolar como um relevante instrumento educacional pedagógico, elaborado e pensado com o intuito de proporcionar às instituições formais de ensino um eixo norteador do processo educacional. Lima, (2012, p.25) afirma que: “o currículo é uma organização que se fez necessária a partir do surgimento da escolarização em massa, na qual, percebeu a necessidade de uma padronização do conhecimento a ser ensinado”.

A partir desse referencial de análise, no olhar do autor, o currículo surge para suprir as necessidades de sistematização de conceitos e disciplinas escolares. Observado a partir dos anos 20 e 30, quando, naquele momento, percebia-se relevantes mudanças econômicas, sociais, políticas e ideológicas no Brasil.

Nessa concepção de currículo, é importante enfatizar a proposta dos conteúdos curriculares definida para o curso de formação de professoras primárias do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora em Petrolina, oficializado somente a partir do Decreto Lei nº 8.530 de 1946, tendo em vista que, antes do decreto, as irmãs salesianas formadoras já trabalhavam na perspectiva da lei, sendo que, com a promulgação desse Decreto, foi possível aperfeiçoar ainda mais o trabalho educativo, no sentido de uma melhor orientação na transmissão de saberes para as normalistas.

Assim, na análise da Lei citada acima, que, em seus capítulos primeiro e segundo, Art.7º e 8º, definia as seguintes disciplinas curriculares para as escolas normais:

**Curso Normal Regional:** Português, Matemática, Física e química, Anatomia e fisiologia humanas, Música e canto, Desenho e artes aplicadas, Educação física, recreação e jogos, Biologia educacional, Psicologia educacional, Higiene puericultura, Metodologia do ensino primário, Sociologia, História e filosofia da educação, Prática de ensino. **Curso Normal:** Português, Matemática, Física e química, Anatomia e fisiologia humanas, Música e canto, Desenho e artes aplicadas, Educação física, recreação, e jogos, Biologia educacional, Psicologia educacional, Higiene e educação sanitária, Metodologia do ensino primário, Sociologia educacional, História e filosofia da educação, Higiene e puericultura, Prática do ensino. (BRASIL, 1946).

A referida lei de 1946 procurava instituir uma uniformização nas práticas curriculares, aspirando conseguir uma melhoria do ensino mediante a declaração de diretrizes e normas para o curso de formação de professores.

Ao identificarmos essas modalidades das escolas normais, entendemos o cumprimento do artigo 47 da Lei Organização do Ensino Normal que normatizava: “Todos os estabelecimentos do ensino normal manterão escolas primárias anexas para a demonstração e prática de ensino”, e, em seu parágrafo primeiro, especificava que “cada curso normal regional deverá manter, pelo menos, duas escolas primárias isoladas”. (BRASIL, 1946).

Com base no ensino Regional, Miguel (1997, p.3), esclarece que:

A expectativa do governo federal e estadual era preparar professores regentes de ensino primários para a zona rural a fim de transmitir-lhes

conhecimentos para melhor viverem nas localidades em que moravam, particularmente nas escolas rurais recém inauguradas.

Tomando como base esse entendimento, define-se sobre o currículo do CNSA, que se destaca no quadro abaixo, apresentando as disciplinas ofertadas durante os três anos do Curso Normal Rural e do Curso Normal Regional. Ou seja, percebe-se a organização do currículo do Curso Normal Rural a partir da diferença de disciplinas distribuídas para ambos os cursos e também a duração dos anos, tendo em vista que algumas disciplinas inclusas tiveram como base o atendimento à realidade local das aulas dentro de uma perspectiva mais próxima da realidade em que viviam.

**Quadro 6-** Comparativo das disciplinas do Curso Normal Rural e Regional do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora entre 1929 a 1955

Curso	Normal Rural – 1929-1931	Normal Regional – 1951-1955
<b>Duração</b>	3 anos	5 anos
	Português, Francês, Matemática, Química, Agricultura, História, Desenho, Canto e Música, Trabalho Manuais, Anatomia, Educação Física, Didática, Geografia, Pedagogia, Arte Culinária, Higiene, Psicologia, Caligrafia, Inglês, Economia rural, Zootecnia, Jogos educativos, Metodologia	Português, Frances, Matemática, Física, Química, Agricultura, História, Desenho, Canto e Música, Trabalho Manuais, Educação Física, Didática, Geografia, Pedagogia, Higiene e puericultura, Psicologia, Caligrafia, Metodologia, Sociologia, Pré-orientação, Contabilidade, Inglês, Geometria, História da educação, Prática de ensino, Filosofia, Anatomia, Jogos recreativos, História Geral de Pernambuco e Biologia.

Fonte: Livro de Registro das Concluintes 1931 a 1967-Arquivo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora Petrolina (2019).

A partir da análise do quadro que aborda informações sobre o currículo do Curso Normal Rural do colégio, é possível observar que a primeira turma iniciada em 1929 apresentava um currículo semelhante ao que foi promulgado posteriormente através do decreto de 1946.

No que se refere à organização do currículo do Curso Normal Regional, já estava em conformidade com o decreto, era trabalhado dentro de uma proposta que apresentava um quantitativo maior de disciplinas pelo fato de duração do curso ter sido de cinco anos, podendo se perceber que as disciplinas de Agricultura, Trabalhos Manuais e Higiene estão presentes nas duas modalidades dos cursos. Por fim, nas disciplinas relacionadas à formação docente, há um acréscimo da disciplina “Pré Orientação e Prática de Ensino” do Curso Normal Regional que não consta no Curso Normal Rural.

Nessa direção, vale salientar que, sobre a disciplina de agricultura, define-se:

[...] os temas referentes à agricultura figuravam em currículos de formação de professores não na perspectiva de que havia saberes doutos em agricultura, os quais eram transformados em saberes a ensinar e que estes, por sua vez, ali deveriam estar por compor o perfil de profissional docente intencionado, ou seja, que tais conteúdos precisassem estar relacionados permanentemente com o seu ensino em escolas de primeiras letras. Levantamos a hipótese de que agricultura figurava no currículo, pois Geometria, Desenho Linear, Ciências Naturais, Mineralogia e Geologia, ou outros conteúdos, para serem transpostos do plano de conhecimentos científicos para conhecimentos escolarizados, precisavam ser contextualizados, organizados com alguma pertinência em relação à realidade concreta e não apenas em forma de saberes abstratos. Por isso a menção à agricultura e elementos do mundo rural. (WERL E BRITO, 2006 apud BANDEIRA, 2018, p. 19).

Nessa ocasião, a partir da análise do quadro curricular das disciplinas do respectivo Curso Normal Rural e Regional do referido colégio, as mudanças do currículo ocorreram a partir de 1949 no Curso Normal Rural com a retirada da disciplina de Trabalho Manuais e também com a retirada da disciplina de Agricultura no ano de 1955, que, nesse respectivo ano, deixou de ser Curso Normal Rural Regional e passou a ser Curso Normal Pedagógico, com duração de três anos, mas, muito provavelmente, esses conteúdos foram abarcados sem outras disciplinas.

A partir da análise da Ata dos Exames Escritos e Oraís do 1º ano do Curso Normal Rural do colégio entre os anos de 1942 a 1946 que tratados conteúdos de cada disciplina e a forma como era trabalhada a prática de ensino desenvolvida pelas irmãs salesianas professoras, foi possível diagnosticar as práticas de ensino das disciplinas de Agricultura, Higiene e Puericultura e Metodologia desenvolvidas pela instituição.

De acordo com os conteúdos da disciplina de Agricultura na Ata dos exames escritos e oraís, consta como eram aplicados os exames, na qual, aponta que:

Aos 25 dias do mês de Novembro de 1946 em presença da Fiscal e da Banca Examinadora abaixo assinada realizaram-se os exames escritos e oraís de Agricultura do 1º do curso Normal. Para o exame escrito foi chamado uma aluna para sortear o ponto tratava dos seguintes assuntos: a) Sementes, b) Adultos verdes, c) Vegetação das plantas. Após uma hora foram recolhidas as provas dando-se início aos exames oraís. (ATA, 1946, nº. 10).

Percebemos, por meio da descrição da Ata, que a prática educativa executada pelas irmãs salesianas formadoras expressava as características de uma educação de ensino rígido que exigia o domínio dos conteúdos dos exames escritos e oraís pelas normalistas, em cujos resultados foi obtida a aprovação de todas, nas provas oral e escrita, no total de vinte alunas

que participaram desse processo. Assim, ainda foi possível observar o modelo de normalista que se quis formar naquela época, ou seja, alunas totalmente disciplinadas e atendendo às normas e regras postas pelo curso, bem como práticas que tornaram essa formação possível.

A foto, abaixo, descreve as alunas normalistas na aula prática da disciplina de Agricultura, com enxada na mão, tendo o contato com a terra, pois, de acordo com a descrição da Ata, as mesmas estudavam os conteúdos teóricos da disciplina, passando por um processo de avaliação de exames escritos e orais e, depois, a aula prática. Enfim, de acordo com análise da Ata e o suporte teórico, subentende-se que essa disciplina tinha como base passar o ensinamento para as normalistas para que as mesmas pudessem ensinar nas escolas esses saberes apreendidos no Curso Normal Rural.

**Figura 6** - Alunas na aula prática da disciplina de Agricultura



Fonte: Acervo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (2019)

Portanto, ao se falar de currículo, Moreira e Silva nos ensinam (2000) que:

O currículo não pode ser o veículo de algo a ser transmitido e passivamente absorvido, mas o terreno em que ativamente se criará e produzirá a cultura. O currículo é assim, um terreno de produção e de política cultural, no qual, os materiais existentes funcionam como matéria prima de criação, recreação e, sobretudo, de contestação e transgressão (MOREIRA E SILVA 2000, apud Reis 2011).

Isso permite refletir que a Educação Contextualizada busca compreender a construção do conhecimento das pessoas a partir do contexto em que vivem, ou seja, a relação ou a

construção dos saberes se dá na relação das pessoas com o mundo, consigo mesmas e com os outros. Segundo Reis (2005):

A Educação Contextualizada e para a Convivência com o Semi-Árido não pode ser entendida como um espaço de aprisionamento do saber, ou ainda na perspectiva de uma educação localista, mas como aquela que se constrói no cruzamento da cultura escola e sociedade. A contextualização neste sentido não pode ser entendida apenas como a inversão de uma lógica curricular construtora e produtora de novas excludências. (REIS, 2005, p.13).

Conforme analisa o autor, contextualizar implica estabelecer uma dinâmica dialética e ao mesmo tempo dialógica entre o contexto histórico, social, político e cultural, e o currículo como um todo, concebido como processo em constante construção que se faz e se fez.

Nessa direção, na tentativa de atender ainda mais às demandas dos conteúdos do currículo escolar, é importante destacar a disciplina de Higiene e Puericultura, que, de acordo com a Ata de 1944, deveria ser trabalhada da seguinte forma:

Ao 1 dia do mês de Dezembro do ano 1944, em presença do Fiscal, realizaram-se os exames escritos e orais do 1º ano do curso Normal da Escola Normal N. Senhora Auxiliadora. Uma das alunas sorteou o ponto nº 11 que abrangia as questões: a) Lugares anexos à Escola, b) Poluição e contaminação, c) Composição da água. Terminando o prazo, foram recolhidos os papeis seguindo-se os exames orais. (ATA 1944, nº10).

Observa-se que, a partir dos exames escritos e orais da disciplina de Higiene e Puericultura, é notável que as questões apresentassem conteúdos que tivessem como intuito a transmissão do saber sobre os cuidados de higiene e puericultura que as pessoas deveriam ter no meio social e também com a saúde, ou seja, ensinamentos esses transmitido para as normalistas que tinham a responsabilidade de colocarem prática na execução do trabalho com as crianças. Vale ressaltar, que, nos resultados dos exames escritos e orais do total de alunas que participaram, todas foram aprovadas.

De forma sucinta, é importante compreender esse termo de Puericultura:

Conhecer a origem da puericultura pode-se observar seu caráter autoritário e disciplinador com que foi inserida na pediatria, entretanto, há mudanças importantes e contínuas que buscam incorporar aspectos da organização da sociedade, dos modelos assistenciais e dos direitos sociais. Refletir sobre os conceitos de saúde, vida, doença, autonomia é fundamental em nosso campo, compreendendo que esses saberes são complementares à biomedicina (SANTOS, 2012, p.2).

Conforme o entendimento acima, posto pela autora, o conceito de Puericultura é amplo e pode estar sendo cooperado na organização da sociedade, uma vez que puericultura é a arte de promover atenção à saúde das crianças, inserindo-se assim nos processos de organização do sistema de saúde e relacionando-se, também, à concepção de infância e ao papel da criança na família e na sociedade em diferentes contextos culturais.

Conforme consta na Ata 1943, a disciplina de Metodologia era avaliada da seguinte forma:

Aos três dias do mês de Dezembro do ano de 1943, realizaram-se os exames orais e inscritos do 1º ano pedagógico de Metodologia geral e especial, em presença da Banca examinadora e da atual. Para o inscrito, sorteou-se o ponto nº 14, abrangia as questões: a) A questão da escola rural primária na renovação pedagógica, b) Necessidades em que se baseia o centro de interesse de Decroly, c) Prêmios. Terminado o prazo, foram recolhidos os papéis, seguindo-se os exames orais. (ATA, 1943, nº10).

Observamos que a questão do exame escrito estava voltada para o entendimento da escola rural através do método *Decroly*<sup>23</sup>, que é fundamentado a partir da ideia de que as crianças aprendem a observar o mundo baseado em uma visão do todo. Nesse exame, participaram vinte e duas alunas, sendo que houve um total de sete reprovações na prova escrita, mas, na prova oral, todas foram aprovadas.

Portanto, pôde evidenciar que, na organização dos conteúdos curriculares do Curso Normal Rural do colégio, trabalhavam atividades que partiam do contexto da localidade da região de Petrolina, ou seja, numa perspectiva que valorizam o contexto social e cultural, buscando aprimorar o saber e o conhecimento, a partir do contexto em que as normalistas viviam.

### 5.3- As Jovens Normalistas e o Percorso pelo Curso Normal

A história da formação de professores primárias em Petrolina evidencia as estreitas relações entre a educação e a sociedade, pois, logo no início, quando a educação estava dando

---

<sup>23</sup>Esse método educacional desenvolvido pelo educador belga Ovide Decroly (1871-1932), que partia da ideia da globalização do ensino para romper com a rigidez dos programas escolares. Decroly elaborou a ideia de “centros de interesse” que seriam uma espécie de ideias-força em torno das quais convergem as necessidades fisiológicas, psicológicas e sociais do aluno tais como: a) a criança e a família; b) a criança e a escola; c) a criança e o mundo animal; d) a criança e o mundo vegetal; e) a criança e o mundo geográfico; f) a criança e o universo. Foram as pesquisas em psicologia infantil de Decroly que levaram o educador à criação de um novo sistema de ensino primário, cuja finalidade seria preparar a criança para a vida. <https://www.educabrasil.com.br/metodo-decroly/>

os seus primeiros passos, o primeiro bispo Dom Malan chega à cidade em 1923, e desenvolve ações para ajudar o povo petrolinense da época, ou seja, após a sua posse como bispo da cidade o mesmo toma conhecimento da situação educacional de Petrolina e consegue a implementação do primeiro colégio feminino e também para a implementação do primeiro curso de formação de professores da região, “Curso Normal Rural”, com a finalidade de formar professoras para atuarem na zona rural e urbana. Todo esse progresso e conquista partiu do esforço do bispo que, junto com as irmãs salesianas, apoio político e da sociedade, pelo fato de que o ensino do colégio só iria contribuir ainda mais para a educação em Petrolina.

A realidade das professoras primárias nos possibilitou compreender o percurso de formação docente na região de Petrolina, ou seja, mulheres que dedicaram as suas vidas ao Curso Normal, dedicação essa que foi registrada através das entrevistas realizadas junto às ex-normalistas, sendo, possível, ainda, averiguar fotografias e documentos do acervo da instituição.

Comprendemos que o percurso vivenciado no tempo de formação das mulheres foi registrado na publicação dos livros: “Páginas Poéticas” da autora Maria de Fátima de Sousa Palitot, e o livro “A União das ex-alunas Salesianas através do Tempo”, da autora Lusinete Ramos, produções essas que partiram dos aprendizados vivenciados ao longo do Curso Normal.

Todavia, neste trabalho, apresento a trajetória de vida das ex-normalistas Cremilda Menezes de Sá e Gildete Duarte Mattos, que passaram pelo Curso Normal Rural e o Curso Normal pedagógico, tendo essas atuando como professoras em momentos significativos de transição organizacional da educação em Petrolina. Sendo assim, são muitas as ex-normalistas que gostaríamos de destacar nesta pesquisa, a exemplo de Ednalva, Maria do Socorro, Lusinete Ramos, Fátima de Sousa entre outras, sobre as quais tecemos considerações sobre a passagem pelo curso normal e a carreira profissional docente.

### 5.3.3 - Cremilda Menezes de Sá

Cremilda Menezes de Sá, filha de Camilo Gomes de Sá e Mônica Menezes de Sá, nasceu em Petrolina no dia 31 de março de 1929 e em seus primeiros anos de vida sempre estudou no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Entre 1945 a 1949, foi ingressa da sétima turma do Curso Normal Rural Regional, sendo aluna externa e nessa época, teve como diretora a Irmã Olga Salgado. A ex-normalista Cremilda relata a escolha pelo curso normal:

Por que na época só tinha esse curso, eu ainda no secundário e a freira já me levava para fazer o curso normal rural, nessa época eu tinha 14 anos, quando fazia o secundário, o nosso curso todo era normal rural. A freira olhava para mim e dizia você tem jeito para ser Jornalista porque eu gostava de escrever e fazer composições, mas eu não tive condições de fazer porque o curso só tinha na capital. Então, aqui só tinha essa opção e papai era uma pessoa que dava valor a formatura, a herança maior que papai podia deixar para o filho era o saber, por que ninguém tira. Papai, era negociante (comerciante) formou 4 filhas todas professoras. (SÁ, 2018).

Nesse sentido, com base na análise da entrevistada, como o colégio já oferecia o curso secundário, muitas das alunas que já estudavam na instituição deram continuidade a seus estudos frequentando o Curso Normal Rural.

Esse fato esclarece que, ao confrontar os dados, fazendo o cruzamento com o livro de registro das concluintes do ano de 1931 a 1967 e com a coleta da entrevista de Cremilda, foi possível concluir que o Curso Normal Rural com duração de cinco anos era definido como Curso Normal Regional, sendo três anos do secundário e dois anos do pedagógico.

A imagem abaixo apresenta a organização do Curso Normal Rural Regional, a partir do documento que explicita a distribuição das disciplinas para o secundário e pedagógico. É notável que toda essa estrutura do curso fizesse parte do processo de formação de professoras primárias.

**Figura 7 - Histórico Escolar do Curso Normal Regional**

The image displays two pages from a historical school record book. The left page is titled 'Escola Normal Rural N. S. Auxiliadora' and contains an admission exam section and a table for the first year of secondary school (1º ANO SECUNDÁRIO). The right page is titled '2º ANO SECUNDÁRIO' and contains a table for the second year of secondary school. Both tables list subjects and student names with their respective grades.

Fonte: Arquivo de Cremilda Menezes ex-aluna do Curso Normal Rural Regional (2018)

Segundo a entrevistada, partindo das disciplinas ministradas pelas irmãs salesianas, no decorrer do curso, várias professoras deram aula, tais como: Irmã Laura, Carlota, Maria Lopes, Dalva, Veloso e Maria Falcão.

Interrogada sobre a metodologia empregada pelas professoras irmãs salesianas, Cremilda recorda:

As irmãs eram muito rígidas no ensinamento das disciplinas, tinha muita leitura de temas e escrita de textos e atividade oral. Na prova escrita durava uma hora, tinha as perguntas pra gente responder, era tudo escrito não existia o uso de marcar as respostas. A prova era em papel pautado e caneta no tinteiro, era uma dificuldade pra escrever com medo de borrar a prova. Na prova oral era três examinadoras, uma no meio que era a titular e as outras duas examinadoras. A gente tinha uma latinha com os nomes das disciplinas, era feito um sorteio [...] geografia se caísse pra falar sobre os astros, aí a gente tinha que responder e depois ia mudando, cada uma pegava uma matéria e respondia a pergunta. Depois elas somavam as duas notas e dividia por dois e dava a média, se não se saísse bem aí tinha a recuperação e depois da recuperação ou era aprovada ou reprovada. Na recuperação faziam outra prova quem era tímida tinha um medo horrível da prova oral. (SÁ, 2018).

Esse depoimento remete à análise de Souza (2008, p.15), quando aponta que algumas práticas se sedimentaram com o tempo, construindo uma identidade peculiar nas escolas normais: o hábito de exercício passado no quadro, a realização de ditado, o ir ao quadro, o

registro no caderno, formação de filas dos alunos antes de entrar na sala de aula, o ato de cantar o hino nacional, as arguições orais, as provas escritas, os prêmios e os castigos, a exigência do silêncio, da obediência e do respeito ao professor (professoras em sua maioria) e aos demais adultos em exercício na escola.

Nesse viés, o Colégio era de regime externato e internato, e de acordo com o relato, Cremilda nos explica como era a rotina e normas estabelecidas pela instituição:

Havia internato e o externato, eu era externa. No curso era expressamente proibido interna falar com externa pra não levar recado de namorado; se encontrasse uma aluna no corredor conversando com a interna a irmã mandava chamar a mãe e o pai. Uma vez uma interna desmaiou de tanto a gente rezar na capela e levou ela para enfermaria e depois para o quarto dela e aí meteram a mão no bolso da saia dela e encontraram uma carta para o namorado dela, quando ela voltou o sentido apertaram ela pra dizer quem tinha levado a carta e aí ela teve que dizer que tinha sido eu que tinha levado a carta. Eita, peguei três dias de suspensão do colégio por causa dessa carta e papai ficou indignado. No palatório (entrada do colégio) lá não entrava homem de jeito nenhum, então tinha as internas e cada uma tinha um procurador, o procurador era uma pessoa que cuidava de uma interna. A família dava toda a assistência, dinheiro e o que elas precisassem, eles iam visitar elas no domingo. Caso a aluna interna tivesse um bom procedimento, durante a semana podia passar o domingo na casa do procurador, mas se não tivesse não iria porque as irmãs tinham um quadro, cada menina era uma pombinha e aí elas avaliavam a gente por esse quadro. No quadro tinha a imagem de Nossa Senhora, se a pombinha chegasse lá em cima da imagem tinha um bom procedimento, tinham umas que subiam e tinham outras que no mesmo lugar e elas anotavam tudo. (SÁ, 2018).

Podemos analisar, de acordo com o depoimento acima, que a instituição apresentava normas internas com o intuito de educar e disciplinar as normalistas, prevalecendo a organização do estabelecimento. Assim, é importante destacar que a prática do quadro era uma das estratégias utilizada pelas irmãs salesianas para melhor avaliar o comportamento das alunas e, ao mesmo tempo, condicioná-las a uma boa disciplina.

Outra questão a levantar sobre as normas da instituição era sobre o uniforme do Curso Normal Rural, lembrado pela entrevistada:

A farda do curso era saia azul de pregas, blusa branca de mangas longas, meias longas de algodão, sapato colegial preto e gravata comprida, para entrar na escola era obrigatória, a gente tinha que subir na cadeira para a irmã medir o comprimento da saia, todos os dias elas olhavam dos pés à cabeça pra ver se o uniforme estava adequado para entrar no colégio e não podia usar esmalte, maquiagem, pulseira, colar nada, elas faziam uma fila para observar a gente. (SÁ, 2018).

Vale ressaltar a formatura do Curso Normal Rural, que era o dia esperado por todas as normalistas para receber o diploma, já que todas se dedicaram no decorrer do percurso, preparando-se para se tornarem professoras primárias.

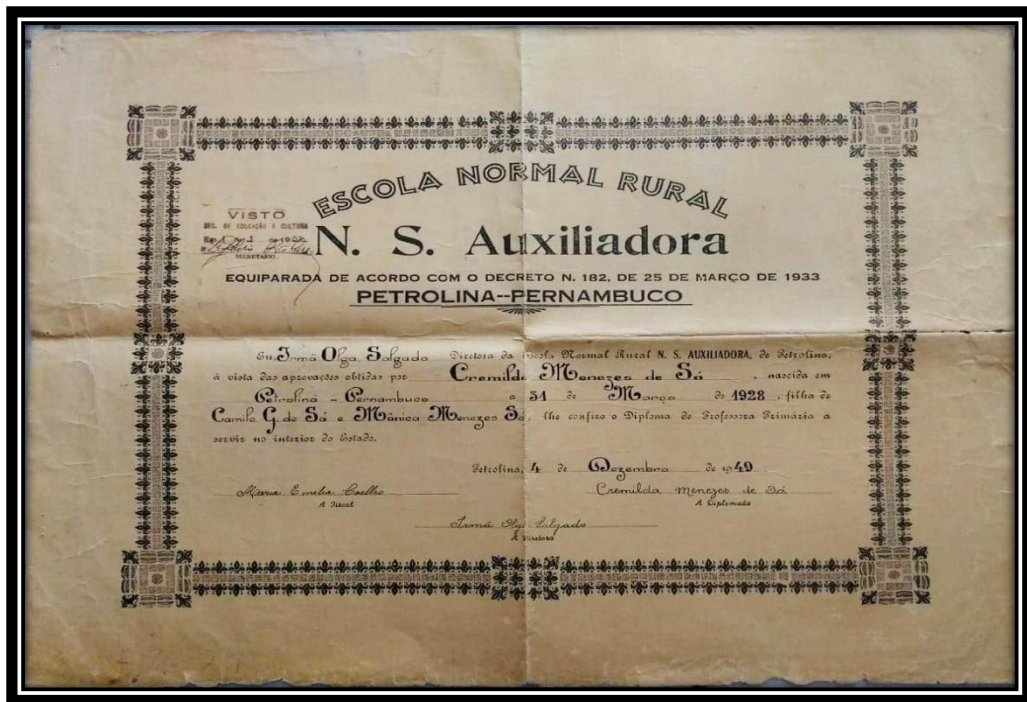
Com entusiasmo, Cremilda nos revela como foi o dia da sua formatura:

No dia da formatura tinha o prefeito, delegado, juiz, a diretora e todas as autoridades, era uma festa linda. Quando a gente subia para receber o diploma tinha que cumprimentar a mesa e na hora papai foi me pegar no trono duas vezes, primeiro para recitar a poesia e a outra vez pra receber o diploma; quando ele foi me pegar para recitar a poesia percebi que Doutor Nilo tava cochichando de mim para Dom Avelar. De noite, no Baile, Doutor Nilo veio me tirar pra dançar e me perguntou você viu na hora que você subiu para recitar a poesia, eu tava conversando com Dom Avelar? Ele disse que você se sobressaiu no curso e por isso estou lhe convidando para ir para Recife fazer o curso rural de três meses em Recife. (Sá, 2018).

No tocante ao depoimento acima percebemos que a conclusão do Curso Normal Rural Regional foi finalizada com êxito, na qual, Cremilda deu continuidade a esse processo de formação de professora primária em Recife – PE, com o Curso Normal Rural, com duração de três meses, como diz ela: “nesse curso a gente aprendia, a manusear a terra, canteiro, plantar as hortaliças, fazia pasta de dente, óleo de cabelo e outras. O que a gente aprendia no curso era pra dar na sala de aula.

Por ocasião a atitude que Nilo Coelho teve no dia da formatura, em oferecer a vaga do Curso Normal em Recife para Cremilda, evidencia que isso não é só somente reconhecimento de bom desempenho da aluna, mas se domínio de poder político acentuado por outros interesses, melhor dizendo, ação essa em que interferiu nas oportunidades das demais alunas do curso normal rural.

**Figura 8 - Diploma de Professora Primária Cremilda Menezes de Sá**



Fonte: Arquivo de Cremilda Menezes ex-aluna do Curso Normal Rural Regional (2018)

A foto acima mostra o modelo de diploma do Curso Normal Rural adquirido no ano de 1949, reconhecido pelo Governo do Estado de Pernambuco, habilitando as normalistas a lecionar em nos Cursos Primário, público e privado.

Sobre o Ingresso e atuação na carreira docente, Cremilda diz:

Quando eu fui fazer o curso rural em Recife e voltei, Doutor Nilo Coelho<sup>24</sup> me nomeou na Secretaria, porque as outras aguardavam o Diário Oficial e demorava meses e eu não no primeiro Diário Oficial saiu meu nome. Na portaria, aí ele me botou em Afrânio. Ao chegar a Afrânio, na época eu era do grupo escolar. As que tinham lá era casa alugada pelo Estado. Eu tomava conta sozinha do grupo escolar. Quando eu comecei a ensinar lá, no primeiro ano eu sofri muito, porque tive que fazer a matrícula com pelo menos 30 alunos e todo mês mandava pra Recife a papelada toda que fazia na escola. Na escola Rural de Afrânio, vinha o inspetor escolar visitar as escolas e passava nas salas para avaliar a aula da professora, na minha sala de aula o inspetor chegou na sala e sentou com o livro na mão, e colocava tudo o que

<sup>24</sup> Nilo de Souza Coelho era médico, industrial político e foi o primeiro governador de Pernambuco eleito por via indireta depois do Golpe Militar de 1964. Nasceu em e de novembro no ano de 1920, em Petrolina, município pernambucano banhado pelo rio São Francisco. Nilo Coelho, se fez Deputado e Secretário de Estado, Deputado Federal, Governador e Senador. Petrolinense, que atingiu posições mais altas e levou o nome da sua cidade aos mais altos comandos do país. Disponível em: <[http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=207&Itemid=1](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=207&Itemid=1)>

acontecia ali na sala, era mais pra fiscalizar o professor da escola. (SÁ, 2018).

Nota-se, o poder dos Coelhos sobre a política de Petrolina, a partir da iniciativa que Doutor Nilo Colho teve em nomear Cremilda na Secretária para o grupo escolar de Afrânio logo quando retornou para Petrolina, tendo em vista que, as demais normalistas tinham que esperar sair o Diário Oficial para participar do processo de seleção.

Em relação à atuação da professora Cremilda no grupo escolar de Afrânio, tal relato demonstra a dificuldades da realização da matrícula e de lecionar nas três séries da 1ª a 4ª série, sem apoio político no que diz respeito a estrutura do espaço, merenda para os alunos e material didático e com a missão de ensinar os alunos, desenvolvendo um trabalho satisfatório.

De forma sucinta, ao refletir sobre esse depoimento acima, que nos esclarece sobre a carreira profissional docente, Carva (2015, p. 35) esclarece que:

Homens e mulheres possuíram ao longo da história oportunidades, contexto e processos formativos diferenciados no meio social, muitos são os estudos realizados na área de História da Educação que discutem as questões ligadas ao gênero na profissão docente e a pontam para o fato de que, desde a segunda metade do século XIX, a carreira do professor primário passa a ser majoritariamente vinculada a figura da mulher.

Assim, a autora define que as características próprias do sexo feminino tornaram-se um aspecto valorizado no processo de atividade docente, ou seja, fazendo com que a mulher passasse a ser vista como mais apta que o homem na tarefa de educar.

### 5.3.4 - Gildete Duarte Mattos

Gildete Duarte Mattos mora na cidade de Juazeiro e viveu sua infância estudando no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Petrolina, onde iniciou fazendo o Curso Primário até chegar ao Curso Normal com duração de três anos, sendo aluna interna. Em 1952, a diretora Irmã Olga do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora Petrolina foi embora para Fortaleza e convidou Gildete para ir com ela e a mesma foi e entrou no mesmo ano no Curso Normal no Colégio Maria Auxiliadora Juvenal em Fortaleza. Então, em 1953, ao retornar para Petrolina deu continuidade ao Curso Normal, fazendo o segundo e terceiro ano.

Desse modo, ao relembrar todo o percurso que foi passado pelo Curso Normal, a entrevistada relata:

Ah! eu gostava sempre de ser professora e queria exercer a profissão de professora. Exerci a profissão durante 35 anos e fui 20 anos diretora do colégio. Agora a minha paixão, o meu amor era pelo Maria Auxiliadora, é que me levou de 7 anos a 19 anos, eu me formei com 19 anos. Eu,era muito querida e amava as freiras e eu tinha até vontade de ser freira, mas passou a vontade. (MATTOS, 2019).

Conforme o relato acima, a mesma ainda enfatiza que, nesse processo de se tornar professora, o colégio contribuiu trazendo o curso de formação de professoras primárias, uma vez que, para entrar no Curso Normal as normalistas tinham que fazer um teste de Português e Estudos Sociais e só entrava se tirasse a média sete; era um teste rigoroso.

Nessa perspectiva, no regime interno do Curso Normal, a entrevistada nos explica como era a sua rotina e das demais normalistas no estabelecimento:

Eu, fui 7 anos interna, porque naquele tempo não tinha ponte, a ponte foi inaugurada em 1955, então era pacote a vela e quando tinha muito vento ficava pra lá e pra cá e o paqueteiro dizia deitem e agente tinha que ficar todo mundo quieto. Como meu Pai tinha muito medo, me colocou pra ficar interna. Então, eu amava o internato já pensou, cento e tanto internas juntas no recreio, na aula, a gente brincava, as irmãs brincavam com a gente, só tinha mulher. No dormitório, era cama patente de madeira e onde botava o colchão tinha mola. A gente levava o colchão e o lençol já o enxoval a gente recebia tudo limpo. Era um salão com várias camas, a gente gostava, acordávamos às 5h da manhã, levantava fazia a cama, o segundo sino tocava e íamos para o lavatório, depois tocava o último sino para ir para a missa em jejum, aí depois tomava café e às 7h começava a aula. As alunas internas não podiam ter contato com as alunas externas pra não levar recado de namorado. Na sala do lado da professora ficava as alunas internas e do outro

lado as externas, a gente só se falava sobre os conteúdos da aula. (MATTOS, 2019).

Diante disso, por meio do depoimento da ex-normalista sobre o internato, podemos destacar que no documento Manual de Orientação do Colégio do ano de 1926, apresenta critérios para as normalistas internas, tais como: as alunas não podem conservar dinheiro consigo e só poderão receber visita de suas famílias aos domingos e as pessoas que não forem da família ou não forem conhecidas devem apresentar uma autorização escrita; todos os meses a Diretora enviará um boletim com as notas obtidas de cada disciplina, apresentando procedimento mensal em ótimo, bom, regular e deficiente; durante o ano escolar, as alunas poderão ter no máximo três saídas, devendo voltar no mesmo dia de aula.

Ainda nesse entendimento, salientamos a importância de destacar sobre os paqueteiros. Luz enfatiza:

Décadas de 30,40 e 50, anualmente a paisagem petrolinense ficava mais bonita no mês de março com o episódio diário, sempre recomeçado com o reinício das aulas, da travessia do São Francisco em paquetes à vela, por alunos e alunas juazeirenses do Colégio Dom Bosco e do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. 07:00h da manhã, à chegada dos vários paquetes ancorando na margem esquerda, à beira do rio, como que se pintava de cáqui e marinho-azul-e-branco, num quadro sonorizado pela algazarra da garotada juazeirense a chegar para as aulas. (LUZ, 1995, p.27).

Diante desse cenário, a autora chama atenção no sentido de que as alunas ginásianas de Juazeiro não se davam bem com as alunas normalistas do Maria Auxiliadora, elas disputavam os paquetes e grande era a rivalidade entre elas; porém, os alunos do Dom Bosco adoravam as alunas de ambos os colégios. Sendo assim, os paqueteiros foram construtores do progresso para as duas cidades pelo fato dos passageiros serem os juazeirenses e petrolinenses.

Sobre a rotina da aula do Curso Normal, eram realizadas pela manhã de 07h até 12h, ou seja, as alunas tinham um total de quatro horas de aula e intervalo de 15 minutos para o recreio. À tarde, tinham o momento do almoço e logo as normalistas internas estudavam no salão, que era destinado para essa tarefa.

**Figura 9** - Auditório de estudo das alunas internas



Fonte: Acervo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (2019)

Percebe-se, por meio da foto acima, as alunas internas no auditório de estudo, em carteiras para dois lugares e em fileiras, mas somente uma pessoa está sentada nela. Gildete relata que, “no horário de estudo, a irmã passava de vez em quando pra ver se nós estávamos estudando mesmo. Às 15h30min, o sino tocava e nós íamos para o lanche; meia-hora depois, retornávamos de novo para o estudo até as 17h30min, já fazia as lições do outro dia”.

Nesse sentido, vamos adentrar as disciplinas ministradas no Curso Normal e a importância de compreensão da prática de ensino desenvolvida pelas irmãs salesianas.

As disciplinas eram todas separadas, tinha Português, Matemática, História, Geografia, Desenho, Caligrafia e as outras. Na disciplina de Caligrafia as irmãs aprimoravam muito bem no ensinamento tinha que praticar pra ficar com a letra bonita. Era preciso ter vontade para estudar muito viu, porque além da prova escrita você tinha prova oral e essa prova oral você tirava um bilhete com um número aí você entregava para a Irmã e ela mandava você dissertar. Todo mês de Maria, fim de ano, armava aquela mesa e tinha as notas de comportamento de tudo, ninguém queria ficar lá em baixo, teve uma época que era os carneirinhos, cada aluna era um carneirinho se você se comportasse o carneirinho subia e se você recebesse advertência o carneirinho descia. Então, era uma coisa simples mais que agente valorizava; cada trimestre tinha uma coisa, uma vez era carneirinho, outra vez era borboleta e cada um tinha o nome da aluna e a aluna tinha o interesse de saber onde era que estava. O ensino era tão rigoroso, mas era para o nosso bem porque disciplina tinha de mais. (MATTOS, 2019).

A cultura escolar remete, assim, para a existência, em cada escola, de um conjunto de fatores organizacionais e processos sociais específicos que relativizam a cultura escolar (enquanto expressão dos valores, hábitos, comportamentos, ensino, transmitido pela forma escolar de educação a partir de determinações exteriores). Segundo Barroso (2004, p.20): [...] “por isso que os fatores da cultura escolar demonstram que não se trata de um receptáculo passivo de instruções exteriores, mas de um elemento ativo na sua reinterpretação e operacionalização”.

Sendo assim, por alguns anos, houve o trajeto de formação profissional pela ex-normalista, que ao concluir o Curso Normal, iniciou a carreira docente na primeira escola Rui Barbosa na cidade de Petrolina na área urbana e, depois, foi nomeada para trabalhar na escola Agostinho Muniz a partir do concurso. Em 1970, foi nomeada como Diretora, pegando 40 horas semanais de manhã e tarde e à noite, a mesma trabalhava como professora noturna com o total de 20 horas, uma vez que foram 20 anos como diretores e 15 anos como professores.

Portanto, todo esse percurso pela carreira docente expressou o sentimento de gratidão pelo Curso Normal quando a ex-normalista destaca “foi muito gratificante o Curso Normal, porque logo quando me formei fiz o concurso baseado nos conteúdos trabalhados no curso e passei com nota boa, e fui trabalhar”.

#### 5.4- UMA POSSÍVEL RELAÇÃO ENTRE A ESCOLA NORMAL NOSSA SENHORA AUXILIADORA E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM PETROLINA

Seguindo os vestígios do sistema organizacional da educação petrolinense, que deu os seus primeiros passos logo quando Petrolina ainda estava se desenvolvendo, a cidade possui uma localização privilegiada, por estar situada à margem esquerda do rio São Francisco, tendo em vista que, esse empreendimento educacional iniciou-se com ação do primeiro bispo Dom Malan, quando notou que faltava tudo na cidade.

Quanto ao entendimento da educação no Vale do São Francisco, Brandão (1939) afirma que:

Incansável e de visão profética, Dom Malan logo percebeu que Petrolina não tinha colégios de boa qualidade. Por isso, numa história muito sofrida e cheia de dificuldades, conseguiu trazer suas irmãs Salesianas para ajudá-lo na construção do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, que hoje tem quase três mil alunos. Como era tradição na época, o Colégio era destinado apenas às meninas. Mas logo após Dom Malan criou um Colégio com a mesma qualidade de ensino para os meninos, o “Dom Bosco”, que deveria ser

assumido pelos padres salesianos, o que não aconteceu. Ficou então administrado por leigos. (BRANDÃO, 1939, p.36).

Na concepção da autora, Dom Malan sempre foi uma figura de extrema importância para a história política e social de Petrolina, por suas ações para o desenvolvimento da cidade terem acontecido fundamentados nos pilares da fé, da educação e do trabalho. A religião sempre desempenhou um papel predominante na vida dos petrolinense, deixando a sua marca em quase todos os setores da cidade. A igreja católica começou a influenciar no desenvolvimento de Petrolina quando era ainda conhecida como “passagem para Juazeiro”

Considerando a chegada dos colégios religiosos, a partir dos esforços do bispo, essa ação se concretizou com o apoio e a articulação de aliados políticos, a exemplo do prefeito Pacífico da Luz. Na concepção de Brito (1995), o prefeito doou um terreno para a construção das futuras instalações do prédio do educandário, bem como teria lutado pela equiparação definitiva do Colégio Dom Bosco na década de 1930.

Tomando como base o envolvimento da diocese com a política da educação da cidade, do ponto de vista de Chilcote (1991), nos idos de 1930, Dom Malan teria buscado uma conciliação política das partes rivais e interferido na composição política da chapa dos candidatos a prefeito: Antônio Coelho e subprefeito Antônio de Santana Padilha, pedindo o apoio do governador de Pernambuco Estácio Coimbra, com quem teria estreita relação.

Visto isso, foi detectado que, até a chegada de Dom Malan, a cidade apresentava uma espécie de pouco investimento da política local e no que diz respeito ao cargo de prefeito, ou seja, na cidade, a família Padilha sempre exercia a maior influência política, mantendo um forte laço com a igreja católica, laço esse que foi mobilizando forças para as coisas acontecerem no desenvolvimento da região de Petrolina, a exemplo da chegada dos colégios terem sido criados pela Diocese, mas essa articulação teve o suporte político da prefeitura.

Notoriamente, embora a família Padilha estivesse no poder, ressaltamos a visão de Aquino quando afirma que:

Padilhas não eram considerados políticos próximos do povo. A exceção foi o médico Pacífico Luz que entrou para família dos Padilha ao se casar com Bernadina Padilha. A união deste casal rendeu a Pacífico a sua entrada para política. Exercendo atividade política associada a sua profissão, Pacífico da Luz aproximou-se de Dom Malan, a quem considerava um santo e deu continuidade aos desejos do bispo. (AQUINO, 2013, p.7).

Assim, o autor, enfatiza que o prefeito teria entrado na carreira política, mas teria maior identificação com a profissão de médico, pois na sua visão, seria mais útil à população

petrolinense como tal, levando em conta a escassez de médicos na região, uma vez que, ausentando-se da Prefeitura, em 1934, para assumir a função de Médico de Higiene do Estado, sendo substituído, primeiramente, por seu secretário José Pombo e, depois, pelo seu colega de partido, José Cardoso de Sá, suas principais realizações foram voltadas para as questões de saúde pública, o que o aproximou da população petrolinense.

Contudo, a decisão de Dr. Pacífico da Luz teria tido apoio por Dom Malan pelo fato de que essa decisão ia atender às pessoas carentes de saúde, dando uma atenção aos fies que se achavam perdidos. Ao se pensar nesse aspecto, Dom Malan sempre teve preocupação com a educação da população petrolinense e com a preparação para esta nova vida que ele propunha dentro da nova Petrolina.

Tomando como base a preocupação de Dom Malan com a educação, é nesse contexto que, inicialmente, o Colégio Auxiliadora se destaca começando com abertura do curso primário e aulas particulares e, posteriormente, em 1929, o governador Estácio Coimbra assinou o decreto da equiparação do colégio ao Curso da Escola Normal sendo comparado às Escolas Normais Rurais do estado. Ou seja, no decorrer do trabalho desenvolvido pelas irmãs salesianas em preparar as jovens para atuar no ensino em Petrolina, houve um quantitativo satisfatório de formadas. Conforme analisa Brito (1995): 1931 a 1988, a Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora teve o privilégio de entregar o diploma a 1.327 professoras, em 54 turmas. Em 1989, é suspenso o curso de Magistério e inaugura-se o Ginásio de Esporte.

Desse modo, em se tratando do contexto histórico do Curso Normal Rural, permitenos enfatizar o Depoimento de Maria de Lourdes, ex-aluna do Curso Normal, que concluiu em novembro de 1936, retirado do livro 80 anos do Auxiliadora, ela recorda “*LEMBRANÇAS*”:

Recordar é viver, diz uma velha canção. Nesta comemoração dos 80 anos do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, todos que experimentaram a felicidade de estudar e nele conviver, sentem a realidade de tão conhecida expressão. Cada aluna que nessa casa estudou guarda com carinho e gratidão não só os ensinamentos ali recebidos, mas, sobretudo sólidos princípios da formação moral e religiosa. Oito décadas muitas turmas de professoras saíram deste educandário e se espalharam pelo Brasil afora com ideal de instruir educar, seguindo as diretrizes de Dom Bosco. A semente tornou-se Árvore gigantesca, desafiando o tempo, as dificuldades, transpondo barreiras, produzindo frutos de sabedoria que engrandecem sua importante história [...]. As alunas de Juazeiro, como eu, atravessavam o rio em “paquetes” numa feliz algazarra, sob o olhar vigilante dos paqueteiros, seu Agostinho e seu Claro. Ninguém se preocupava com o balanço das ondas fortes, quando havia ventania, nem com o calado do rio no tempo de calmaria que retardava a chegada [...] (AUXILIADORA, 2006, p. 85).

Esse depoimento nos remete a refletir sobre vários elementos, ou seja, começando a conhecer um pouco do trajeto das alunas para chegar ao colégio, tendo como exemplo as normalistas que moravam em Juazeiro; depois, fica claro o quanto, de fato, saíram muitas professoras para atuar no ensino de Petrolina e região.

Dessa forma, podemos considerar que muitas turmas de formandas saíram do Curso Normal capacitadas para exercer a profissão docente, isso pelo fato de que o colégio procurou fornecer uma educação moral, cristã para as alunas e também procurou cumprir com as exigências legais colocadas aos estabelecimentos de ensino normal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação de mestrado, procurou-se retratar o percurso histórico do tema “Memória da Formação docente: Curso Normal Rural do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1929-1989)”, trazendo a gênese de um colégio particular de ensino confessional, que foi projeto do primeiro bispo da cidade de Petrolina e ministrado pelas irmãs salesianas, colégio esse que foi de grande relevância para a cidade, pelo fato de ter iniciado com o Curso Primário e, logo após, ter implementado o primeiro curso normal rural de formação de professores, o que contribuiu para a educação já que a missão do curso era formar jovens normalistas, para, depois, atuarem como professoras nas localidades da área urbana e rural que necessitavam de professoras para alfabetizar aqueles que precisavam.

Ao reconstruir a história do Curso Normal Rural no semiárido de Petrolina, foi possível observar a organização do curso e o crescimento do colégio, naquela ocasião, com a política da educação na cidade as primeiras iniciativas partiram da influência da Diocese a partir do bispo Dom Malan que buscou forças para as coisas acontecerem em prol do desenvolvimento educacional na cidade em articulação com a prefeitura. Percebemos ainda, a realidade social que estava inserida no referido estabelecimento de ensino, ou seja, pelo fato do curso normal ter oferecido uma formação intelectual e profissional diferenciada, exclusivamente para as mulheres, que de certa forma influenciou na opção dos pais pela escolha de uma escola para as suas filhas, cujo princípio educacional aliava-se aos princípios religiosos católicos, se sobressaindo à formação moral, que por sua vez criou condições para a ascensão da mulher no mercado de trabalho, a partir da inserção no magistério.

Podemos destacar que, por meio da análise do currículo escolar do curso normal e das práticas pedagógicas desenvolvidas pelas irmãs salesianas (professoras), foi possível identificar que a maioria das disciplinas tais como: Trabalhos Manuais, Educação Religiosa, Canto, Arte e Agricultura, destacavam como deveria se prover o funcionamento de um lar, noções de higiene e puericultura, o aprendizado do contexto local a partir do aprendizado com a terra, formação moral a partir dos ensinamentos católicos, além de estabelecer uma padronização nos comportamentos e nas atitudes das alunas, comprovando ter sido o curso normal não apenas para a formação docente, mas também foi passado o ensinamento da manutenção da mulher no ofício doméstico, a formação de moças com intuito de manter a

figura da imagem de mãe protetora e dedicada e a educação dos filhos, algo muito comum no que diz respeito ao papel exercido pela mulher na sociedade tradicional da época.

De acordo com análise dos depoimentos das ex-normalistas e dos registros documentais, foi possível concluir que o curso normal foi considerado um importante referencial de ensino na cidade e região. Diagnosticamos que todo o trabalho educativo desenvolvido pela instituição teve relevância para a formação educacional e profissional de suas alunas, contribuindo para o desenvolvimento cultural, social e político da cidade de Petrolina.

Intentamos refletir que as escolas normais, especialmente as religiosas, tornaram-se importante no que diz respeito à educação feminina, colaborando para que o público feminino do magistério se destacasse em todo o território nacional, ainda que diversos desafios fossem enfrentados pelos professores, frente à educação das escolas normais, a começar pela baixa remuneração, dificuldades no espaço escolar entre outros mencionados no trabalho.

Estudar sobre o histórico da educação, a partir do Curso Normal Rural do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, foi possível compreender que no estado de Pernambuco a primeira “Escola Normal Rural” foi da referida instituição no ano de 1936 e depois outras escolas foram surgindo em outras localidades, pois no contexto em que Petrolina se encontrava com poucas escolas houve o apoio político, tendo em vista que tanto a Diocese de Petrolina como os Governantes da época buscaram meios de superar a deficiência do setor educacional e todo esse trabalho se sobressaiu por meio das relações políticas e religiosas.

Sendo assim, podemos constatar que essa pesquisa contribui para o estudo das escolas normais no âmbito regional e nacional. Muitas considerações poderiam ser feitas nessa abordagem, tendo em vista que o presente trabalho não esgota aqui, mas, possibilita o surgimento de outros olhares que poderão ser estudados e ampliados, como a cultura escolar de uma determinada época; o público alvo do curso normal; a questão religiosa a partir do estudo da pedagogia de Dom Bosco e a Congregação salesiana e muitas outras questões específicas que podem ser ampliadas por outros pesquisadores, que despertem interesse pela temática abordada, uma vez que essa narrativa ultrapassa meio século de história e nossa intenção aqui foi apresentar à questão de pesquisa apresentada inicialmente.

Portanto, concluímos que o ensino ministrado pela instituição teve grande relevância no processo histórico de formação de educadoras, em virtude do colégio ter oferecido, dentro dos preceitos da época e dos intentos religiosos que o fundaram, um ensino baseado nos princípios cristãos, que se revelavam na defesa da moral, dos bons costumes, no rigor disciplinar e por ter ajudado na formação profissional das inúmeras ex-normalistas que

ofereceram os seus nomes e os seus serviços na construção da Educação de Petrolina – PE e região.

## REFERÊNCIAS

### FONTES SECUNDÁRIAS

AQUINO, Thulio André Moura de. **Diálogos com a obra de Maria Isaura de Queiroz: traços messiânicos no caso do bispo Dom Antônio Maria Malan da cidade de Petrolina-PE (1924-1931)**. Paralellus, Recife, v. 4, n. 8, 2013, p. 315-322.

ALBERTI, V. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

BRITO, Maria Creusa de Sá e. **Educação em Petrolina**. Petrolina: origem, fatos, vida, uma história. Petrolina: Tribuna do Sertão, 1995.

BASTOS, Maria Helena Câmara. **O ensino monitorial mútuo no Brasil (1827-1854)**. (Orgs.). Histórias e memórias da educação no Brasil.v.II- século XIX. Petrópolis: Vozes, 2004

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Plano Trienal de Educação, 1963-1965**. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1963.

BERGER, Peter L.; LUKMANN, Thomas. **A Construção social da realidade: tratado de Sociologia do Conhecimento**. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1999.

BANDEIRA, Emerson Sávio Leal. **Entre Propostas e Programas: Análise da implementação do curso normal rural no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora**. TCC (Universidade do Estado de Pernambuco). Petrolina, 2018.

BARBOSA, Alana Oliveira. **Missão Salesiana de Mato Grosso do Sul: levantamento documental**. VI Congresso Internacional de História, 2018.

BRAIDO, Pietro. **Dom Bosco – padre dos jovens no século da liberdade**. São Paulo: Editora Salesiana, v. I e II, 2008.

BITTAR, M. Escola confessional. In: OLIVEIRA, D. A; DUARTE, A.M.C; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

BRANDÃO, Maria Edneth. **Catedral da Educação: Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, 1926-2011** Petrolina. Recife, 2012.

BARROSO, João. **Políticas educativas e organização escolar**. Lisboa, Universidade Aberta, 2004.

BRASIL. **Decreto-lei nº 8.530**, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal.

CARVA, Giovanna Maria Abrantes. **A educação salesiana na cidade de Ponte Nova – Minas Gerais e a formação de professoras na Primeira República.** Dissertação. Universidade Federal de Viçosa, 2015.

CATANI, D. B. **Educadores à meia-luz:** um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1919). Tese (Doutorado) - USP, São Paulo (mimeo), 1989.

CHILCOTE, Ronald H. Transição capitalista e classe dominante no Nordeste. Tradução de Lólio de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz: EDUSP, 1991.

CAVALCANTI, Pe. Francisco José Pereira. **Catedral de Petrolina:** profecia e evocação. Petrolina: Editora Franciscana, 1999.

COSTA, Rita de Cássia O. Pessanha. A escola como lugar privilegiado de memórias: o caso do Instituto de Educação de Vitória-ES. In: **VII Congresso Brasileiro de História da Educação**, UFES/ PPGE, 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira:** Católicos e liberais. 2. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984.

DALLABRIDA, Norberto; SILVA, Fernando Leocino da; ROSA, Murilo de Sousa. O Ginásio Lagunense e a produção de sujeitos letrados e laicos entre as décadas de 1930 e 1960. In: SOUZA, Rogério Luiz de; KLANOVICZ, Jô (org.). **História: trabalho, cultura e poder.** Florianópolis: ANPUH/SC; PROEXTENSÃO/UFSC, 2004.

FERREIRA, Manuel. **Educação, formação e profissionalização docente do Brasil e no Timor leste.** Goiás, 2011.

FRANCISCO, A. J. **Educação & modernidade:** os Salesianos em Mato Grosso, 1894-1919. Cuiabá-MT: Entrelinhas: EDUFMT, 2010.

FURTADO, A.C. **Os arquivos escolares e sua documentação:** possibilidades e limites para a pesquisa em História da Educação. Ribeirão Preto, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de Pesquisa.** Ed. Atlas: SÃO PAULO, 2002.

GALEGO, Rita de Cassia. **Tempo, temporalidades e ritmos nas escolas primárias públicos em São Paulo:** heranças e negociações (1846-1890). Tese (doutorado)- Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo (mimeo), 2008.

GUIMARÃES, Valter S. **Formação de Professores:** saberes Identidade e Profissão. Papyrus Editora, 2004. 128 p.

JUNQUEIRA, S. R. A. A Escola Católica Romana/ Junqueira Sérgio Rogério Andrade e Valéria Andrade Leal. In: **Revista Pistis & Praxis:** Teologia e Pastoral, vol 9,num 3. Curitiba, 2017.

KULESZA, Wojciech Andrzej. O seminários como locais de formação docente. In:

KULESZA, Wojciech Andrzej & CARDOSO, Carlos Augusto de Amorin (orgs). **A Escola e a Igreja nas ruas da cidade**. João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 2010, p. 127- 147.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão, et al. 2.<sup>a</sup> Ed. Campinas: UNICAMP, 1994.

LOZANO, Eduardo Aceves. Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes.(Coord.). **Usos e abusos da história oral**. Praia de Botafogo- RJ: Ed. Getulio Vargas, 1998.

LIRA, Maria H. Câmara. **Sobre uma educação do corpo**: Memórias do Surgimento de Escolas Mistas Católicas do Recife dos Anos de 1970. Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. Recife- PE, 2014.

LUZ, Marta. **Petrolina a Terra dos Impossíveis**. Cronologia histórico cultural: Prefeitura Municipal de Petrolina, 1995.

LIMA, Michele Fernandes. **A função do Currículo no Contexto Escolar**. Curitiba, 2012.

LUGLI, Rosário S. Genta. **O trabalho docente no Brasil**: o discurso dos centros regionais de pesquisa educacional e das entidades representativas do magistério (1950-1971), Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **A avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Ed: Fiocruz: Rio de Janeiro, 2005.

MOGARRO, Maria João. Arquivo e Educação. A construção da memória educativa. Sísifo. In: **Revista de Ciências da Educação**, 1, 2006, p. 71-84. Disponível em: <http://sisifo.fpce.ul.pt>. Acesso em: 10 mar. 2018.

MOREIRA, João Roberto. **A escola elementar e a formação do professor primário no Rio Grande do Sul**. MEC/INEP/CILEME (Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar), Rio de Janeiro, 1955.

MONTEIRO, Paula. Antonio Colbachini e a Etnografia Salesiana. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 22 n. 64, 2006.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **A formação do professor e a organização social do trabalho**. Curitiba: Ed. Da UFPR, 1997.

MENDONÇA, Z.G.C de. **A História da Formação Docente**: a singularidade da Escola Normal em Rio Verde 1933-1974. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2000.

NORA, Pierre. Entre a Memória e História: A problemática dos lugares. In: **Revista do Programa de Estudos Pós- Graduação em História e do Departamento de História**. Projeto História, São Paulo, n. 10, dezembro de 1993, p.6- 28.

NÓVOA, António. Para o estudo sócio histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n.º 4, 1991, p. 109-139.

NETO, Raquel A. **Formação de professores primário no Vale do São Francisco: desafios e perspectivas da profissão (1950-1970)**. Petrolina, 2016.

ORTIZ, Fernanda Rosa. **A escola normal de moças das elites: um estudo das práticas escolares, culturas e sociais do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora 1946-1961**. Campo Grande, 2014.

PERES, Pedro Correa de Araújo. **A emergência da profissão docente no espaço público estatal: do mestre-escola ao professor público primário em Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em História), Recife: 2006.

PEREIRA, Rozangela do Nascimento. **Uma Memória Escolar: A Trajetória Histórica do Colégio Dom Bosco na Cidade de Petrolina (1926-1976)**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação Educação, Cultura e Territórios Semiáridos, Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro 2018.

PAIVA, Vanilda. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo, 1987.

QUEIROZ, Maria Elza Gomes Macedo. **Um rio, uma cidade, uma escola**. Petrolina: Norcopia papelaria e artes gráficas Ltda., 1983.

RAMOS, Lusinete. **A união das ex-alunas salesianas através do tempo: um recorte histórico**. Petrolina, 2016.

ROCHA, Cícera M. P. Ser professora no semiárido nordestino: a trajetória de Yolanda de Almeida (1960-1970). In: V Encontro Norte e Nordeste de História da Educação. **Anais...Teresina**, 2014.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Igreja Católica e Modernidade no Maranhão, 1889 – 1922**. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

REIS, Edmerson dos Santos Reis. **Projeto de Doutorado apresentado à Universidade Federal da Bahia**. Bahia: Salvador: 2005.

REIS, Edmerson dos Santos. **Educação do Campo: escola, currículo e contexto**. Petrolina-Bahia, 2011.

SANTOS, Nivalda Menezes. **O celibato pedagógico feminino em Sergipe nas três primeiras décadas do século XX: uma análise a partir da trajetória de Leonor Telles de Menezes**. Universidade Federal do Sergipe, 2006.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. In: **Revista brasileira de educação**, v 14, n 40, 2008.

SANTOS, Adriana Regina de Jesus, *et al.* **Representações em relação à precarização do trabalho docente: um olhar dos alunos do curso de história da universidade estadual de Londrina**. Revista eletrônica pro-docência. UEL. Edição Nº. 1, Vol. 1, jan-jun. 2012.

Disponível em: <<http://www.uel.br/.../Adriana%20jesus-dayane-karina-helio-and....>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. Escola normal: o projeto das elites brasileiras para a formação de professores. In: **Anais do I Encontro Interdisciplinar de Pesquisa em Artes, Faculdade de Artes do Paraná–FAP, Curitiba**, 2008. Disponível em: <<http://bit.ly/17VGnKP>>. Acesso em: 1 out. 2013.

SILVA, Ramsés Nunes, SANTOS, Tatiane de Medeiros. Tessituras da instrução confessional: inquirição a cerca da educação confessional na Parahyba do Norte (1860-1937). In: **História da Educação da Paraíba Rememorar e Comemorar**. Antônio Carlos Ferreira Pinheiro; Claudia Egler Cury (Org). João Pessoa: Ed. Universitária. UFPB, 2003.

SAMPAIO, José Raulino. **Pedras ao Infinito**. Petrolina, 2014.

SANTOS, Tatiana de Medeiros. **Magistério em declínio: história e memórias de ex-alunas da última turma do magistério do Colégio Nossa Senhora das Neves (1970)**. Dissertação (Mestrado). Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

SOUZA, Rosa de F. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: (ensino primário e secundário no Brasil)**. São Paulo: Cortez, 2008.V.2.

SANTOS, Renata Cavalcante Kuhn. **Puericultura e a atenção à saúde da criança: aspectos históricos e desafios**. São Paulo, 2012.

TANURI, Leonor Maria. **História da formação de professores**. Revista Brasileira de Educação, Campinas- SP, v. 14, p. 61- 88, 2000.

TANURI, Leonor Maria. **Contribuição para o estudo da Escola Normal brasileira**. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1969.

VILLELA, Heloísa de O.S. **O mestre-escola e a professora**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosario Genta. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **Um estudo sobre a gênese da profissão docente**. Revista Poiésis – Volume 2, Número 2, p. 57-72, janeiro/dezembro. 2004.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Estrutura e Funcionamento da educação básica**. Fortaleza: Edições Democrático Rocha,UECE, 2001.144P.

WERLE, F. O. C.; BRITO, L. M. T Sá. **O Professor e a Escola para a Zona Rural: concepções e desdobramentos em uma escola normal rural**. Contexto e Educação. Editora Unijuí, ano 21, n. 75, 2006, p. 109-129.

## FONTES PRIMÁRIAS

AUXILIADORA, **Antologia 80 anos**. Petrolina, 2006.

O PHAROL, ano XI, Petrolina, 1925.

O PHAROL, ano XII, Petrolina, 1926.

O PHAROL, ano XXI, Petrolina, 1935.

O PHAROL, ano XXII, Petrolina, 1936.

#### ENTREVISTAS

SÁ, Cremilda Menezes. **Entrevista concebida a Rosa Santos Mendes da Silva**. Petrolina. 2018.

MATTOS, Gildete Duarte. **Entrevista concebida a Rosa Santos Mendes da Silva**. Petrolina. 2019.

## **APENDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM EX- ALUNAS DO CURSO NORMAL**

#### **HISTÓRIA E MEMÓRIA DA FORMAÇÃO DOCENTE: CURSO NORMAL RURAL DO COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA DE PETROLINA (1929-1989)**

##### **1- Identificação**

- 1- Nome
- 2- Formação: (curso e ano de conclusão)

##### **II- Trajetória de escolarização**

- 3- Onde e quando realizou o curso primário?
- 4- Como foi a sua formação em nível secundário?
- 5- Qual era a profissão de seus pais?
- 6- Por que escolheu fazer o curso normal na Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora?
- 7- Quando começou a atuar no curso normal e o ano de conclusão
- 8- Qual era a duração do curso normal e quais eram os critérios para entrar no curso?

##### **III- Escola Normal**

- 9- Como era a rotina do curso normal pela manhã e tarde?
- 10- Quais eram as disciplinas ministradas no curso e a duração da aula?
- 11- Como as irmãs ministrava as aulas (metodologia empregada, aula expositiva, atividades diversificadas)?
- 12- A partir dos ensinamentos por meio das aulas quais eram as atividades desenvolvidas na sala de aula?
- 13- Como era a relação entre as irmãs salesianas e as alunas?
- 14- Qual o nome das irmãs e a diretora?
- 15- A escola realizava festas e comemorações cívicas?
- 16- Possui algumas recordações relacionadas às festas?
- 17- Qual foi a contribuição que as irmãs salesianas representaram para a sua vida?
- 18- Lembra como era os uniformes e era obrigatório durante o período escolar?

##### **IV- Profissão Docente**

- 19- Exerceu a Profissão de Professora?

**ANEXO A****RELAÇÃO DE DOCUMENTOS CONSULTADOS NO ARQUIVO DO ACERVO DO  
COLÉGIO NOSSA SENHORA AUXILIADORA****a) Arquivo documental do acervo do colégio nossa senhora auxiliadora**

Ata dos exames escritos e orais do 1º ano do curso da Escola Normal Rural. Nossa Senhora Auxiliadora N° 10 1942 a 1946.

Manual de Orientação do Colégio de 1926.

Relatório de atividades da diretoria 1970 a 1976.

Regimento e Regulamento da Escola Normal de 1933.

Livro de registro das normalistas (Concluintes) 1931 a 1967.

Álbum de fotografias.

**b) Documentos pessoais das ex-normalistas do Curso Normal Rural do CNSA**

Histórico escolar do curso normal regional. Arquivo pessoal da ex-normalista da Escola Normal Rural Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.

Diploma de conclusão do Curso Normal Rural-1949. Arquivo pessoal da ex-normalista da Escola Normal Rural Colégio Nossa Senhora Auxiliadora.